

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICANÁLISE: CLÍNICA E CULTURA

Luiz Fernando Coelho Mattos

**A TRAJETÓRIA DE UMA ESCUTA ENTRE O LITERAL E O
LITERÁRIO NO SISTEMA PRISIONAL**

Porto Alegre
2022

Luiz Fernando Coelho Mattos

**A TRAJETÓRIA DE UMA ESCUTA ENTRE O LITERAL E O
LITERÁRIO NO SISTEMA PRISIONAL**

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura, do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicanálise.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sandra
Djambolakdjian Torossian

Porto Alegre
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Carlos André Bulhões Mendes (Reitor)

Patricia Pranke (Vice-Reitora)

A ficha catalográfica é elaborada pelo(a) autor(a). É obrigatória e fica no verso da folha de rosto

Orientações em:

<https://www.ufrgs.br/bibedu/ficha-catalografica/>

Sugestão de uso de palavras-chave em:

<https://www.ufrgs.br/bibedu/recuperacao-da-informacao/>

Luiz Fernando Coelho Mattos

A TRAJETÓRIA DE UMA ESCUTA ENTRE O LITERAL E O LITERÁRIO NO SISTEMA PRISIONAL

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre” e aprovada em sua forma final pela banca.

Porto Alegre, 8 de abril de 2022.

Prof.^a Dr.^a Milena da Rosa Silva
Coordenadora do PPG

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Sandra Djambolakdjian Torossian
(Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Andréa Máris Campos Guerra
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Luciano Bedin da Costa
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Luciane de Conti
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

À Fernanda, inspiração poética deste trabalho.

À minha orientadora, pela sua atenção e sua escuta sensível.

À Ana Cláudia, pelos caminhos que ela me abriu ao longo da vida.

A meu pai, meu padrinho e minha mãe, pelo investimento na minha formação como ser humano.

Ao Augusto Quenard e ao Paulo Damin, inspirações literárias deste trabalho.

À Elisa Vigna, pelas suas metáforas.

À Luciane de Conti e ao Luciano Bedin, pelo carinho com que receberam meu texto e deram suas contribuições.

À universidade pública e às minhas colegas de grupo de pesquisa, que me ajudaram a encontrar o que eu estava buscando.

À Fernanda Dalsin e à Marta D'Agord, pela importante ajuda delas na minha pesquisa.

Ao Luciano, inspiração psicanalítica deste trabalho.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é investigar o percurso de um psicólogo no papel de técnico penitenciário, inserido no quadro de funcionários do estado do Rio Grande do Sul. Notam-se nessa trajetória, três etapas significativas: primeiramente, analiso a postura do psicólogo/técnico penitenciário envolvido pela ideia de se tornar um “soldado do desencarceramento”; em seguida, analiso as crises diante dos obstáculos institucionais e da própria intenção do psicólogo de praticar a psicanálise no meio penitenciário; por fim, analiso o processo de deserção, que emerge juntamente com a consciência de que é sim possível fazer psicanálise naquele contexto, desde que se assuma uma ótica mais literária e menos literal na lida com os problemas sociais e mentais envolvidos. Foi possível chegar a essa conclusão graças ao método utilizado na pesquisa e na prática sobre as quais disserto, qual seja, o reconhecimento de que a literatura influencia profundamente o método psicanalítico. Assim, busquei relacionar técnicas literárias como a escrevivência e o conceito de biografema com minhas percepções e anotações no trabalho na penitenciária. Ao longo da dissertação, identifico uma tradição psicanalítica de voltar-se para o literário a fim de investigar questões da psique humana, partindo de Freud. Por meio de diversas articulações entre a prática de técnico penitenciário, de psicanalista, juntamente com a supervisão psicanalítica recebida durante a pesquisa, bem como do grupo de pesquisa e do próprio desenrolar da escrita desta dissertação, chega-se à conclusão de que a psicanálise pode ser feita em todos os âmbitos e que a psicanálise é, em essência, uma postura literária diante de problemas psíquicos.

Palavras-chave: Psicanálise; Sistema prisional; Literatura.

ABSTRACT

The objective of this research is to investigate the trajectory of a psychologist in the role of a penitentiary technician, a state employee in Rio Grande do Sul. In this trajectory, we note three significant steps: first, I analyze the posture of the psychologist/penitentiary technician involved by the idea of becoming a “soldier against mass incarceration”; then, I analyze the crises in the face of institutional obstacles and the psychologist's own intention to practice psychoanalysis in the penitentiary environment; finally, I analyze the process of desertion, which emerges along with the awareness that it is indeed possible to do psychoanalysis in that context, provided that a more literary and less literal perspective is assumed in dealing with the social and mental problems involved. It was possible to reach this conclusion thanks to the method used in the research, that is, the recognition that literature profoundly influences the psychoanalytic method. Thus, I try to relate literary techniques and the concept of biographeme with my perceptions and notes at work in the penitentiary. During this research, I identify a psychoanalytic tradition of turning to the literary in order to investigate questions of the human psyche, a tradition that we can find back in Freud. Through several articulations between the practice of penitentiary technician and psychoanalyst, combining with the psychoanalytic supervision received during the research, as well as the research group and the development of the writing of this dissertation, we reach the conclusion that psychoanalysis can be done in all areas and that psychoanalysis is, in essence, a literary posture in the face of psychic problems.

Keywords: Psychoanalysis. Prison system. Literature.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Carta de Freud.....	10
--------------------------------	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Um psicanalista para os presos.....	11
1.2 Apresentação.....	15
1.3 O sistema.....	18
1.4 Estrutura da dissertação.....	25
2 UMA LIBRA DE CARNE: METODOLOGIA.....	28
3 BIOGRAFEMAS.....	36
3.1 Contexto.....	36
3.1.1 O antiquixote.....	36
3.1.2 O Dom Quixote.....	37
3.2 Soldados do desencarceramento.....	38
3.2.1 A voz dos apenados.....	38
3.2.2 Descaso do Estado.....	42
3.3 Um saber que não se sabe.....	49
3.3.1 Supervisão.....	49
3.3.2 Não sabias.....	54
3.4 Ninguém faz nada pelo cara.....	60
3.4.1 Úrsula: ninguém faz nada pelo cara.....	61
3.4.2 Bibiana: inferno de Natal.....	66
3.5 Intervalo.....	70
3.5.1 Resistência.....	70
3.5.2 Não se esqueça: temos sorte – parte 1.....	75
3.5.2.1 <i>Não se esqueça: temos sorte - parte 2</i>	78
3.6 A deserção como território da escuta.....	80
3.6.1 Rechaço pela palavra.....	80
3.6.2 <i>The wall</i>	84
4 ABANDONAR UMA CA(U)SA: DISCUSSÃO.....	89
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100

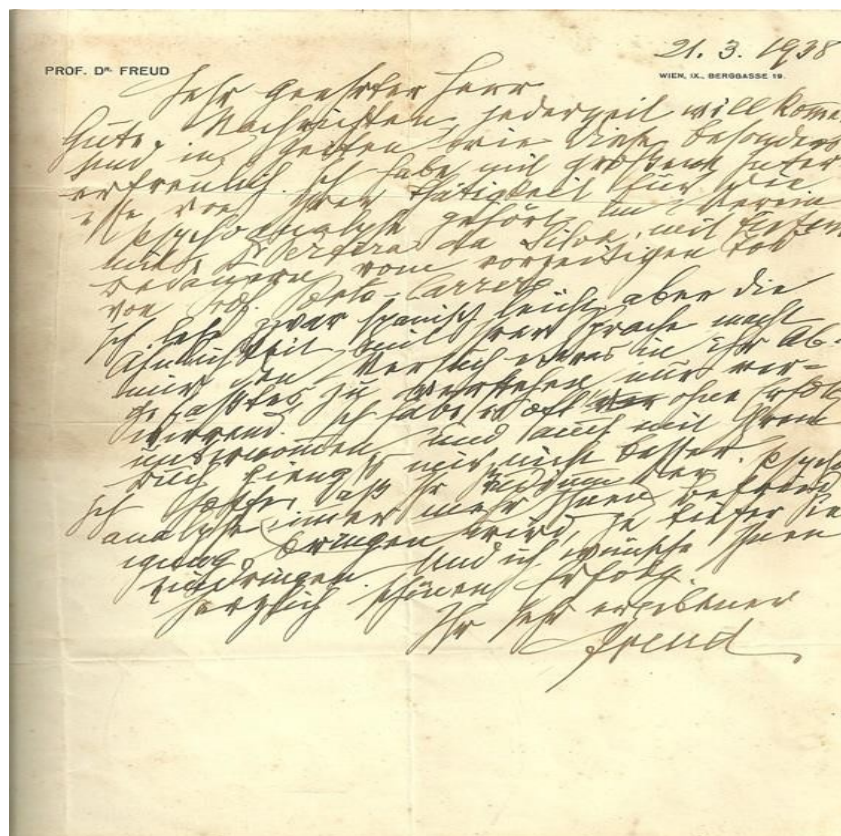


Figura 1: Carta de Freud.

PROF. DR. FREUD VIENA, IX. BERGGASSE

21.3.1938

Mui prezado senhor,

Boas notícias são sempre bem-vindas, especialmente agradáveis em tempos como estes.

Com grande interesse fiquei sabendo de sua atividade em prol da psicanálise em parceria com o dr. Pereira da Silva, e, com grande pesar, da morte prematura do prof. Porto Carrero.

Eu até leio espanhol com facilidade, mas a semelhança com a sua língua apenas torna confusa minha tentativa de entender algo do conteúdo.

Várias vezes o tentei sem sucesso e com o presente livro não me sai melhor.

Espero que o estudo da psicanálise lhe traga cada vez mais satisfação à medida que o senhor se aprofunde.

E, de coração, desejo-lhe um belo sucesso.

Atenciosamente,

Freud¹

¹ Esta carta é a resposta de Sigmund Freud ao psicanalista Karl Weissmann, após este ter lhe enviado o livro *O dinheiro na vida erótica*, escrito em português.

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, busco introduzir os principais elementos contextuais desta pesquisa, trazendo um breve histórico acerca da presença da psicologia em ambientes prisionais, bem como de reflexões acerca do trabalho psicológico junto a pessoas privadas de liberdade. Além disso, apresento o sistema penitenciário em que desenvolvi minha pesquisa/prática. Por fim, trago a estrutura da dissertação, descrevendo os tópicos de cada capítulo, seção e subseção.

1.1 Um psicanalista para os presos

O psicanalista austríaco Karl Weissmann chegou ao Brasil na década de 1930 e desde então seu nome circulou entre intelectuais cariocas e mineiros. Weissmann ficou conhecido por discutir a psicanálise em diversos âmbitos, propondo articulações entre a teoria psicanalítica e outros campos de saber, tais como a economia e a criminologia, conforme Afonso e Mandelbaum (2017). Esses autores mencionam que, inclusive, houve um princípio de diálogo entre Weissmann e Freud (AFONSO & MANDELBAUM, 2017, p. 35). Em 1937, Weissmann publicou um livro com inspiração nas ideias psicanalíticas e enviou um exemplar a Freud (WEISSMANN, 1937). Esse envio obteve como resposta, em 1938, uma carta escrita pelo próprio criador da psicanálise. Essa é a carta reproduzida logo acima nesta dissertação.

No entanto, o principal motivo para que eu me refira aqui a Weissmann deve-se ao livro *Psicanálise: ensaios e experiências* (WEISSMANN, 1967), em que ele descreve a sua rotina como psicanalista em uma penitenciária mineira. A contratação de um psicanalista como funcionário público de uma penitenciária foi um experimento inédito no Brasil (cf. AFONSO & MANDELBAUM, 2017), o que já era reconhecido na publicação do ato do governador na época (Juscelino Kubitschek), designando Karl Weissmann à função de psicanalista:

O prof. Karl Weissmann acaba de ser designado pelo governador do Estado para exercer a função de psicanalista da Penitenciária Agrícola de Neves, sendo a primeira designação do gênero em todo

o país, muito embora na Europa a assistência psicanalítica já constitua rotina há muitos anos. O prof. Karl Weissmann dedica-se há mais de 20 anos aos estudos do subconsciente, sendo conhecido além das fronteiras do Brasil (*Correio da manhã*, 1953 *apud* AFONSO & MANDELBAUM, 2017, p. 50).

O texto de Weissmann sobre suas intervenções junto aos apenados da penitenciária mineira motivou a minha inserção no campo da pesquisa psicanalítica no contexto prisional. Até então, antes do encontro com o texto do psicanalista austríaco, o sentido do meu trabalho como psicólogo era essencialmente o de promover ações de cunho assistencial às pessoas privadas de liberdade: as ferramentas que a psicanálise oferece para o trabalho com a escuta e a palavra estavam ausentes nos atendimentos que eu realizava junto aos sujeitos encarcerados. O meu contexto, tecnicamente semelhante ao de Weissmann, era propício para o uso desses instrumentos; no entanto, diferentemente do contexto em que ele atuou, eu não era convocado a elaborar com os apenados o porquê de eles estarem onde estavam. Como diz o psicanalista,

contrariamente àqueles candidatos potenciais à reclusão que a imprensa apontava à justiça, que em todo caso tinham a seu favor o valor de ter conseguido esperar até guindar-se primeiro aos postos importantes, faltava a eles, presos, a meta lógica, planejada e construtiva. Eles eram mais anti-sociais beligerantes do que aqueles. Mais necessitados de sobrepujar suas frustrações negativamente (WEISSMANN, 1967, p. 140 *apud* AFONSO & MANDELBAUM, 2017, p. 52).

A pedido dos apenados, Weissmann era convidado a realizar palestras relacionadas ao sistema jurídico. Em um dos encontros foi levantada uma questão referente à seletividade penal. Reivindicavam os detentos que os grandes criminosos gozavam de liberdade ao passo que eles, criminosos menores, estavam recolhidos. Isso gerava entre os apenados um sentimento de injustiça e de revolta. O psicanalista então perguntou ao grupo qual a diferença entre as pessoas que estão presas e aquelas que “deveriam estar mas não estão”. As respostas dadas giravam em torno das condições de privilégio social e também de questões raciais (cf. WEISSMANN, 1967). O psicanalista argumentou que estava de acordo com esses argumentos, no entanto destacou mais um elemento para a reflexão, que expunha uma implicação psicológica. Ele mencionou os crimes dos apenados que

participavam do grupo, que eram, sobretudo, roubos e assaltos, e os contrapôs aos crimes de sujeitos que escapavam à prisão. No grupo dos impunes, estariam aqueles que, nos dias atuais, chamamos, por exemplo, de criminosos do "colarinho branco". Weissmann sugeriu que de um lado havia os crimes mais impulsivos (roubos, assaltos) e, de outro, crimes mais complexos, que exigiam certa paciência e elaboração.

Portanto, havia uma característica de cunho subjetivo no grupo dos apenados, que foi pontuada pelo psicanalista como sendo a *voracidade*. O confinamento dos detentos devia-se, portanto, ao fato de eles agirem, criminosamente, como crianças vorazes, o que os tornava mais vulneráveis a uma prisão em flagrante, pois atuavam pelo imediatismo, enquanto do outro lado estariam pessoas que conseguiriam esperar a "melhor hora" e o "melhor momento", tornando-se menos suscetíveis de investigações policiais. Observa-se nessa abordagem

uma completa ausência de crítica em relação ao sistema judiciário, ou de algum posicionamento social ligado às condições do crime, ou ainda algum questionamento relacionado aos motivos que levam determinado grupos de pessoas a se manterem praticamente fora do campo da incidência da justiça (AFONSO & MANDELBAUM, 2017, p. 53).

Sua concepção de psicologia se situa, fundamentalmente, no campo individual, o que atesta que é em torno da dimensão do íntimo e da privacidade que gravitam as suas análises. Diante dessa característica de Weissmann, os pesquisadores citados dão corpo à hipótese de uma "psicologização excessiva das discussões empreendidas por ele" (2017, p. 53), sem colocar essa leitura sob um viés negativo: pelo contrário, Afonso e Mendelbaum parecem reconhecer a prática psicanalítica de fato em meio a um contexto inesperado.

Parece legítimo levantar outro ponto referente à abordagem de Karl Weissmann. Podemos pensar que a atuação do psicanalista estava situada em uma época em que a problematização das questões de relevância sociais e raciais era diferente da atual. Portanto, cabe a seguinte pergunta: será que, nos dias atuais, no Brasil, ele abordaria a questão trazida pelo grupo de apenados da mesma forma? Num exercício de suposição, acredito que Weissmann não mudaria a sua

abordagem, pois o seu olhar para os fenômenos que se apresentavam a ele era um olhar Freudiano.

O posicionamento de Weissmann referente à interlocução da psicanálise com a criminologia (especificamente, seu atendimento aos apenados) é de buscar uma aproximação entre a neurose e as condições que conduzem um sujeito ao crime. A origem do sintoma neurótico e do comportamento criminoso é a mesma: um conflito interno, destacam Afonso e Mandelbaum (2017). Para Weissmann, a diferença estaria no modo de exteriorizar o conflito. Enquanto o neurótico exterioriza seu conflito interior por meio de sintomas inócuos à sociedade, o criminoso, também reconhecido como um neurótico, o expressa através de atos proibidos.

Considero importante apresentar o psicanalista Karl Weissmann logo no início deste trabalho porque, a partir do encontro com seu texto, pude me autorizar a sair daquilo que considerava trivial da minha prática como psicólogo em uma penitenciária. A minha atuação profissional se limitava a intervenções externas ao apenado e à apenada; o meu trabalho estava voltado para uma luta contra o sistema judiciário, o encarceramento em massa, a criminalização da pobreza, as condições nefastas do cárcere e as violações de direitos. Parece que Weissmann conduziu meus olhos e minhas orelhas de volta para o alvo principal: a subjetividade do (a) apenado (a).

1.2 Apresentação

Neste trabalho, o objetivo é apresentar uma jornada, uma travessia de uma escuta em psicanálise. Minha referência teórica será Freud e Lacan, pelas aproximações que eles estabelecem com o campo literário e linguístico, respectivamente, do qual também faz parte Roland Barthes, de quem tomei o conceito de biografema (BARTHES, 1984). Um biografema pode ser entendido como um “instante significante.” É uma visão advinda da semiologia, da literatura e pretende dar um enfoque nos sujeitos, nos detalhes, o que se relaciona diretamente com a gênese da psicanálise: lembre-se, por exemplo, da atenção que Freud dava aos detalhes na escuta dos sonhos de seus pacientes. Lacan, no mesmo sentido, ampliou essa atenção ao incorporar a linguística em suas reflexões.

Essa relação que desenvolvi entre psicanálise e literatura me ajudou a superar os obstáculos que encontrei na jornada que aqui apresento. Um obstáculo específico é o fato de tudo, na estrutura carcerária em que estou atuando, recair sempre em um significado literal, enquanto o significante (linguístico, literário) é negligenciado sistematicamente por ela. Graças à técnica literária, encontrei um método propício que, acredito, tenha dado conta de revelar e responder às inquietações da pesquisa.

O conteúdo desta pesquisa foi retirado da minha experiência ao longo de nove anos de trabalho como psicólogo no sistema prisional do Estado do Rio Grande do Sul. Estive um ano e oito meses em um estabelecimento prisional masculino e sete anos em uma penitenciária para mulheres; portanto, a maior parte deste material será retirada do meu trabalho no estabelecimento prisional feminino. Esse percurso será apresentado na forma de biografemas: histórias que foram construídas a partir de cenas, instantes, momentos vividos com os apenados e as apenadas, com colegas de trabalho, a equipe hospitalar e com meu supervisor, capturados como uma fotografia que produziram marcas em mim enquanto trabalhador e pesquisador. Em vista dessa proposta de pesquisa através da construção de biografemas, bem como da pouca bibliografia específica sobre a prática da psicanálise em penitenciárias, a análise teórica deste trabalho será realizada ao final de cada biografema.

Nesta pesquisa, encontrei poucos materiais que abordam a psicanálise e o sistema prisional. O que sim há são pesquisas que investigam a psicanálise no contexto da socioeducação, com adolescentes infratores. Exatamente pela escassez bibliográfica nessa área, considero importante trazer alguns apontamentos do que identifiquei em investigações específicas acerca da psicanálise no ambiente prisional.

Santos (2006/2007), em *A escuta clínica numa instituição prisional*, propõe o seguinte questionamento: o que pode produzir o encontro do detento com o psicólogo em uma unidade prisional, mesmo que em um único atendimento? Para a autora, mesmo que em condições desfavoráveis de *setting*, esse encontro pode gerar um efeito de surpresa no discurso do sujeito, “pois se trata de colocar a sua fala em jogo através do ato analítico e, a partir da escuta oferecida, a possibilidade de que este se questione sobre o motivo que o traz ali, introduzindo uma pergunta

sobre aquilo que o causa” (SANTOS, 2006/2007, s/p). A autora destaca que essa produção por si só já seria uma conquista no trabalho com sujeitos encarcerados.

Por sua vez, Lira & Carvalho (2002) entendem a delinquência como uma estratégia do sujeito para marcar a sua existência, em virtude de um desinvestimento social de sua dimensão como cidadão. Nesse sentido, as pesquisadoras citam Costa (1988), que diz que “o delinquente é a forma que o homem supérfluo encontra de sobreviver socialmente na cultura da violência” (COSTA, 1988 *apud* LIRA & CARVALHO, 2002, p. 133). Diante disso, as autoras levantam uma interrogação a respeito de como fica a subjetividade do apenado em meio ao discurso próprio do sistema penitenciário, que opera em uma lógica de assujeitamento da pessoa privada de liberdade.

Sobre a possibilidade da inserção da psicanálise nas instituições, Mohr e Valore (2012) afirmam que “pode-se pensar em desenvolver psicanálise em qualquer lugar onde um sujeito fale” (MOHR e VALORE, 2012, p.231). Acrescentam, ainda, que fazer psicanálise é analisar por meio da associação livre e da atenção flutuante a fala de um sujeito. Portanto, para os autores, é possível aplicá-la em qualquer lugar, desde sejam criadas condições de fala e de escuta. Mesmo em uma instituição prisional, a psicanálise deve ser feita no caso a caso, pois cada sintoma é individual e, portanto, o psicanalista deve se orientar a partir da realidade psíquica do sujeito, através de sua fala. Assim como na clínica, na psicanálise em uma instituição também cabe ao analista estar em uma posição de não saber, para que possa advir a surpresa, a novidade, o furo que expõe o desejo (MOHR & VALORE, 2012).

Mas como poderia o trabalhador realizar a psicanálise, de caso a caso, com uma posição desvinculada de saber quando ele está inserido em uma instituição prisional que tem seu significante-mestre, sua Verdade com V maiúsculo e preconiza o contrário do caso a caso? Stevens (2007), citado por Mohr e Valore (2012), afirma que caberia ao psicanalista, atuando na instituição, o árduo papel de não se colocar a serviço do mestre nem, tampouco, opor-se a ele:

Não se deve ser contramestre, no sentido de dizer o quanto a instituição está errada, pois, se assim o faz, ele é implicitamente obrigado a dizer como seria o certo, e o Bem Supremo, ele não o tem, como nos lembra sempre Lacan (STEVENS, 2007 *apud* MOHR & VALORE, 2012, p. 234).

Com minha pesquisa, então, espero contribuir para essa área de investigação, que demonstra, desde já, como a psicanálise pode se inserir em diversos contextos, inclusive no prisional.

Na próxima seção, abordo a inserção da psicologia no campo penal, o contexto penitenciário brasileiro e também descrevo a minha função de técnico penitenciário, bem como apresento a penitenciária feminina.

1.3 O sistema

A história do ingresso e do trabalho do psicólogo no sistema prisional no Brasil é algo que ainda está em construção, visto serem poucos e fragmentados os registros acerca desse tema, como apontam as Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, MS, 2007). De acordo com essas diretrizes, os primeiros estudos psicológicos datam de 1930 e estavam vinculados à ciência médica (psiquiatria) e à ciência jurídica, mais especificamente à ciência criminológica.

Estudar a personalidade do criminoso a fim de determinar, sobretudo, seu grau de periculosidade e inimputabilidade inaugurou a pesquisa psicológica no ambiente prisional. A ciência psicológica irá produzir seus primeiros estudos no campo da criminologia dentro de um contexto que é influenciado pelas teorias positivistas e isso resultará numa forma específica de compreender o crime e o sujeito criminoso.

As ideias positivistas aspiravam ao desenvolvimento da ciência, da indústria, do progresso e, ao mesmo tempo, a estabelecer a ordem, afastando os indesejados sociais ou desviantes considerados causadores da desordem, como negros alforriados, imigrantes, loucos, pobres e autores de delito (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2007, p. 35).

A partir dessa concepção de sociedade, sob as ideias liberais e positivistas que vinham da Europa e dos Estados Unidos, respectivamente, coube às instituições médicas, tais como hospícios e colônias, realizarem o controle dos indivíduos com comportamentos nocivos à sociedade, bem como a adoção de ações

de cunho higienista. No que tange à criminologia como ciência, ela possui uma divisão quanto ao modo de compreender a natureza do crime/delito e do ser humano. De um lado dessa divisão está o paradigma etiológico e, do outro, o paradigma da reação social. O modelo etiológico tem como fundamento as teorias positivistas e também se sustenta na concepção do comportamento criminoso como sendo motivado única e exclusivamente pela personalidade e a constituição orgânica do indivíduo. Conforme mencionado acima, atrelada a essa concepção está o nascimento da psicologia criminal. A partir do questionamento dos conceitos naturalistas e positivistas referentes ao modelo etiológico, surge o paradigma da reação social. Conforme destaca Vera Regina Pereira de Andrade (2010), esse paradigma revoluciona a criminologia ao indagar as causas da criminalidade e fornecer respostas diferentes dos vieses naturais e etiológicos.

Uma conduta não é criminal em si, nem seu autor um criminoso por concretos traços de personalidade ou influências de seu meio ambiente. A criminalidade se revela, principalmente, como um status atribuído a determinados indivíduos mediante um duplo processo: a definição legal do crime, que atribui à conduta o caráter criminal e a seleção que etiqueta e estigmatiza o autor como criminoso entre todos aqueles que praticam tais condutas (ANDRADE, 2010, p. 28).

Para a autora, a criminalidade e o indivíduo criminoso são noções construídas e as causas naturais e etiológicas não são mais aplicadas no estudo das condutas criminais, sendo substituídas por um modelo que questiona o sistema de controle social e punitivista (ANDRADE, 2010). Portanto, não é possível separar a criminalidade desses processos sociais, de sorte que é mais apropriado falar de criminalização e criminalizado do que de criminalidade e criminoso.

Em relação ao cenário brasileiro, em 11 de julho de 1984 foi instituída a Lei de Execuções Penais (LEP), que tinha como objetivo proporcionar um novo arranjo à questão penitenciária. Em seu texto está apontado que a privação do direito de ir e vir e o isolamento da sociedade seriam as únicas punições que o criminoso sofreria, tendo ele todos os demais direitos preservados, tais como o direito à saúde, à educação, ao trabalho remunerado, às assistências material, jurídica e religiosa, à igualdade de tratamento, à visita, entre outros. Essa mesma lei preconiza que “a pena e a medida de segurança devem proteger a comunidade e ao mesmo tempo possibilitar a reincorporação do autor à comunidade” (LEP, 1984). Nessa

perspectiva, a LEP objetiva, também, a ressocialização do apenado e estimula o tratamento penal. Essa nova configuração do sistema prisional proporcionou um avanço do sistema prisional brasileiro, na medida em que os investimentos técnicos e científicos se destinariam mais a um cuidado integral do apenado do que unicamente à detecção do seu grau de periculosidade.

De acordo com Abreu e Silva (2019), por intermédio do Código Penal Brasileiro (1940) e da LEP (1984), foi regularizado o trabalho do psicólogo no campo penal. Ao psicólogo, “caberia elaborar um programa individualizado de penas, por meio de exames criminológicos e parecer da Comissão Técnica de Classificação, que tem como objetivo criar um prognóstico do detento” (ABREU & SILVA, 2019, p. 9). Apesar de ter possibilitado uma humanização aos sujeitos encarcerados, a Lei de Execuções Penais ainda mantém o caráter classificatório presente na Legislação Penal Brasileira de 1940 (BRASIL, 1940), a qual sofreu influência das teorias criminológicas positivistas. A esse respeito, no Art. 5º da LEP (1984), consta a seguinte redação: “Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal”. Essa classificação consiste basicamente em estabelecer o grau de periculosidade do apenado, seu perfil psicológico e histórico social, suas carências, fragilidades e também seus aspectos positivos, tudo a fim de lhe indicar o tratamento penal adequado na execução da pena.

A seguir, me parece necessário apresentar o contexto do meu trabalho, isto é, o trabalho de Técnico Superior Penitenciário, na função de psicólogo e, também, fazer uma descrição da penitenciária feminina, com o que espero ampliar o entendimento acerca da natureza do trabalho técnico psicológico.

No quadro dos servidores penitenciários do estado do Rio Grande do Sul está contemplado o cargo de psicólogo. Todas as penitenciárias do estado, incluindo os estabelecimentos de regime semiaberto, aberto e monitoramento eletrônico, estão organizadas para terem um profissional da psicologia, do serviço social e do direito. Desde meu ingresso no sistema prisional, passando pelos cursos de formação que preparam o técnico penitenciário para o exercício do cargo até o momento do tratamento penal com a população prisional, constatei que o objetivo principal do trabalho é aquilo que cerca o apenado, como alvo da intervenção do psicólogo.

A função do psicólogo é promover o tratamento penal, que consiste, basicamente, em propiciar ao apenado as condições adequadas para o cumprimento de sua pena, visando à necessidade específica de cada um. Cabe ao técnico psicólogo, também, realizar a avaliação psicológica do apenado e da apenada para fins de progressão de regime. Mas essas avaliações não são realizadas pelos psicólogos que atuam no tratamento penal. Para essa atividade foram criadas comissões especiais, que ficam fora das casas prisionais e, do mesmo modo, os psicólogos que atuam nas avaliações psicológicas não realizam o tratamento penal.

Desde o início do meu trabalho no sistema prisional, eu atuei em casas prisionais, no tratamento penal. Por dezoito meses estive em uma penitenciária masculina, considerada a terceira maior do Rio Grande do Sul. Após esse período, fui transferido para uma penitenciária feminina, na qual fiquei por sete anos. Portanto, a maior parte do material deste trabalho, ou até mesmo sua premissa, virá da experiência com as mulheres privadas de liberdade.

Acredito que por ora basta destacar que o técnico penitenciário psicólogo atua diretamente com os apenados e as apenadas. Embora ocorram intromissões do judiciário (juízes, promotores, defensores), estas não costumam ser frequentes e cabe ao próprio psicólogo a liberdade de conduzir o seu trabalho da maneira que melhor lhe couber.

A penitenciária feminina em questão fica localizada no Rio Grande do Sul e é o maior estabelecimento prisional feminino do estado. A unidade tem 7,7 mil metros quadrados e capacidade para abrigar 432 apenadas. De fora, vê-se, primeiramente, o pórtico. Este serve para monitorar a entrada e a saída dos funcionários, visitantes e demais prestadores de serviços. Após a passagem pelo pórtico, avista-se o que é a parte administrativa da penitenciária, onde estão as salas da direção, do setor técnico, dos professores e dos recursos humanos. Entre o setor administrativo e o local em que estão recolhidas as apenadas, está a sala de revistas, cuja função é regular a entrada dos visitantes.

No que seria então a parte interna, está a estrutura prisional propriamente dita. Esta é composta por quatro galerias (conjuntos de celas) com seus respectivos pátios, parlatórios e salas para atendimento técnico (psicológico e social), uma unidade materno-infantil, uma biblioteca, salas de aula, lavanderia, duas cozinhas e

uma Unidade Básica de Saúde. Como é característico em unidades prisionais de regime fechado, a Unidade Básica de Saúde é localizada no interior da penitenciária e sua equipe é composta por um dentista, duas técnicas de enfermagem, uma enfermeira, uma médica clínica e uma psiquiatra. Além da equipe de segurança, constituída prioritariamente por agentes penitenciárias mulheres, existe a equipe técnica, composta por profissionais das áreas da psicologia, da assistência social e do direito.

A respeito das galerias, existe uma classificação que a equipe de segurança estabelece para o ingresso das apenadas. De modo que, em uma determinada galeria, ficam as mulheres que são presas provisórias, ainda sem processo julgado. Em outra, ficam as que já foram condenadas em apenas um processo. Na terceira galeria, ficam recolhidas as apenadas que possuem mais de uma condenação e a quarta galeria é destinada para as mulheres que realizam alguma tarefa na penitenciária como, por exemplo, limpeza, cozinha, costura, lavanderia.

Em cada uma das quatro galerias, há uma apenada responsável por fazer o registro de quem deseja atendimento técnico (psicológico, jurídico ou social). Geralmente é aos sábados, na hora do pátio, ou banho de sol, que essa apenada recolhe os nomes e o tipo de atendimento que as mulheres privadas de liberdade desejam. Esse procedimento acontece em cada uma das quatro galerias. No domingo, as agentes penitenciárias recolhem, através da detenta responsável, os pedidos de cada uma das quatro galerias e os levam até o posto central, para que na segunda-feira cada técnico possa acessar esse material e organizar a sua agenda de atendimento.

Há ainda o que poderíamos chamar de uma quinta galeria, que é denominada como “isolamento” ou “seguro de vida”. Este espaço é destinado às mulheres que cometem alguma infração disciplinar ou precisam ser separadas das outras para sua própria segurança. Por ser a única penitenciária do RS que dispõe de tal estrutura, é frequente a chegada de apenadas de outros locais do estado para o cumprimento de uma sanção disciplinar ou até mesmo pela necessidade de ficarem isoladas, em razão da natureza do delito cometido. Por exemplo, casos que despertam grande comoção popular são encaminhados para lá.

Toda mulher que entra na penitenciária passa pela triagem e só poderá ir para a galeria após ser atendida pela chefe de segurança, pelo psicólogo (ou pela

assistente social) e pela enfermeira. Uma característica dessa penitenciária feminina é a de que apenas mulheres agentes penitenciárias podem movimentar e conduzir as apenadas. Os homens agentes penitenciários trabalham na parte externa, ou seja, apenas no pórtico. Atualmente, cerca de trezentas mulheres estão recolhidas na penitenciária e o número de agentes da segurança varia de 8 a 15 por plantão de 24 horas, além de dois servidores administrativos, da diretora e sua equipe de segurança.

Por ser uma penitenciária que tem uma estrutura arquitetônica de segurança máxima, uma parcela de sua população prisional é considerada de alta periculosidade. Logo, as apenadas que pertencem a facções criminosas ou são companheiras de homens com grande influência no crime organizado são encaminhadas para essa instituição, independentemente da sua cidade de origem. Algumas mulheres, devido ao seu envolvimento com grupos criminosos, possuem inimizades nas galerias e, portanto, para que possam ficar em segurança, são alojadas no espaço chamado de “seguro de vida”, como foi mencionado anteriormente. Esse mesmo local acaba abrigando, também, as apenadas que apresentam uma desorganização psíquica ou até mesmo um episódio de surto psicótico. Essas mulheres acabam sendo levadas para o isolamento por duas razões. A primeira é por uma questão de manejo: quando a paciente está com sintomas psicóticos, as próprias colegas de cela ficam assustadas e com receio de que ela possa se machucar e, por isso, deixam-na aos cuidados das agentes penitenciárias e da equipe de saúde. Portanto, até serem suprimidos os sintomas psicóticos, a apenada terá que ficar nesse local de seguro de vida, salvo quando se consegue internação psiquiátrica para a paciente. A segunda razão acontece por um “mal entendido”. Quando uma apenada ofende verbal ou fisicamente uma agente penitenciária, ela, automaticamente, cumprirá uma sanção disciplinar que varia de 10 a 90 dias de isolamento. No entanto, é bastante frequente que uma ofensa dirigida à servidora seja motivada por um estado patológico de alteração psíquica.

Destaco esse ponto como um dos mais delicados do trabalho dos psicólogos no sistema penitenciário. Um xingamento que a apenada dirige à agente penitenciária, por exemplo, é imediatamente interpretado como uma falta disciplinar e pode ter como consequência para a detenta uma medida punitiva. Do ponto de vista da apenada, o xingamento pode ter sido motivado por um pensamento

persecutório que ela formou a respeito da agente, ou como reação a uma alucinação auditiva. Não sendo percebida a desorganização mental da paciente, esta poderá passar, por exemplo, dez dias de castigo (este é o jargão interno); silenciosamente, ou não. O mais comum de acontecer é ela permanecer em estado de agitação e, por isso, demandar muito trabalho da equipe de segurança. Nessas circunstâncias, o psicólogo é chamado para acalmá-la e se espera que ele realize essa missão sem maiores transtornos, a fim de que seja restaurada a paz no cárcere.

Já diria o dito popular: “se queres paz, te prepara para a guerra”. Dando sequência a esse exemplo de castigo por um “mal entendido”, após o atendimento psicológico de uma paciente em cumprimento de sanção disciplinar e com sintomas psicóticos, uma rede de cuidados em saúde precisará ser disponibilizada à paciente, assim como um ambiente adequado que possa oferecer essa atenção especializada. Existe um local, vinculado ao poder judiciário, que possibilita tratamento psiquiátrico às pessoas privadas de liberdade que estão em sofrimento mental severo. Chamarei esse local de Y. Essa apenada, portanto, precisará ser encaminhada para Y., a fim de que possa ser, primeiramente, cuidada por uma equipe de saúde e medicada para remissão dos sintomas psicóticos. Mas, para que ela possa chegar a Y. para uma avaliação, é necessário um arsenal de procedimentos burocráticos, uma verdadeira odisseia que, acredito, vale a pena descrever.

Para que a paciente possa se descolar da penitenciária a Y., a fim de ser avaliada por um psiquiatra, que poderá autorizar a sua baixa hospitalar, ela precisará de uma autorização judicial. O juiz, para dar seu deferimento, precisará de um laudo médico ou psiquiátrico, que ateste que a paciente necessita de avaliação ou internação psiquiátrica. A paciente só pode acessar o médico ou a psiquiatra da UBS prisional depois de passar por uma avaliação psicológica, e a responsabilidade médica com a paciente em surto vai só até a confecção desse laudo: todos ou outros trâmites ficam a cargo do psicólogo. Se o médico não estiver no estabelecimento nesse dia, é necessário encaminhá-la para o Pronto Atendimento do município em que está localizada a penitenciária. Então, nessa situação, a paciente é levada, via escolta, para o serviço de saúde em questão. Chegando lá, ela é examinada por um médico, que é informado, pela agente penitenciária que a está escoltando, acerca da necessidade de referenciar a apenada para Y. Com a

referência em mãos, as agentes prisionais conduzem novamente a paciente para a penitenciária, onde ela irá aguardar a autorização judicial.

Agora vem a segunda etapa. O documento que o médico do Pronto Atendimento elaborou é escaneado e enviado para o e-mail do juiz, e é preciso ficar aguardando a resposta. Quando o juiz defere o pedido, este é encaminhado para o e-mail da equipe de segurança, que o encaminhará ao órgão responsável para autorização de escoltas dessa natureza. Nesse meio tempo, é preciso elaborar um relatório psicológico para o psiquiatra de Y. que irá atender a paciente. Terminado o relatório, ele precisa ser anexado ao prontuário médico da paciente e levado até a equipe de segurança que, nessa altura, pode já saber ou não se está autorizada a conduzir a apenada ao local de tratamento. Estando tudo autorizado e documentado, ainda resta saber se a viatura está disponível para conduzir a paciente até Y. Se não estiver, o que não é incomum acontecer, o juiz precisa ser noticiado e, dependendo do caso, precisará autorizar novamente a movimentação da apenada. Perante esse processo todo, o retorno de Ulisses a Ítaca não parece ter sido assim tão complicado.

Verificamos, a partir dos próprios dados que colhemos das apenadas na entrevista de acolhimento, que os delitos cometidos pelas pessoas que mais demandam atenção em saúde mental são de pouco impacto para a segurança pública. A grande maioria das mulheres privadas de liberdade que demandam cuidados de ordem psiquiátrica poderiam e deveriam estar sendo acompanhadas na rede de atenção à saúde mental de sua região.

Com o objetivo de oferecer um panorama geral sobre os motivos de encarceramento da população prisional feminina, trarei dados referentes a esse assunto. O crime de tráfico de drogas é o mais comum dentro das penitenciárias masculinas e femininas no Rio Grande do Sul e esse é o motivo da prisão para 77% das mulheres que cumprem pena no Estado (INFOPEN, 2017). Ocorre que a relação com o tráfico, na grande maioria das mulheres presas, se dá a partir de uma condição de uso de drogas, que as leva à situação de rua e de comercialização das drogas. Portanto, o sistema prisional dá conta de uma população que deveria estar vinculada ao sistema de saúde, mas que acaba sendo vinculada ao sistema de segurança pública.

Essas características do perfil penitenciário feminino geram dentro do ambiente prisional uma busca por medicamentos controlados, seja para aliviar a saudade e a preocupação com os filhos, seja para dar continuidade ao uso de drogas, agora legalmente prescritas com a justificativa de serem para tratamento da dependência química. Isso faz com que a prescrição de Diazepam, Levozine, Carbamazepina (para citar os mais populares) seja, para as apenadas que ingressam ou retornam ao sistema prisional, um direito básico que o Estado tem que garantir, tanto quanto a alimentação e o vestuário.

1.4 Estrutura desta dissertação

Neste capítulo, busquei introduzir os principais elementos contextuais da minha dissertação, trazendo um breve histórico acerca da presença da psicologia em ambientes prisionais, bem como de reflexões acerca do trabalho psicológico junto a pessoas privadas de liberdade. Além disso, apresentei o sistema penitenciário em que desenvolvi minha pesquisa/prática.

A seguir, no capítulo 2, intitulado “Uma libra de carne: metodologia”, busco me aprofundar e justificar a minha metodologia a partir dos conceitos de *escrivivência* e *biografema*, tomados de empréstimo, respectivamente, de Conceição Evaristo (2020) e Roland Barthes (1984).

No capítulo 3, então, apresento os biografemas e faço uma análise referenciada na psicanálise sobre esses instantes significantes, como são definidas essas cenas, encontros e situações com os apenados e apenadas, com meu supervisor, com meus chefes, colegas e comigo individualmente; momentos capturados e narrados pela sensibilidade de pesquisador/personagem (como veremos) que espero ter impresso nesta pesquisa. São doze biografemas divididos em seis seções: seis temas. Cada biografema é analisado individualmente, na sequência mesma em que eles aparecem nesta dissertação.

Na primeira seção, denominada “Antecedentes”, apresento dois biografemas que serão retomados e analisados posteriormente, na terceira seção, chamada “Um saber que não se sabe”. O biografema que abre esse capítulo, “O antiquixote”, é o único que não tem relação com o contexto prisional. Essa história aconteceu muitos anos antes da minha inserção como técnico penitenciário, quando eu estava na

graduação em psicologia, mas o conteúdo dessa cena foi um elemento balizador para este trabalho.

Na segunda seção, denominada “Soldados do desencarceramento”, apresento o início do meu trabalho no sistema prisional, o encontro com uma lógica de trabalho voltada para promoção de ações de cunho prático aos presos. Aqui o tema é a *missão*: a missão de ser a voz dos apenados e combater o autoritarismo e o descaso do Estado com as pessoas privadas de liberdade. Nessa seção, exponho os primeiros cenários biografemáticos do meu trabalho como psicólogo do sistema prisional, a partir de dois acontecimentos: primeiro no curso preparatório ao ingresso dos técnicos nas penitenciárias e depois dentro do ambiente carcerário.

Na terceira seção, intitulada “Um saber que não se sabe”, o tema é *supervisão*. É um momento em que eu faço uma reflexão crítica sobre a minha prática com o meu analista, que também é meu supervisor. Os biografemas aqui tratam do investimento sério na clínica e na escuta psicanalítica, por meio da narração de dois momentos de supervisão psicanalítica, em que eu coloco para meu analista e supervisor os impasses do meu trabalho junto aos apenados e apenadas.

A quarta seção, intitulada “Ninguém faz nada pelo cara”, tem como tema o *efeito* das supervisões nos atendimentos com as apenadas. É um ponto que demonstra uma mudança radical na minha postura, já que fica evidente como me desvinculei de um saber pré-estabelecido sobre as pessoas privadas de liberdade, para que pudesse advir um saber inconsciente. Os biografemas nessa seção trazem momentos do atendimento psicológico com as apenadas, em que aparecem as especificidades do trabalho psicológico com a população prisional feminina. Eles vêm estrategicamente após a seção em que são narradas as supervisões, para dar uma noção da continuidade temporal dos biografemas. Aqui cabe destacar que eu utilizo Winnicott como referencial psicanalítico para analisar o biografema intitulado “Ursula: ninguém faz nada pelo cara”.

A quinta seção, denominada “Intervalo”, tem como tema a *pausa*: é um intervalo na dissertação e também uma metáfora do meu processo, no meio do qual adoeci e precisei parar. Da crise relatada nos biografemas dessa seção foi nascendo a percepção da literalidade do sistema prisional: aqui se narram situações em que eu, o pesquisador/trabalhador, tive que considerar os efeitos que os obstáculos e as

resistências institucionais ao meu aprimoramento profissional causavam sobre meu corpo.

A sexta e última seção, intitulada “A deserção como território da escuta”, tem como tema a *saída*. Trata-se do momento mais crítico na penitenciária em que eu trabalhava, momento em que fui tomado por ansiedade e impaciência em relação ao discurso das apenadas, discurso que me convoca constantemente a uma função exclusivamente assistencialista e parecia me exigir um retorno ao papel de “soldado do desencarceramento”, como alguém que deveria fazer tudo pelas apenadas. Junto com isso, havia um apelo institucional ao psicólogo bondoso e caridoso. Os biografemas dessa seção destacam dois momentos que foram importantes para o desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que eles lhe forneceram uma saída, uma direção para o prosseguimento.

No capítulo 4, intitulado “Abandonar uma ca(u)sa: discussão”, faço uma análise crítica que abarca todos os biografemas expostos, resgatando pontos-chave abordados neles. E no capítulo 5, apresento as considerações finais, resgatando e analisando globalmente o que foi descrito e investigado ao longo da dissertação.

2 UMA LIBRA DE CARNE: METODOLOGIA

Neste capítulo, busco introduzir e justificar a metodologia que utilizei na minha pesquisa. Trago aqui algumas referências balizadoras e, também, inspiradoras do meu trabalho.

Bassânio, personagem da peça teatral *O mercador de Veneza*, de William Shakespeare, solicita uma quantia de dinheiro a Shylock. Este lhe impõe uma cláusula contratual, caso o empréstimo não seja quitado na data estabelecida. Ao invés de pagar juros, Bassânio pagará sua dívida com a retirada de uma libra de carne do seu corpo, bem junto ao coração. Ao refletir sobre essa peça teatral, Sirelli (2017), apoiada em Lacan (1962/1963; 2005), concebe essa libra de carne como o próprio *objeto a*, “resto na relação entre o ser vivente e o outro, resultado de um corte promovido pela entrada do significante no real do corpo.” (SIRELLI, 2017, p. 260).

Este recorte da obra de Shakespeare metaforiza o que foi o processo de construção deste trabalho, a partir do método escolhido: *escrivivência*, da escritora brasileira Conceição Evaristo, num primeiro momento e, posteriormente, o método *biografemático* do semiólogo francês Roland Barthes. Ao escrever sobre certos episódios da minha história como psicólogo no sistema prisional, escolhi retratar aqueles que considerei mais emblemáticos e difíceis ao longo dessa trajetória. Muitas histórias não passaram do primeiro parágrafo e foram descartadas, porque o critério que escolhi para desenvolver cada uma das cenas *biografemáticas* foi a percepção de estar deixando ali uma libra de carne, um resto significativo.

De qualquer modo, a pesquisa psicanalítica convoca o pesquisador a colocar-se subjetivamente nela. Corroborar com essa ideia Marcele Teixeira Homrich Ravasio (2016), ao apontar que o pesquisador é o primeiro sujeito da pesquisa e, assim como no processo de análise, na pesquisa psicanalítica o estilo e a subjetividade do autor estão presentes, de modo que a singularização da pesquisa abre possibilidades para a transmissão de uma experiência. No mesmo sentido, Iribarry (2003) observa que a pesquisa psicanalítica exige de seu autor a posição de principal participante. Ainda que esse protagonismo também seja característico de outras metodologias, na pesquisa em psicanálise “essa é uma condição que deve ser sublinhada ao máximo e preconizada como premissa básica da relação entre o

mundo subjetivo do autor e o mundo objetivo da realidade investigada.” (IRIBARRY, 2003, p. 136).

E podemos encontrar essa mesma postura em Caon (1996), que afirma que a subjetividade na pesquisa é um elemento lógico para a descoberta da verdade, assim como a verdade subjetiva propicia mais avanços que atrasos na pesquisa da mente, bem como em Coelho e Santos (2012), que atestam que a pesquisa psicanalítica não poderia exigir uma sistematização completa do trabalho, uma vez que ela lida com a imprevisibilidade do inconsciente e, assim como na experiência de análise, prioriza o estilo e o traço singular.

Já Moreira, Oliveira e Costa (2018) sustentam a hipótese de que o pesquisador em psicanálise está em uma posição de analisante e que a pesquisa se qualifica através da sustentação da ética do desejo. Para as autoras, trata-se de uma ética que concebe o sujeito como constituído por uma falta-a-ser e leva em conta a dimensão do inconsciente - estruturado como linguagem - e a transferência que possibilita a articulação do saber com o objeto. “Assim, a ética em psicanálise aponta para a impossibilidade do predicado e da universalidade. Fundamentada pelo desejo, aponta em direção ao singular do caso a caso, uma ética do a posteriori.” (MOREIRA, OLIVEIRA & COSTA, 2018, p. 124).

Luciano Elia (1999), em seu artigo denominado *Transferência: lugar ou excesso?*, afirma, a partir de Freud, que em psicanálise tratamento e investigação coincidem. Assim sendo, para o autor, não existe possibilidade de pesquisa em psicanálise se o sujeito, o pesquisador, estiver excluído. Elia ainda destaca a indissociabilidade entre a transferência e a prática de pesquisa:

Como poderia um campo de saber-e-prática assim constituído admitir uma forma de pesquisa que não respeitasse, de modo axial, suas condições mesmas de constituição? Se a transferência não é, como procuramos demonstrar, um aspecto periférico, uma manifestação entre outras, ou mesmo uma *formação do inconsciente* mas o viés mesmo pelo qual a vertente real do sujeito do inconsciente faz sua aparição no dispositivo da experiência psicanalítica, como sustentar uma prática de pesquisa, num campo como este, que não tivesse na transferência o eixo de seus modos de execução? (ELIA, 1999, s/p. Grifo do autor).

Em determinado momento, quando eu, o pesquisador, ainda estava buscando encontrar a metodologia de pesquisa e os instrumentos deste trabalho, para

conseguir sustentar a libra de transferência que me cabia no contexto prisional e também produzir uma escrita, recorri ao campo literário; do contrário, eu não conseguiria identificar as questões e enigmas próprios do contexto penitenciário. Como tentarei mostrar ao longo desta dissertação, o campo da literatura é íntimo da psicanálise mesma e, portanto, meu caminho foi de certa forma natural.

Para mim, só foi possível desenvolver um estudo que articulasse o universo prisional e a psicanálise após passar um período de tempo à deriva, distanciado temporalmente das produções de saberes científicos a respeito da população prisional e do sistema penitenciário. Essa deriva resultou em um mergulho no campo da literatura, que propiciou o encontro com a obra de Conceição Evaristo, mais especificamente com *Becos da Memória* (2018) e *Ponciá Vicêncio* (2020). Esses romances, que flutuavam entre o biográfico e a ficção, foram uma fonte de inspiração em um primeiro e, talvez, um dos mais importantes momentos da pesquisa, por mais que, no cômputo geral do texto, essas referências possam ficar quantitativamente em segundo plano. Assim, com seu singular estilo de escrita – cunhado pela própria autora como “escrevivência” – a literatura de Conceição Evaristo influenciou e encorajou a construção deste trabalho.

Em *Becos da Memória* (2018), Evaristo observa que, na produção da escrevivência, mesmo as histórias inventadas são erguidas com material da realidade. Para dar corpo a essa noção, segundo a autora, é preciso entender que a escrita pode visibilizar experiências humanas historicamente destituídas de sua voz, de seus saberes e histórias: “entre o acontecimento e a narração do fato, há um espaço em profundidade, é ali que explode a invenção” (EVARISTO, 2018, p. 9). Lissandra Vieira Soares e Paula Sandrine Machado (2017), no artigo “*Escrevivências*” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em psicologia social, destacam que

escrever significa, nesse sentido, contar histórias absolutamente particulares, mas que remetem a outras experiências coletivizadas, uma vez que se compreende existir um comum constituinte entre autor/a e protagonista, quer seja por características compartilhadas através de marcadores sociais, quer seja pela experiência vivenciada, ainda que de posições distintas (SOARES & MACHADO, 2017, p. 206).

Em seu romance *Ponciá Vicêncio* (2020), por exemplo, Evaristo faz um comentário sobre o vínculo que cria com os seus personagens:

Para saber mais sobre Ponciá Vicêncio, é preciso ir ao encontro dela. Não vou dizer mais nada, apenas afirmo que a história que ofereço a vocês não é a minha história e sim a de Ponciá, mas, quando me chamam por ela, quando trocam o meu nome pelo dela, orgulhosamente respondo: presente! (EVARISTO, 2020, p. 7).

Convém destacar que não tenho a pretensão de narrar, como Conceição Evaristo, as histórias de homens e mulheres que estão em situação de aprisionamento, nem pretendo me assumir como porta-voz de um sujeito coletivo. A minha proposta tem o intuito de fazer surgir o material de pesquisa a partir da escrita das minhas memórias junto à população prisional e da vivência compartilhada naquele contexto. Entretanto, esta pesquisa ganhou “corpo” a partir do meu encontro com a obra de Conceição Evaristo. Ela me trouxe a inspiração e a coragem para escrever sobre a minha vivência na penitenciária.

Em convergência com a reflexão de Evaristo, podemos encontrar a noção de biografema, de Roland Barthes: “certos traços biográficos que, na vida de um escritor, me encantam tanto quanto certas fotografias; chamei esses traços de ‘biografemas’; a Fotografia tem com a História a mesma relação que o biografema com a biografia” (BARTHES, 1984, p. 51). Ou seja, o biografema seria um instante no discurso (na vida) de um sujeito, assim como a fotografia é um instante na História. Essa é a noção chave, portanto, para o método do meu trabalho.

O biografema abrange de outra perspectiva os signos que envolvem a vida do outro e eclode da relação com o sujeito sobre o qual escrevemos, conforme destacam Raquel Rodrigues Bierhals e Luciano Bedin da Costa (2019). E os mesmos autores acrescentam: “É um testemunho do detalhe e do minúsculo” (*op. cit.*, p. 172). Essa hipótese é corroborada por Soares e Machado (2010), ao afirmarem que tanto a escrevivência quanto o biografema sugerem que o sujeito, ao falar de si, fala dos outros e, ao falar dos outros, fala de si.

A definição de biografema não está presente de uma forma contundente nos ensaios do semiólogo francês Roland Barthes. De acordo com Martins Ribeiro (2008), Barthes vai construindo essa definição no decorrer de sua obra,

desatentamente, sem nenhuma intenção formal. “Para tanto, usa a si mesmo como objeto de análise, e com isso oferece uma proposta para o termo:

Se eu fosse escritor, já morto, como gostaria que a minha vida se reduzisse, pelos cuidados de um biógrafo amigo e desenvolvido, a alguns pormenores, a alguns gostos, a algumas inflexões, digamos: “biografemas”, cuja distinção e mobilidade poderiam viajar fora de qualquer destino e vir tocar, à maneira dos átomos epicurianos, algum corpo futuro, prometido à mesma dispersão; uma vida esburacada, em suma, como [...] um filme à moda antiga, de que está ausente toda palavra e cuja vaga de imagens [...] é entrecortada, à moda de soluções salutares, pelo negro apenas escrito no intertítulo, pela irrupção desenvolva de outro significante (BARTHES, 2005 *apud* RIBEIRO, 2008, p. 56).

A escolha do método biografemático para este trabalho se justifica por possibilitar, através da escrita, a operação de processos criadores que, de acordo com Camila Beatriz Reiter (2017), vão propiciar o surgimento do inédito, da invenção e da criação. E, nesse mesmo campo semântico, podemos pensar que todo personagem é um papel (LAJEUNE, 2008). Eu, quando surjo em primeira pessoa neste ensaio, não transmito encarnando a pessoa real que escreve, o referente; remeto-me a ela por meio de uma significação – uma significação precária (e diria afetada, em se tratando do meu discurso acadêmico) como toda significação. Eu, quando aqui escrevo, encarno também uma espécie de personagem; o pesquisador que produz o seu trabalho; o narrador-pesquisador-personagem.

Apesar do biografema apresentar uma íntima relação com a biografia, há uma distinção importante a ser feita. Luciano Bedin da Costa (2010) observa que as biografias necessitam de um sujeito ilustre a ser biografado, tratando-se, essencialmente, da escrita de uma vida. O biografema, de outro lado, envolveria a fragmentação e a pulverização do sujeito e, portanto, corresponderia “à vida escrita, à vida tomada, esta, como escritura” (COSTA, 2010, p. 112). Na mesma esteira, Luis Felipe Silveira de Abreu (2018) acrescenta que o biografema como método “busca atacar o sujeito por suas margens, encontrando neles aquilo que não os é, descobrindo traços mínimos que não totalizam a experiência, ainda que representem singularidades” e conclui: “se o texto estilhaça o sujeito, o biografema recupera os cacos restantes e monta a partir desses restos seu próprio mosaico” (ABREU, 2018, p. 28).

Essas reflexões me levam diretamente a pensar a relação de Freud com os escritores e, por conseguinte, na relação da psicanálise com a literatura e a escrita em geral.

A Psicanálise e a Literatura, conforme Sigmund Freud (1907/1996), utilizam-se do mesmo objeto para sua pesquisa: o inconsciente. Ana Costa (2015), ao analisar o texto de Freud *O delírio e os Sonhos na Gradiva de Jensen* (1907), destaca que a análise que o autor realizava das produções literárias constituía a busca de um litoral. Para Costa, o termo litoral, “além de permitir construir interfaces com outros campos, também é suporte para produção dentro da própria psicanálise, cuja singularidade é a de constituir seu sujeito numa torção moebiana na concepção corriqueira do dentro e do fora” (COSTA, 2015, p. 16). Outros litorais buscados por Freud, como destaca a autora, foram a história e a antropologia, utilizados na interpretação da religião monoteísta.

Pedro Heliodoro Tavares (2012), em seu livro *Fausto e a psicanálise: sopros do sinthome na forja do pactário*, destaca a matriz literária como fundamental para o desenvolvimento do pensamento de Freud. Segundo Tavares, o impacto da interpretação psicanalítica, não só de obras literárias, mas do próprio conceito de leitura e concepção da natureza psíquica humana, desde Freud, proporcionou uma aliança com a literatura que inspira e também fundamenta a teoria e a clínica.

O biografema como método, portanto, retoma de certa maneira a tradição psicanalítica de se apoiar na literatura e não rechaçar a palavra, o texto, o discurso. Por exemplo, o próprio Freud (1920), após anos de utilização da associação livre, recordou que havia lido um livro na sua juventude que o marcou justamente por indicar esse método para aspirantes a romancistas. Freud, então, reconhece que a sua intuição literária estava sendo usada para fins terapêuticos. Guardadas as proporções, é isso que estou buscando fazer na minha pesquisa: me apropriar de conceitos e práticas literárias para contribuir com a pesquisa psicanalítica.

Nesse sentido, Ana Paula de Ávila Pinto (2009) consegue pensar Freud como um romancista. A autora menciona um diálogo em que o criador da psicanálise teria confessado para seu interlocutor, o escritor italiano Giovanni Papini, o seu segredo mais íntimo:

Em maio de 1934, dois dias após ter comemorado seu septuagésimo oitavo aniversário, Sigmund Freud, cansado desse gênero de festas que, segundo ele, apenas remetem à ideia de morte, confessa seu segredo mais íntimo: sempre desejou ser um escritor (PAPINI, 1932, *apud* PINTO, 2009, p. 130).

Na época, Papini enviara para Freud uma estatueta grega em mármore representando Narciso, acompanhada de uma carta em homenagem ao “descobridor do narcisismo”. Em resposta, Freud o convida para um encontro. Na obra de Papini, intitulada *A visit to Freud*, está o essencial do diálogo travado entre os dois, mas a veracidade desse texto é questionável e a sua difusão na literatura analítica é pouca, destaca Pinto (2009). Contudo, o próprio fato de Freud buscar, em fontes literárias, conceitos, mitos, situações que põem em relevo a psique humana já seriam indícios do interesse dele pelas possibilidades de a arte da palavra relevar o que um esforço frio e científico não poderia alcançar, por mais honesto e aprofundado que possa ser esse esforço.

Pinto (2009) mantém uma atitude investigativa em relação à fidedignidade desse diálogo e levanta o seguinte questionamento: por que Freud revelaria um segredo tão precioso a um desconhecido? Em seguida, relembra da importância que tinha para Freud a interação com um interlocutor imparcial. “Em seus escritos, de uma maneira bem característica, ele imagina com frequência um tal ‘parceiro’ neutro ou laico.” (PINTO, 2009, p. 134). Em razão de Papini não pertencer a seu círculo familiar e profissional, Freud poderia render-se às virtudes da confissão, destaca a autora.

Cito outra passagem desse diálogo, retirada do artigo de Pinto (2019), em que o criador da psicanálise estaria revelando que usava a sua sensibilidade artística em benefício da medicina. Como destaca a autora, Freud podia ser visto como um homem de letras disfarçado de médico que soube tirar proveito da imaginação ou da fantasia existente nele e, assim, traduzi-las em teorias científicas, mantendo o seu segredo guardado:

De todo modo, eu soube, mesmo que de uma maneira indireta, dominar meu destino e atingir meu sonho: permanecer sendo um homem de letras, ainda que sob a aparência de um médico. Em todos os grandes homens de ciência existe um germe de fantasia que faz germinar intuições geniais, mas nenhum propõe como eu traduzir a inspiração oferecida pelas correntes da literatura moderna

em teorias científicas. Assim, a psicanálise reúne e resume, transpostas em jargão científico, as três escolas literárias mais importantes do século dezenove: Heine, Zola e Mallarmé estão reunidos em mim sob o patronato de meu velho mestre Goethe. Ninguém havia notado esse segredo aberto e eu não o teria revelado a ninguém se você não tivesse tido a excelente ideia de me oferecer uma estátua de Narciso. (PAPINI, 1932, *apud* PINTO, 2009, p. 133).

A partir daí, podemos nos perguntar até que ponto Freud estava implicado em fazer ciência e até que ponto ele estava imbuído pelo seu desejo de escrever. A resposta talvez não seja tão complicada de se encontrar, considerando o que ele próprio declara: “o escritor criativo não pode esquivar-se do psiquiatra, nem o psiquiatra esquivar-se do escritor criativo, e o tratamento poético de um tema psiquiátrico pode revelar-se correto, sem qualquer sacrifício de sua beleza.”(1906-2015, p.online). “Se Freud sempre singrou mares em busca de um estatuto científico para a psicanálise, há de se convir que nunca tenha deixado de embebedar-se no porto seguro de suas fontes primárias, a arte.” (MORAIS, 2004, p.47).

É nessa esteira que eu gostaria de inserir o meu trabalho. Como profissional da psicologia, inserido em um meio cujos dramas podem assumir contornos trágicos, encontrei na literatura e na análise semiológica instrumentos que me permitem pesquisar e, assim o espero, fazer um percurso no campo psicanalítico.

A partir do próximo capítulo, veremos então alguns casos, que tratarei a partir da perspectiva dos biografemas, com uma prática de escrevivência.

3. Biografemas

Neste capítulo, apresento os biografemas e faço comentários analíticos sobre eles. São doze biografemas divididos em seis seções (seis temas). Cada biografema é analisado individualmente, na sequência em que eles são aqui apresentados..

3.1 Contexto

3.1.1 O antiquixote

Na época da graduação, as supervisões de estágio em psicologia clínica eram realizadas em grupo. Cada estagiário lia para o supervisor e para os colegas a transcrição do atendimento que havia realizado. Após a leitura da dialogada, discutíamos o material apresentado. Quando a supervisão era realizada pelo professor que trabalhava na linha psicanalítica, o tema do valor das sessões de psicanálise sempre ganhava destaque e gerava discussões. Havia um grupo que criticava os altos valores que os psicanalistas cobravam no seu consultório, acusando-os de elitistas e desviantes de uma função social que a psicologia deveria desempenhar. “Para que atender um paciente a cem reais, quando se pode atender cinco a vinte reais cada? Quer ganhar mais? Trabalha mais!” Argumentavam. Neste dia de supervisão psicanalítica, em dado momento, levantou-se, novamente, a questão acerca de um certo despotismo que envolvia a clínica psicanalítica. O supervisor, que até então procurava não se envolver nesse debate, entra na discussão e diz para os seus alunos que não caberia ao psicólogo ser um Dom Quixote. Ao que um dos meus colegas retruca: “ora, por que não? Afinal, não seria bom termos Dons Quixotes na profissão?”. O professor, então, responde: “a nossa profissão não precisa de psicólogos bons, mas de bons psicólogos.”

O professor antiquixotesco aparecerá mais adiante, no biografema denominado “supervisão”, e o conteúdo dessa cena será um elemento balizador para este trabalho.

3.1.2 O Dom Quixote

Após 18 meses de trabalho como psicólogo em um estabelecimento prisional masculino, fui transferido para uma penitenciária feminina. Assim que cheguei, as apenadas já sabiam que havia um novo psicólogo na casa prisional. Na cultura da instituição, sempre que ingressa um novo técnico, existe a hipótese de que ele está vindo “cheio de gás”. Portanto, muitas apenadas, aproveitando o ensejo, solicitam atendimento. Como eu estava realmente com todo o gás, querendo mostrar trabalho, busquei atender a todas no menor intervalo de tempo possível.

Ainda em posse do meu inseparável caderno para os pedidos que surgiam do atendimento, eu aguardava na sala a chegada das apenadas, a fim de registrar as suas necessidades. Assim que entravam, começavam a falar com muita destreza daquilo que faltava a elas, a fim de que eu pudesse, posteriormente, providenciar. Foi um período conturbado. Eu buscava material de higiene e roupas para entregar às apenadas, ligava para os familiares, sensibilizando-os para que mandassem, o mais rápido possível, dinheiro e alimentos para suas filhas presas, além de intermediar junto à equipe de segurança as decisões que eram tomadas e que poderiam prejudicar as apenadas. Solicitações de medicamentos para ansiedade também ocorriam em grande número.

Mas o que mais era solicitado pelas mulheres privadas de liberdade, nesse momento inaugural do meu trabalho na penitenciária feminina, era comunicar aos juízes o fato de que aquelas que respondiam pelo crime de tráfico não eram traficantes, mas usuárias de drogas. Nos processos que ainda não estavam concluídos, ou seja, quando ainda não havia uma sentença, um relatório psicológico informando a relação da ré com o uso de drogas, para associá-la mais à figura da dependente química do que à da criminosa, surtia muito efeito. E, mesmo no caso das condenadas, era possível, graças ao relatório psicológico, reverter a pena em tratamento nas fazendas terapêuticas “filantrópicas”.

Aomame aguardava a sua audiência, marcada para cinco dias mais tarde, quando a atendi. Ela relatava todo o equívoco de seu processo, que a incriminava como traficante de drogas. Por ser usuária de crack, Aomame ficava exposta às abordagens na “boca de fumo” e, segundo ela, era enxertada pelos policiais. Em

posse de todas as informações para subsidiar o relatório, fui para o computador, a fim de enviá-lo a tempo para o juiz antes da audiência da paciente. A resposta não demorou. O parecer ficou tão bom que Aomame foi inocentada, conforme verificado no sistema de informações (INFOPEN). Eu merecia subir de patente. Agora, não mais soldado, mas capitão do desencarceramento.

Alguns dias depois encontro Aomame novamente na penitenciária. Ela havia retornado com uma nova infração. Confesso que fiquei decepcionado, “mas não estou aqui para julgar, estou para ajudar”, pensava. Ela me agradeceu pelo relatório e disse que foi decisivo para a sua soltura naquele momento. Falou também que estava vivendo uma vida decente, trabalhando, mas foi pegar um “droguinha” e mais uma vez a polícia a enquadrou como traficante. Enquanto ela descrevia minuciosamente toda a situação do flagrante, eu pensava em como convencer outra vez o juiz de que Aomame era inocente. Por fim, ela terminou seu relato e eu permaneci em silêncio. De repente, percebi que não estava mais gostando da posição de advogado de defesa ou de intermediário entre apenadas e juízes. Assim sendo, o que eu poderia falar nesse momento para a paciente? Enquanto eu dava liberdade ao meu devaneio, Aomame me interroga: então, doutor, o que o senhor poderia fazer por mim?

Esse biografema será retomado em “Não sabias”.

3.2 Soldados do desencarceramento

3.2.1 A voz dos apenados

Psicólogos, assistentes sociais e advogados, antes de desempenharem suas funções no interior das penitenciárias, precisam cumprir um programa de formação, um curso preparatório, com duração de trinta dias, para o ingresso no sistema prisional. No período em que eu iniciei a capacitação, éramos ao todo cinquenta psicólogos, sessenta assistentes sociais e trinta advogados, divididos em cinco turmas. Durante esse período de formação, tínhamos disciplinas de direito penal,

saúde do trabalhador, saúde mental, primeiros socorros, redação oficial, sociologia e outros temas relacionados diretamente ao contexto prisional. O discurso dos professores e dos meus colegas reafirmava, constantemente, o descaso do Estado com relação às pessoas privadas de liberdade e assim ficava insinuado que nós, técnicos penitenciários, teríamos que ser a voz dessas pessoas que estão esquecidas dentro das prisões. Outra missão que nos foi designada envolvia sermos a primeira frente de garantidores de direitos dos apenados e apenadas do sistema prisional do Rio Grande do Sul. Assim passávamos os dias de curso, reafirmando uns aos outros nossa missão de resgate da população prisional.

Após a conclusão do curso, houve uma pequena cerimônia de formatura, para a qual cada uma das cinco turmas elegeu um paraninfo e um professor homenageado. Lembro que naquele dia eu estava completamente identificado com a figura de um bravo militante das causas das pessoas privadas de liberdade, um legítimo soldado do desencarceramento. Eu estaria entrando na penitenciária para denunciar os maus tratos cometidos nesse ambiente e combater as injustiças praticadas pelo sistema judiciário e prisional, bem como para oferecer minha solidariedade e compaixão às pessoas encarceradas. E posso garantir que não era o único que estimulava essa fantasia. Pude identificar no rosto dos meus colegas o mesmo devaneio, e, no andar firme e na postura combativa da paraninfa da turma, tive a visão de uma marcha revolucionária.

Com o objetivo de proporcionar um novo arranjo à questão penitenciária, a Lei de Execuções Penais (LEP, Lei Nº 7.210, de 11 de Julho de 1984) aponta que a privação do direito de ir e vir e o isolamento da sociedade seriam a única punição que o criminoso sofreria, tendo este todos os seus outros direitos preservados, tais como direito à saúde, educação, trabalho remunerado, igualdade de tratamento, visita, assistência material, jurídica e religiosa, entre outros. Essa mesma lei preconiza que “a pena e a medida de segurança devem proteger a comunidade e ao mesmo tempo possibilitar a reincorporação do autor à comunidade” (LEP, 1984). Nessa perspectiva, a Lei de Execuções Penais passa a incluir a ressocialização do

apenado, visando a buscar alternativas menos coercitivas e implementar o tratamento penal.

Nascimento e Badaró Bandeira (2018) apontam que a prática do psicólogo no sistema prisional deve ser pautada por um compromisso ético-político com a defesa intransigente dos direitos humanos, bem como na contribuição para a melhoria das condições de vida nas prisões. Mais tarde, na mesma esteira, os autores afirmam que a maneira mais eficaz de reduzir os males causados pela privação de liberdade é pela via do desencarceramento. Esse tipo de afirmação, ao mesmo tempo que reafirma um compromisso ético e humano, permite questionar que tipo de escuta acontece quando se tem um saber *a priori* das causas do sofrimento do outro, qual seja, o de que a privação de liberdade e as condições precárias do ambiente prisional seriam a principal causa do mal-estar dos apenados e das apenadas

Na cena anterior, a atribuição que nos foi delegada de sermos a voz dos sujeitos privados de liberdade, além de ocultar a própria voz do apenado expõe a ausência de participação do sujeito, uma vez que o objeto dessa fala está pressuposto e generalizado. Voz de quem? A respeito do quê? Trago a seguir uma reflexão para comentar brevemente a evolução do sistema de punição desde o século XVIII até os dias atuais, e sua relação com os corpos dos condenados.

De acordo com Foucault (1987), a partir do século XVIII, inicia-se na Europa uma nova época para a justiça penal. Os suplícios, punições físicas, que tinham um caráter de espetáculo público, vão se extinguindo. Em substituição à “festa da punição”, como destaca o autor, o cerimonial da pena passa a ganhar um caráter administrativo e velado. Essa transformação ocorreu em decorrência dos efeitos que os cerimoniais públicos de tortura causavam nos espectadores e executores da punição:

A punição pouco a pouco deixou de ser uma cena. E tudo que pudesse implicar de espetáculo desde então terá um cunho negativo; e como as funções da cerimônia penal deixavam pouco a pouco de ser compreendidas, ficou a suspeita de que tal rito que dava um fecho ao crime mantinha com ele afinidades espúrias: igualando-o, ou mesmo ultrapassando-o em selvageria, acostumando os espectadores a uma ferocidade de que todos queriam vê-los afastados, mostrando-lhes a frequência dos crimes, fazendo o carrasco se parecer com criminoso, os juizes aos assassinos, invertendo no último momento os papéis, fazendo do supliciado um objeto de piedade e de admiração (FOUCAULT, 1987, p. 12).

O sofrimento físico e a dor no corpo não constituem mais a forma de execução da pena e são substituídos pela suspensão dos direitos. A prisão ainda carrega uma forma de punição física, que atinge o corpo do apenado, mas ela não é idêntica à relação castigo-corpo do estilo penal que a precedeu. O corpo encarcerado passa a operar como um intermediário de uma intervenção punitiva que tem como fim privar o indivíduo de sua liberdade. Na sequência, Foucault (1987) trata da relação entre corpo e castigo, destacando a “vergonha de punir” dos castigadores, e como o sistema penal se arranja para liberá-los da vil tarefa:

A execução da pena vai-se tornando um setor autônomo, em que um mecanismo administrativo desonera a justiça, que se livra desse secreto mal-estar por um enterramento burocrático da pena. [...] E acima dessa distribuição dos papéis se realiza a negação teórica: o essencial da pena que nós, juízes, infligimos não creiais que consista em punir; o essencial é procurar corrigir, reeducar, “curar”; uma técnica de aperfeiçoamento recalca, na pena, a estrita expiação do mal, e liberta os magistrados do vil ofício de castigadores (FOUCAULT, 1987, p. 13).

Dessa forma, os juízes ficavam “desonerados” de incidir um suplício sobre o indivíduo. Agora tinham incorporado um sentido mais nobre à pena, conforme destaca o autor:

Por efeito dessa nova retenção, um exército inteiro de técnicos veio substituir o carrasco, anatomista imediato do sofrimento: os guardas, os médicos, os capelães, os psiquiatras, os psicólogos, os educadores; por sua simples presença ao lado do condenado eles cantam à justiça o louvor de que ela precisa: eles lhe garantem que o corpo e a dor não são os objetos últimos de sua ação punitiva (FOUCAULT, 1987, p. 14).

No biografema exposto acima, eu quis chamar a atenção, resumidamente, para a influência exercida pelas autoridades sobre os psicólogos recém ingressados no sistema prisional, no intuito de serem a voz dos apenados. A partir da noção de Foucault, referente ao alívio dos castigadores, cabe questionar se, nos dias de hoje, não seria o psicólogo aquele que desoneraria a justiça por ter tirado a voz do condenado quando o privou da liberdade. Assumir a palavra da condição psíquica do apenado parece ser, na perspectiva das esferas judiciais, o requisito para a

presença de psicólogos no interior das penitenciárias. Essa impressão esteve presente já desde as minhas primeiras relações com juízes, promotores e defensores e não se modificou transcorridos mais de sete anos.

No curso de formação, fomos incitados não apenas a amplificarmos a voz dos presos que a penitenciária abafava, mas também a não cedermos aos “caprichos” dos juízes, quando solicitavam aos técnicos informações para embasar a sua decisão. Essa atribuição imposta pelo poder judiciário aos psicólogos do sistema prisional era apontada como uma armadilha da qual deveríamos nos esquivar. Se fôssemos representar a palavra do apenado aos juízes, seria para denunciar os abusos de um sistema de justiça que não reconhece as implicações sociológicas presentes na conduta criminosa. No entanto, assumir uma postura de porta-voz das pessoas privadas de liberdade, antecipando um saber sobre as causas do mal-estar de tais sujeitos, qual seja, o próprio sistema penal, não seria negar-lhes uma possibilidade de escuta e, desse modo, mais uma violação de direitos? De maneira que, aparentemente, ao escapar de uma armadilha, cai-se em outra.

A segunda armadilha, podemos pensar, é o equívoco de que ao denunciarmos as deficiências do sistema, qualquer que seja, estamos dando voz a quem está sujeito ao sistema. Estaríamos, antes, nos colocando num lugar em que desconsideraríamos a palavra e a subjetividade do outro. Não parece seguro considerar um mal-estar já estabelecido, como se o sofrimento daquela pessoa fosse originalmente causado pela prisão, como se a equação fosse simplesmente tirar a prisão para acabar com o problema.

Então, não haveria uma trava na escuta no instante em que se solicita ao psicólogo ser o procurador da palavra do apenado junto aos juízes? E, ao mesmo tempo, a tentativa de sair dessa armadilha, denunciando os abusos da prisão como substituto de um pretense mal-estar causado pela prisão, não seria, ainda, uma interdição da escuta?

3.2.2 Descaso do Estado

A primeira vez que atendi, como psicólogo, a população prisional foi em uma penitenciária masculina, poucos dias após o fim do curso de formação para técnicos penitenciários. Eu sentia, dentro do estabelecimento prisional, a necessidade de,

mais do que desempenhar minha função, ajudar as pessoas privadas de liberdade e sobretudo corrigir as injustiças e os abusos do poder judiciário para com os apenados. Para chegar até o local onde fazia os atendimentos, eu precisava caminhar uma distância de mais ou menos 400 metros entre a minha sala, que se localizava na parte administrativa da penitenciária, até o módulo ou galeria em que estavam recolhidos os apenados. O percurso era margeado pelos muros e guaritas do complexo penal. No meio do outono, o cenário ganhava uma atmosfera gélida e medieval.

Dentro de cada um dos cinco módulos penitenciários, estavam recolhidos mais de 300 apenados, distribuídos em duas galerias que abrigavam, cada uma, cerca de 150 homens. Portanto, havia no estabelecimento prisional em torno de 1300 pessoas recolhidas, mais que o dobro da sua capacidade, que era de 600 apenados. O supervisor do módulo me recebeu dando as boas vindas, apresentou seus três colegas de plantão e perguntou se eu gostaria de conhecer o local onde ficavam recolhidos os presos, as chamadas galerias.

Nesse tipo de estrutura prisional modular, as celas dos apenados ficam abaixo de uma rampa, que é por onde circulam os agentes penitenciários. As celas são abertas pelo servidor que está nessa plataforma, de modo que não existe contato físico entre os apenados e os agentes penitenciários. A impressão que eu tive enquanto fazia o *tour* prisional era de que o lugar olhava para mim. Andando com o agente penitenciário, parecia que cinco mil olhos me observavam. Com essa sensação, perguntei por que havia apenas quatro agentes naquele módulo com mais de trezentos apenados. “Hoje ainda estamos bem”, respondeu ele. “Na maioria dos dias ficamos só três aqui. É um descaso.”

A sala de atendimento técnico (psicológico e social) ficava na entrada de cada módulo e estava equipada apenas com uma mesa e duas cadeiras. Não estava muito limpa, mas ao menos oferecia privacidade. Como era o meu primeiro dia, o agente penitenciário precisou mostrar onde ficavam os pedidos de atendimento que vinham das galerias. Numa caixa de madeira estavam os pedaços de folhas rasgadas que registravam o nome e o motivo pelo qual os apenados solicitavam assistência. A maior parte dos pedidos estava endereçada ao(à) assistente social e ao(à) advogado(a), mas encontrei três ou quatro pedidos para atendimento psicológico. Solicitei ao agente que trouxesse os apenados em questão

e, enquanto aguardava a chegada deles, abri o caderno e escrevi a data e os nomes de quem eu iria atender logo mais. Saí do módulo e fiz o caminho de volta ao setor administrativo da penitenciária. Na mesa de trabalho, abri novamente o caderno com o objetivo de reler as demandas dos apenados que atendera instantes atrás:

Bolívar:

– Ligar para a mãe e avisá-la que na próxima visita ela deverá trazer material de higiene, cigarro, miojo e dinheiro.

– Ver com a assistente social se tem roupas para doação.

– Encaminhá-lo para a enfermaria para consultar com o médico (abstinência de drogas).

Aureliano:

– Corre risco de vida na galeria.

– Falar com o chefe de segurança para transferi-lo para outra penitenciária.

– Entregar kit de higiene e roupas.

– Ligar para a sua irmã e informar que ela precisa visitá-lo nesse domingo sem falta - encaminhar para o médico (abstinência de drogas).

Arcádio:

– Enxertado pela polícia.

– Entrar em contato com o juiz do processo e enviar relatório explicando sua situação de uso de drogas.

– Pedir para a sua companheira vir sem falta visitá-lo.

– Sugerir substituição da pena para tratamento em fazenda terapêutica.

– Encaminhamento para tratamento de dependência química.

Assim cumpri a minha rotina por 18 meses, indo e vindo dos módulos prisionais, com o caderno sempre repleto de pedidos e com o meu andar combativo.

Para analisar este biografema, gostaria de tomar como base a dissertação de doutorado de Carolina Esmanhoto Bertol, *Impasses do trabalho socioeducativo em meio aberto: a responsabilização entre a ação técnica e a ação política* (2019).

Bertol analisa as práticas profissionais de dois serviços de medidas socioeducativas, a fim de entender como a equipe técnica trabalha a responsabilização com o adolescente infrator. Embora não se trate de um estudo no contexto de uma penitenciária, a autora levanta questionamentos que podem ser aplicados ao trabalho com a população prisional.

Em primeiro lugar, me interessa destacar uma reflexão da autora, o que ela denomina a presença da falta. Bertol (2019) identifica um elemento sempre presente na fala dos profissionais sobre os menores que eles acompanhavam: a falta. As carências materiais, afetivas e de condições adequadas para o desenvolvimento de um sujeito eram entendidas pela equipe como causas dos atos infracionais. Isso, no contexto profissional burocrático, propiciava uma generalização desses adolescentes e, conseqüentemente, a impossibilidade de um olhar singular sobre cada um deles. Além disso, essas faltas não eram tratadas, pelos profissionais, como algo a ser elaborado, apropriado e compreendido, senão como barreiras intransponíveis. A partir dessa premissa, a autora elabora dois pontos que apontam para uma impossibilidade de escuta.

Em primeiro lugar, ela identificou que naquele contexto existia uma tendência a responsabilizar a população pela própria vulnerabilidade. A partir dos relatos dos trabalhadores, ela pôde concluir que

os problemas sociais e as condições que produzem o desamparo e a violência não são questionados, há um apagamento das escolhas políticas e da violência protagonizada pelo Estado, gerando uma individualização de problemas que são sociais e políticos (BERTOL, 2019, p. 100).

Além dessa falta de questionamento, a possibilidade de formulação de uma subjetividade que é afetada pelo social também se vê prejudicada pelo fato de que a equipe entende que a criminalidade é um produto da desestruturação familiar, apesar de reconhecer, ao mesmo tempo, que a vulnerabilidade social e o descuido do Estado em que se encontram esses jovens é uma das causas da fragilidade dos vínculos familiares. Nesse viés, as questões sociais têm um lugar na leitura acerca das produções de vulnerabilidades mas, ainda assim, existe uma tendência a culpabilizar o indivíduo. Trazendo a discussão para o campo da clínica, Bertol afirma:

Há, então, um saber que se antecipa ao adolescente, um saber indistinto que explica seu envolvimento com atos infracionais, e que, por mais que explique as condições sociais ou pessoais de envolvimento dos adolescentes com a prática de atos infracionais, exclui o sujeito, pois o adolescente se torna objeto de uma narrativa que o antecede, não sendo tomado como um narrador da própria história, ficando silenciado e desapropriado de um saber sobre si mesmo (BERTOL, 2019, p. 102).

O segundo ponto se refere à dimensão subjetiva presente no encontro de um profissional com o usuário. Bertol expõe uma situação que envolve um técnico e um adolescente, na qual o primeiro gostaria de ter mais conhecimento acerca de seu paciente, além do necessário para a confecção de relatórios. Nas discussões que a pesquisadora realizava com a equipe de profissionais, surgiam comentários que iam nessa mesma direção: o interesse em aprofundar na história desses adolescentes. No entanto, havia o receio de abrir uma porta que mais tarde não saberiam como fechar. A consequência dessa preocupação, o medo de ser invasivo e não saber lidar com o sofrimento presente na história do adolescente, era que a equipe não escutava os adolescentes:

A impossibilidade da escuta produzia efeito nos técnicos e nos adolescentes, levando a um silenciamento, uma vez que existiam coisas que não podiam ser ditas, porque não podiam ser escutadas pelos técnicos, dado o sentimento de impotência frente às situações de violação e desamparo vividas pelos adolescentes (BERTOL, 2019, p. 104).

No que diz respeito à culpabilização do sujeito pelo ato infracional, essa não é uma tendência da equipe técnica que atua nas penitenciárias do estado. Conforme foi mencionado nesses dois biografemas, o crime praticado pelos sujeitos é entendido como uma consequência de um descaso do Estado quanto à garantia de direitos e de implementação de políticas públicas. De certo modo, nessas duas vias, da culpabilização e da irresponsabilização do sujeito, há um saber antecipatório sobre o outro, um saber que explica o ato infracional e, como sublinhou a autora, exclui o sujeito.

Isso ficou evidenciado na forma como os técnicos penitenciários foram preparados no curso de formação e, posteriormente, nas primeiras abordagens

realizadas com a população prisional. Tanto o caminho da abolição da pena privativa de liberdade quanto da o da provisão de recursos materiais que o técnico se vê implicado a suprir são sustentados por um saber antecipatório acerca do sofrimento do preso. Portanto, é a partir de uma falta, seja de liberdade, seja de acesso aos bens, que se compreende a dificuldade da pessoa privada de liberdade e, desse modo, vem sendo estruturada a intervenção técnica nas prisões.

Aqui cabe um parêntese. Com “intervenção” ou “equipe técnica”, estou me referindo a psicólogos e assistentes sociais. Por certo, haveria uma distinção entre esses dois núcleos profissionais, mas ela tende a se dissolver na prática, pois a população prisional, pelo que percebi nesses oito anos, não acessa o psicólogo a fim de examinar um sofrimento psíquico, bem como não atribui a esse profissional um suposto saber, conforme o conceito que Lacan propôs. O psicólogo, assim como o assistente social, para os apenados é uma via para se conseguir algo: seja, no setor social, a carteira de identidade, seja, junto ao psicólogo, o encaminhamento para internação psiquiátrica. Mas, salvo essas exceções, o psicólogo e o assistente social, na representação que o apenado tem, são o mesmo tipo de profissional. Isso ocorre porque a equipe técnica vê a si mesma como um corpo “fazedor do bem” e garantidor de direitos, e essa mensagem é propagada no ambiente prisional. Esse ponto do “bem”, será examinado nos próximos biografemas.

Com relação ao outro aspecto que Bertol traz como impedimento da escuta – o receio do profissional de entrar em assuntos mais íntimos da história de vida do adolescente atendido –, podem-se perceber algumas semelhanças com o trabalho na penitenciária. A população prisional, assim como os jovens em cumprimento de medida socioeducativa, é marcada pelo desamparo social. Isso produz no técnico uma sensação de impotência, conforme a autora destaca, e provocá-los a falar nessas condições pode parecer mais uma violência. No contexto prisional, o psicólogo, antes mesmo do atendimento, se sente inclinado a se retratar, em nome do Estado, diante do apenado, pelas inúmeras violações de direitos que ele sofreu. Portanto, restaria perguntar quem, então, poderia escutar o sujeito privado de liberdade para que ele possa retornar em melhores condições psíquicas ao convívio social.

Na sua tese de doutorado, Bertol apresenta uma pesquisa realizada no Uruguai por Martinis e Flous, que trata das práticas socioeducativas nesse país, onde se percebeu que:

[...] os adolescentes não são identificados como sujeitos, mas são também objetificados nas relações com os adultos, sendo vistos ou como uma ameaça a si mesmos, à família, à comunidade, devido à sua conduta infracional; ou como incapazes, vítimas. No primeiro caso, há uma compreensão de que a responsabilidade do ato é somente do adolescente e o único trabalho possível dentro das medidas seria o de puni-lo e realizar um trabalho de defesa social. No outro extremo, os adolescentes são vistos como incapazes de agir para operar uma mudança em suas ações e em suas posição social. Nos dois casos a compreensão do adolescente como um sujeito desaparece: no primeiro caso, ele é um bandido perigoso do qual é necessário se defender e não estabelecer uma relação educativa; no segundo, ele é uma vítima social incapaz de mudar a própria realidade, incapaz de assumir a responsabilidade pelos próprios atos, por suas escolhas e ações (BERTOL, 2019, p. 48).

A partir desse ponto, a autora tece uma reflexão a respeito da dimensão política do trabalho com os adolescentes infratores, a qual pode ser estendida ao contexto do trabalho com apenados do sistema prisional. Para Bertol, esse trabalho ganha dimensão política uma vez que exige do profissional uma apropriação da desigualdade das relações sociais e da lógica que embasa a sua produção. Nessa perspectiva política, o trabalho com sujeitos encarcerados tomados como sujeitos de direitos ocorre em um campo de disputa, pois ele propõe o questionamento e a desconstrução de discursos estigmatizantes. Ao mesmo tempo, essa via implicaria em uma responsabilização do sujeito, uma vez que o deslocaria de uma posição objetificada e de impotência em relação ao outro. Com essa proposta de intervenção pelo paradigma da responsabilização do sujeito pelo seu ato, o trabalho ganha uma perspectiva que possibilita um movimento subjetivo. A autora coloca a responsabilidade não como uma característica a ser conquistada, mas como um posicionamento diante da lei e do laço social.

É nessa noção de responsabilidade que está o ponto central desses dois biografemas que compõem a seção “soldados do desencarceramento”. No início da minha experiência junto aos apenados, quando não havia escuta analítica, a concepção que eu tinha do meu trabalho era de responsabilizar-me pelo destino deles. Quando eu ia para o atendimento com um caderno para registrar os seus

pedidos, eu assumia uma responsabilidade após o atendimento. Portanto, todas as queixas que os apenados traziam, bem como seus pedidos, suas frustrações, injustiças sofridas, eram, no fim das contas, responsabilidades que eu tomava para mim. Cabia a mim tapar as faltas, ou melhor, cabia ao técnico penitenciário tapar as faltas; faltas materiais, faltas sociais, faltas institucionais, enfim, faltas. Mas não foi de forma espontânea que eu assumi essa postura: assim deve ser o trabalho do psicólogo no sistema prisional e os apenados depositam essa expectativa no técnico. “Vocês serão a voz dos apenados.” Essa “voz” me acompanhava sempre que eu estava na penitenciária e, por muitas vezes, também quando estava fora dela, principalmente quando tinha a sensação de não ter suprido alguma falta dos apenados, ou até mesmo da instituição prisional. Para fazer cessar essa voz, tive que mudar de postura, cair, tombar... no divã.

3.3 Um saber que não se sabe

3.3.1 Supervisão

Próximo de completar um ano de trabalho em uma penitenciária masculina, tive um encontro significativo com um apenado, o Ivan. Foi aí que apareceu, pela primeira vez, a necessidade de supervisionar um caso. A partir disso, iniciou-se uma série de outras supervisões para os casos que eu atendia na penitenciária. Cabe observar que, até esse momento, eu não sentia necessidade de examinar os casos que me eram destinados na penitenciária, porque os apenados costumavam solicitar atendimento a partir de uma demanda já pronta – tal qual medicamentos para abstinência de drogas, recados para familiares, doação de roupas e de materiais de higiene, entre outras. De modo que bastaria, na perspectiva que eu tinha da minha função (assim como na perspectiva de todos os servidores penitenciários), que fosse providenciado o que me era solicitado. Direito garantido. Missão dada, missão cumprida! Ou, utilizando termos técnicos: Falta anunciada, falta saciada! Poderia ir para casa orgulhoso por ter realizado um bem.

Mas, nessa ocasião, aconteceu algo diferente. O agente penitenciário estava muito empenhado em que eu atendesse o Ivan com certa urgência. Ele alegava que a agitação do apenado não era normal e, portanto, talvez fosse o caso de

encaminhá-lo para internação psiquiátrica. Fui até a galeria onde Ivan se encontrava recolhido e o recebi em uma sala que nem de perto oferece um *setting* terapêutico, mas garante a privacidade e o sigilo do que é falado. Antes mesmo de eu me apresentar, Ivan começou a falar, não sobre si, mas sobre o funcionamento da penitenciária. Seu discurso foi praticamente uma denúncia sobre as irregularidades que ele presenciou nos seus vinte anos de sistema prisional. E assim, nesse tom, Ivan falou por mais de quarenta minutos, denunciando tudo e todos. No entanto, o que chamou minha atenção foi uma ferida que ele tinha na boca e perguntei do que se tratava. Ivan respondeu que tinha um câncer, já em estado terminal. Eu finalizei o atendimento dizendo que iria encaminhá-lo para a UBS prisional. Ele agradeceu burocraticamente, parecendo pouco se preocupar com sua moléstia física. Quando saiu, fui questionado pela gestão da casa prisional se eu iria, enfim, encaminhá-lo para internação psiquiátrica. A minha negativa deu início a uma comunicação enfezada, por parte da administração da casa prisional, para me convencer de que se tratava de um caso de loucura, e que, se o Ivan não fosse para internação pelo meu encaminhamento, iria pelo de outro profissional. Ainda não habituado a esse tipo de reação, respondi “ok, então, que seja através de outro psicólogo”.

Esse tipo de interferência no trabalho do psicólogo acontece com frequência, pois os agentes penitenciários se sentem inseguros quando precisam lidar com um apenado que está apresentando algum tipo de transtorno mental. Nesse caso específico, a dúvida era se o paciente estava delirante, de modo que a internação psiquiátrica representaria uma espécie de solução, pois o cuidado do apenado passaria para outro estabelecimento. Trata-se de uma transferência de responsabilidade, e isso é uma alternativa que todas as casas prisionais, sem exceção, adotam.

Na época, a situação havia me deixado incomodado, por isso busquei supervisão, para poder agir eticamente no caso. Acreditava que seria novamente convocado a encaminhar o Ivan para internação psiquiátrica. A abordagem foi de um estudo de caso, como se eu estivesse levando uma situação do meu consultório. Logo, fiquei surpreso com o rumo que estava tomando a supervisão, pois sequer havia imaginado a possibilidade de pensar essa situação do ponto de vista clínico. Indaguei o supervisor: “clínica em uma penitenciária, com pessoas que estão privadas de liberdade?”. Na sequência, ele deu a seguinte resposta: “ora, qual a

diferença entre alguém que tu atende na penitenciária de alguém que tu atende no consultório? As pessoas que não estão encarceradas também estão presas. Afinal, livres ou condenados, estamos todos presos no próprio sintoma”. Ainda não satisfeito, fiz uma nova indagação: como eu poderia ajudar esse apenado que está em uma situação deplorável, dormindo no chão, porque ele não para em nenhuma cela e também em nenhuma penitenciária devido ao seu impulso incontrolável de caguetar para os agentes tudo que acontece entre os presos? “O que tu acha? como tu poderia ajudar ele?”, pergunta o supervisor. “Acho que intervindo com outras casas prisionais, para que alguma possa criar condições de abrigar o apenado com maior segurança e dignidade”, respondi. “Mas isso seria um problema da direção da casa prisional. Como psicólogo e utilizando as ferramentas da psicanálise, tu não teria nada para oferecer, além daquilo que é aparente? O que te parece possibilitar condições de fala para o Ivan e para qualquer outro apenado que vier a ti? Como tu mesmo falou, esse paciente só fala dos outros, ‘digamos que ele mete a boca no trombone’. Então, na próxima vez que tu for atender ele, tu pode falar que vai atender ele mediante uma condição: que tudo que ele falar deverá ser única e exclusivamente sobre si. Talvez, assim poderá aparecer na fala dele uma cena muito anterior à sua entrada no sistema prisional, por exemplo, quando ele ainda era criança e denunciava para a mãe as aventuras extraconjugais do pai, ou vice-versa”. No final do encontro, o supervisor me falou de um psicanalista austríaco, que viera ao Brasil na década de 1930 e escrevera sobre diversos assuntos, inclusive sobre o sistema penitenciário. Logo, valeria a pena eu dar uma conferida.

No ônibus, voltando para casa, lembrava de outra supervisão, dessa vez acadêmica, ocorrida sete anos antes, e da briga entre Dom Quixote e o moinho de vento. Naquele momento, ressoavam em mim, novamente, as palavras do professor antiquixotesco: “nossa profissão não precisa de psicólogos bons, mas de bons psicólogos”.

A partir dessa supervisão, foi se instaurando um incômodo interno que acabou por refletir em uma mudança radical na minha maneira de conduzir as situações com os apenados, bem como do meu papel na instituição. A forma como a

sessão se desenrolou denunciou que o meu trabalho como psicólogo estava sendo exercido sem nenhuma técnica e era sustentado a partir de uma mistura de benevolência com proatividade. E, mesmo tendo a psicanálise como ferramenta havia alguns anos, eu prescindia completamente dela na minha atual função de técnico penitenciário. Como isso aconteceu?

Uma pista para essa resposta pode estar na lembrança que me ocorreu logo após o final da supervisão. Coincidentemente, lembrança de outra supervisão, mas do tempo da academia: “nossa profissão não precisa de psicólogos bons, mas de bons psicólogos”. Tomado pela figura de um soldado do desencarceramento, acredito que eu fui para a supervisão esperando encontrar mais um aliado à causa do que um analista. Além disso, provavelmente existia uma velada intenção de mostrar ao supervisor que os apenados poderiam ter em mim um incansável combatente, um profissional com virtudes, e com isso pretendia conseguir a sua benção. O seminário de Lacan dedicado à ética da psicanálise (1959-1960) aborda a questão do bem, que me interessa comentar aqui.

Lacan (2008) coloca como problemática a experiência analítica quando é sustentada no desejo de fazer o bem, de curar o paciente. O autor alerta os analistas contra as vias vulgares do bem, de querer a cura do sujeito, sob o risco de que esta relação desencaminharia, instantaneamente, o trabalho analítico. “Qual a relação efetiva que o analista estabelece com o desejo de fazer o bem?” é a interrogação que Lacan propôs que nunca perdêssemos de vista, e acrescenta: “diria mais, poder-se-ia de maneira paradoxal, ou até mesmo decisiva, designar nosso desejo como um não-desejo de curar” (LACAN, 2008, p. 262).

Apesar de que essa dimensão de um trabalho de cura, no sentido clínico do termo, não seja o objetivo da intervenção psicológica no meu contexto de trabalho, a interpretação de que os técnicos penitenciários atuariam em prol de minimizar o sofrimento produzido pelo confinamento é a que mais corresponde a esses profissionais. Nessa perspectiva, é muito fácil os psicólogos e assistentes sociais se identificarem com a figura de um salvador, daquele que irá reparar, nos apenados, os danos que a custódia do Estado gerou neles. A partir desse lugar é que a população prisional enxerga o psicólogo, como aquele que irá resolver um problema específico originário das condições que a própria penitenciária produziu. Desse modo, o aparato prisional e seus respectivos atores, os policiais, os guardas, juízes,

assim como todo o pensamento que sustenta este sistema seria percebido como o sintoma do apenado e, conseqüentemente, a ação direta sobre essa estrutura produziria a sua cura. Uma cura que viria de fora para dentro.

O biografema anterior expõe, ainda, mais um elemento que faz barreira à escuta analítica: tomar a cena atual, tanto a que é trazida pelos apenados quanto a própria penitenciária, como a verdadeira causa do tormento do preso. Consumidos pela representação negativa do sistema prisional antes mesmo de conhecê-lo internamente, como ocorreu no curso de formação e depois de termos vivenciado a sua realidade, nós, técnicos, ficamos capturados por essa imagem e com dificuldade conseguimos afastá-la. A supervisão foi o caminho que eu trilhei para escapar dessa captura imaginária, ainda que não tivesse, conscientemente, essa intenção. Assim, em um primeiro momento, no que seria o instante de ver, a cena carcerária nos convoca a agir sobre aquilo que “grita aos olhos” e fechar os olhos para as violações de direitos que ocorrem na penitenciária, conforme fomos ensinados, é algo inadmissível para o técnico. De olhos bem abertos e fixados numa única imagem: a prisão.

A “Outra cena”, termo que Freud empregou para nomear o registro do inconsciente (FREUD, 1900/1996) e que foi destacado pelo supervisor, vem a se constituir como uma linha de fuga das condições nefastas do cárcere. Pena e Silva (2018) mencionam que, a partir de Lacan, essa Outra cena adquire uma dimensão central, correspondendo a um lugar (A) no qual ocorrerá a determinação do sujeito; logo, é no campo do grande Outro que o sujeito estará às voltas com a sua própria condição de ser falante. A aquisição da fala e do campo simbólico, nesse sentido, só é possível pela via do inconsciente.

A partir dessa reflexão, podemos pensar que para a criação de um espaço de fala para a população prisional é imprescindível um lugar de escuta do inconsciente. Brauer (1994) aponta que o inconsciente no trabalho de análise supõe a presença de alguém que possa ocupar esse lugar de Outro para que na transferência possa emergir o inconsciente. A alteridade condiciona a possibilidade do trabalho do inconsciente. Temos aqui uma resposta para a problemática do “fazer o bem”, mencionada anteriormente. Se o analista for representado como alguém que irá ajudar os apenados no que for necessário para o melhor cumprimento de uma pena privativa de liberdade, ele perde a especificidade de sua função e, ao mesmo tempo,

produz uma relação de proximidade com os apenados que abole a sua alteridade. Nesse sentido, a intervenção do supervisor, ao apontar a escuta da Outra cena, retoma o que seria o lugar do analista, a partir de uma posição ética. Brauer destaca que a proposta da psicanálise “não é algo que possa ser objeto de um conhecimento, mas que remete ao ser, ente cujo ser é ser segundo o significante, do qual se dá testemunho a partir de caprichos, aberrações e fobias, todos ligados ao objeto pulsional.” (BRAUER, 1994, s/p). Ainda segundo a autora, a intervenção analítica não pode ser interpolação de sentido, ela é jogo sobre o equívoco significante. Bertol contribui para o debate ao apontar que “a ideia de uma outra cena, de poder escutar os não ditos e escutar o que está dito de outra forma naquilo que é enunciado é uma maneira de questionar os profissionais pelas suas produções e por suas ações” (BERTOL, 2019, p. 88). Citando Irybarry (2003), a autora complementa:

Nesse sentido, a pesquisa psicanalítica se caracteriza também como uma pesquisa de intervenção, pois produz estratégias que permitem não somente conhecer ou observar as significações que aprisionam o sujeito, mas também apontar para uma outra ordem, que possibilita o deslocamento do sujeito no laço social, para que este possa então contribuir e elaborar um saber sobre si, a situação que vivencia e sua posição no mundo (BERTOL, *op. cit.*, p. 88).

Passados poucos meses após ter atendido Ivan, eu soube que ele faleceu em decorrência do tumor que afetava as estruturas de sua boca. É possível pensar, inspirado na citação de Bertol, que as constantes movimentações do apenado de uma casa prisional a outra não produziram nenhum deslocamento subjetivo, quando, talvez, fosse isso que estava sendo solicitado, inconscientemente, por Ivan. A minha entrada nessa cena, inclusive, se deu a partir da minha autoridade para poder encaminhá-lo, deslocá-lo a outro lugar. Não fiz isso no sentido literal, embora, tampouco, no sentido metafórico. Entretanto, esse encontro com Ivan me levou à supervisão e, a partir disso, ocorreu uma alteração na minha forma de escutar os apenados. Eu denominei essa mudança como a passagem do literal (significado) ao literário (significante). De modo que Ivan possibilitou para outros apenados uma escuta que ele necessitava para si.

3.3.2 Não sabias?

Foram necessárias mais algumas supervisões para eu internalizar as palavras do meu supervisor e, também, do antigo professor da graduação, que sempre reforçavam a abertura do inconsciente como um dos efeitos esperados da escuta analítica. Meses após eu discutir o caso do Ivan, precisei, novamente, de um espaço de supervisão para examinar a forma como eu vinha conduzindo os atendimentos, agora na penitenciária feminina.

– Assim, em relação ao meu trabalho lá na cadeia, tem um monte de coisas que tão me incomodando.

– Diga uma.

– Então, acho que a gota d'água foi uma apenada que eu atendi e em determinado momento ela me largou essa: “o que o senhor poderia fazer por mim?”. Bah! Na hora eu saquei que isso é justamente o que eu tô fazendo, mais uma vez, quando atendo os apenados: buscando algo pra fazer por eles. Sou eu que tenho que fazer alguma coisa que caberia a ela fazer, foi o que também pensei naquela hora.

– É que se tu fizer por ela, tu vai estar desacreditando dela. Pode parecer algo nobre, mas é uma desvalorização da pessoa.

– Essa paciente, a Aomame, eu já atendi ela duas vezes. Na primeira vez ela me falou que foi presa porque tava usando drogas em uma boca de fumo e a polícia achou que ela fosse traficante. Então, eu fiz um relatório pro juiz informando que ela não tem envolvimento com o tráfico, que se tratava de uma usuária de drogas e a intervenção nesse caso não era via segurança mas, sim, saúde pública. Aconteceu de ela ser inocentada e em menos de um mês ela voltou com um novo processo de tráfico de drogas e, de novo, ela falou que foi enxertada pela polícia. Eu sei que pouco importa se isso é verdade ou não, mas...

– Não sabias?

– Como assim? Eu?

– Não sabias? Tu poderias ter perguntado pra ela.

– Me perdi.

– Não sabias que isso poderia acontecer, de ser tomada como traficante, embora sejas usuária, quando tu foste usar a droga lá na boca? É como alguém que sabe que lá adiante tem uma armadilha, mas caminha em direção a ela. E, claro, vai

cair. De modo que ela está certa em querer provar para o juiz que ela não é uma criminosa. Oras! O único crime que ela cometeu, ou que vem cometendo, é um crime contra si mesma. Criminosos por sentimento de culpa, já diria Freud. Fazer ela se dar conta desses equívocos, ou dessa repetição, através das próprias palavras dela é algo que a tua função lá na penitenciária permite.

– Pois é. Mas eu passo o tempo todo tentando tapar os furos do Estado. As apenadas reivindicam, e com razão, tudo que é tirado delas e que são direitos da pessoa presa. Não acho que isso tá errado de fazer, mas é como enxugar gelo.

– Sim. E isso infantiliza muito a pessoa que está presa, essa falta de autonomia, porque para as questões básicas como alimentação, por exemplo, ela precisa do outro, ou do agente penitenciário.

– Totalmente.

– Mas vamos supor que a Aomame quisesse que tu conseguisse, como anteriormente, a liberdade dela. Tu poderia dizer pra ela que essa é, realmente, a essência da tua função na penitenciária: ajudar ela a se ver livre! Não da responsabilidade de cumprir uma pena, mas da enrascada mental em que ela está metida.

– Pois é. Complexo isso. Porque no atendimento técnico, com psicólogo ou assistente social, é um “me dá, me dá” que não tem fim. O que eu quero dizer com isso é que é muito complicado não atender a demanda, ou até mesmo inverter a demanda. Eu saio dos atendimentos tendo que providenciar um mundo de coisas pras apenadas. É remédio, é transferência, é ligação para a mãe trazer bolacha, é...

– Ligação. Transferência.

– Sim. Já me dei conta disso.

– Então?! Elas vão pedindo esse monte de coisas pra tapar, esconder o que seria essencial dizer. Assim como o paciente que fica falando abobrinhas pra tentar encobrir o material inconsciente, digamos assim, e ludibriar o analista. Mas aí entra a escuta, né. Por isso a importância da escuta do significante. Veja bem, pedindo que a mãe lhe dê umas “bolachas”. O que te parece?

– Todas as quartas-feiras, dia de visita, eu olho aquelas mães descendo do ônibus e carregando um monte de sacolas pela estrada e fico com uma pena delas, sabe. É muito triste esse universo prisional. Mas eu entendi o que tu quis dizer. No

fundo, parece que algumas apenas estão pedindo uma falta, ou a simbolização de uma falta. Mas, na hora em que eu tô atendendo, eu sinto que mais do que a escuta eu preciso dar coisas práticas, concretas, coisas que vão ser mais úteis ali na cadeia. Como roupas, escova de dentes, até mesmo a bolachinha recheada.

– Mas o que seria mais útil pra uma pessoa encarcerada do que a abstração? O convite à abstração que a clínica possibilita. Não te parece que de coisas práticas e concretas as apenas já estão cheias? Pelo que tu vem dizendo, tudo na vida delas é por demais concreto, inclusive a própria penitenciária.

– Tem vezes que eu consigo deixar de lado o psicólogo Dom Quixote, e escutar as apenas não só como vítimas de uma emboscada, ou como mocinhas inocentes e indefesas presas na torre do Estado tirano. E sabe que, no final do atendimento, elas me agradecem de um modo muito mais sincero do que quando quero que elas achem que eu, assim como elas, também tô lutando contra o dragão.

– Claro! Fiquei imaginando aqui uma apenas que te pedisse... Como é? Bolacha, ligação, carta, roupa e por aí vai. E aí tu perguntaria pra ela: digamos que eu providenciasse agora tudo isso que tu pediu, sem deixar nada de fora, e te trouxesse tudo aqui, daí tu poderia dizer, com toda certeza, que não teria mais nenhum sofrimento? Isso resolveria o teu problema? Ou ainda: é por causa disso que estás sofrendo, por não ter essas coisas? Me parece que há aí um campo de pesquisa muito promissor. Ok?

Figueiredo e Vieira (1994), em *A supervisão: do saber sobre a psicanálise ao saber psicanalítico*, examinam a função do saber na transmissão da psicanálise, num contexto de supervisão. Aqui eu gostaria de abordar alguns pontos. Primeiramente, os autores situam o saber como algo instaurado pela modernidade científica, com Descartes como ponto paradigmático. Nessa perspectiva, o saber está vinculado à consciência e ao pensamento, só se sabe quando se pensa, e quem pensa claramente alguma coisa é capaz de enunciá-la. Este enunciado ganha um caráter universal, independentemente de quem enuncia para ser válido. A isso

eles acrescentam que o enunciado só é válido se o sujeito que o enunciou estiver excluído.

A pesquisa freudiana introduz novos elementos na concepção cartesiana, através da hipótese do inconsciente. “Freud constata, a partir dos chistes, por exemplo, que se diz mais do que se quer dizer, portanto, mais do que se sabe, e a partir disso conclui que existe um saber inconsciente.” (FIGUEIREDO & VIEIRA, 1994. p. 25). Na contraposição que a pesquisa de Freud faz à proposição cartesiana, Figueiredo e Vieira destacam a noção freudiana do saber de natureza lacunar, furado. Contudo, a diferença mais radical entre essas duas concepções parece estar na formulação psicanalítica de que há um saber inconsciente que é do sujeito, mas que ele não conhece. Sobre esse ponto, os autores afirmam:

Admite-se, também, que existem saberes que não preenchem as características do saber tal como concebido desde Descartes, tendo a consciência como principal requisito. A partir daí, conclui-se que há pensamento onde não se pensa — onde não há consciência —, o que é a outra face da seguinte proposição: é impossível dizer-se exatamente o que se quer dizer’. E, se não existem enunciados completamente desprovidos de ambigüidade, tampouco existem saberes puramente objetivos. Todo saber é atrelado ao sujeito que o enuncia (FIGUEIREDO & VIEIRA, 1994, p. 26).

Outra proposição da psicanálise que os autores observam é a de que o saber constituído é um saber singular. É pela via dessa singularidade que eclode o ato psicanalítico, entendido como uma produção de saber que surpreende, justamente porque não se dá exclusivamente pela via da reprodução. Esse aspecto da surpresa, do chiste, daquilo que evidencia a presença de um sujeito do inconsciente, nos campos de pesquisa e de ensino costuma ser excluído, conforme Figueiredo e Vieira destacam. No campo da pesquisa, a surpresa, apesar de ser esperada, só poderia ser incluída se pudesse ser objetivamente manipulada. Já no ensino, poderia provocar uma ruptura na relação normatizada do mestre e do aluno. No que diz respeito ao campo psicanalítico, este “trata daquilo que a medicina taticamente tenta abolir, a psicologia tenta normatizar e do qual a psiquiatria não consegue escapar: o sujeito”, destacam os autores (FIGUEIREDO & VIEIRA, 1994, p. 28).

Na supervisão narrada acima, a proposta do analista foi de realizar uma torção no discurso da apenada, com base na ideia da fita de Moebius. “Esta é uma

estrutura unilateral (não tem dentro nem fora), logo nunca se fica preso, dada a possibilidade de escapar sempre, deslizando por toda a fita.” (LACAN, *apud* VÍCTORA, 2021, s/p). Ao trazer para a apenada a sua responsabilidade pela situação de confinamento, estaríamos lhe possibilitando perceber as grades psíquicas que a aprisionam. Quando o supervisor sugeriu a pergunta “não sabias?”, que poderia ser endereçada à paciente, me pareceu um esvaziamento de tudo aquilo que eu sabia de Aomame, bem como daquilo que ainda queria saber quando eu me perguntava se estava ou não sendo manipulado por ela. De modo que houve um deslocamento daquilo que seria um saber sobre ela, ou até mesmo um saber que se impunha a ela, para um saber que viesse a partir dela.

Figueiredo e Vieira realizam um exame sobre o que está em jogo na supervisão. Como o próprio termo indica, trata-se de uma visão superior, um saber a mais do mestre. Na psicanálise, o supervisor “procura encontrar na fala que um sujeito lhe dirige, já como seu sintoma, traços a serem reconstituídos da fala de um terceiro, que já porta um saber-não-sabido, sobre a qual deve fazer aparecer algum saber” (FIGUEIREDO & VIEIRA, 1994, p. 29). Na sequência, lançam a seguinte interrogação: “Que saber pode ser aí transmitido? Um saber sobre a psicanálise ou um saber analítico?” (*Idem, ibidem*).

Aqui ocorre uma mudança de posição do supervisionado. Em um momento anterior, era a ele que se demandava um saber, mas, ao expor o caso à escuta de outro analista, já está na posição inversa. Agora é ele quem endereça uma questão sua sobre a questão que lhe foi levantada. O supervisor trabalha por procuração, a partir do relato do relato. Ele procura na fala que lhe é dirigida um saber reconstituído.

Aquele que busca supervisão aposta na sapiência do analista acerca da psicanálise, mas é a falta de saber que transita entre mestre e aprendiz que relança ambos à pesquisa. A supervisão clínica, conforme Figueiredo e Vieira, “inclui a intervenção do analista, pois é a partir desta que o inconsciente é marcado como um saber” (FIGUEIREDO & VIEIRA, 1994, p. 29), um saber que é lacunar, singular e que surpreende quando emerge através do ato analítico. Este, uma vez produzido, cria a possibilidade de um saber novo. Para os autores, é este o trabalho do supervisor. Nessa via, ele transformaria o saber sobre a psicanálise em saber psicanalítico.

Os dois casos destacados nesta seção, e que motivaram a busca por supervisão, guardam uma semelhança entre si. Tanto Ivan quanto Aomame não me endereçaram nenhuma questão de ordem subjetiva e, ao que me parece, em nenhum momento deram a entender que supunham em mim um saber sobre eles. Para Aomame, o trunfo do psicólogo seria a sua influência nas decisões judiciais, por ser aquele cuja palavra é ouvida pelo Juiz, ou seja, é a voz dos apenados. Quanto a Ivan, posso dizer que se aplicaria a mesma fórmula, só mudariam as especificidades das figuras de autoridade. Ao invés do juiz, eu o representaria ao ministério público, aos órgãos de fiscalização do sistema prisional.

Assim como aconteceu com Ivan, mas por motivos diferentes, não tive a oportunidade de atender novamente Aomame, pois ela foi transferida para outra penitenciária. Depois da supervisão, eu e minhas colegas discutimos o alcance da frase que ela pronunciou: “O que o senhor poderia fazer por mim?”. E ao escutarmos uns aos outros, percebemos pela primeira vez que isso era uma espécie de mantra que as apenadas e também os próprios servidores entoavam na penitenciária. Em posse desse novo saber, tanto eu quanto a equipe não deixamos mais de lado, ou fizemos pouco caso dessa sentença quando pronunciada pelas apenadas. “O que o(a) senhor(a) poderia fazer por mim?” adquiriu um estatuto de significante, pois, quando ouvíamos essa pergunta, não mais sentíamos necessidade de explicar a nossa função de técnicos do sistema prisional, porque sabíamos que isso pouco importava para a apenada. Do mesmo modo que não sabíamos, de fato, o que estava sendo dito nesse questionamento, pois o caminho que essa pergunta significante abriria seria próprio para cada uma. Para mim, essa pergunta operava como uma espécie de ordem de comando. Era como se eu me posicionasse e lembrasse a mim mesmo: “Ok. Não preciso antecipar nada. A única coisa que eu posso fazer por ela agora é escutá-la e estimular a sua fala. O que virá depois, nem ela nem eu temos como prever. Não sabemos”.

Gostaria de reforçar, a partir desse exemplo, a relevância do método do biografema, pois fica evidente como, no papel de técnico penitenciário, não encontro espaço e tempo para analisar com a profundidade psicanalítica os instantes (dramáticos, às vezes) dos sujeitos. Uma pesquisa de mestrado, nesse sentido, é o ambiente adequado para fazer justiça à relação entre o psicólogo/pesquisador e o

apenado/paciente. Porque é nesse momento que o técnico se torna um analista e o apenado se torna um sujeito.

3.4 Ninguém faz nada pelo cara

3.4.1 Úrsula: ninguém faz nada pelo cara

Ao sair da sala de atendimento, onde estava com a assistente social, Ursula grita: “ninguém faz nada pelo cara aqui nessa cadeia!”. Presenciando essa cena, lembrei que eu também já tinha recebido essa espécie de insulto em ocasiões anteriores. As apenadas sabem que essas palavras atingem em cheio psicólogos(as) e assistentes sociais que trabalham no sistema prisional; afinal, fomos treinados, no curso preparatório, a não frustrar os apenados e as apenadas que atendemos.

A colega que a acolhia confessava não saber mais o que fazer com Úrsula, pois ela entrava e saía com frequência da penitenciária e sempre voltava com uma lista de demandas sem, no entanto, querer comprometer-se com um plano de trabalho que envolvesse algo para além de um assistencialismo.

Úrsula praticava furtos e já estava às voltas com o sistema prisional havia mais de vinte anos. Geralmente, as pessoas que cumprem pena por furtos ficam pouco tempo reclusas, pois a pena é relativamente baixa, em comparação com outros delitos. Em vista disso, Úrsula ficava de seis a doze meses recolhida e saía em liberdade. Tão logo saía do regime fechado, era flagrada praticando furto e, conseqüentemente, retornava à penitenciária.

Tive a oportunidade de atender Úrsula poucos dias após o episódio com a assistente social. Estou sozinho na sala. Ela entra, senta na cadeira, olha bem firme para mim, como se dissesse “tu sabe do que eu sou capaz, eu posso sair do atendimento satisfeita e quietinha ou daquele jeito”. Suas primeiras palavras são para dizer que está se sentindo abandonada na cadeia e que ninguém faz nada por ela. Em seguida, anuncia sua lista de pedidos. Finaliza perguntando se eu conseguiria ainda no mesmo dia as coisas que ela havia solicitado.

Nesse momento do meu trabalho com as mulheres privadas de liberdade eu já sentia que era capaz de conseguir sustentar uma falta e suportar não atender as

demandas das apenadas. Com muita delicadeza procurei fazer com que Úrsula falasse alguma coisa de sua história. No início a conversa parecia um jogo de pingue-pongue, eu perguntava algo colocando em perspectiva sua posição subjetiva e ela dava respostas que destacavam as injustiças sociais das quais se declarava vítima. Inclusive os roubos que ela praticava se justificavam por seu lugar de exclusão social. “Como é que eu não vou roubar, se não me dão uma oportunidade de trabalhar”, dizia ela. Eu me lembro de ter perguntado para ela quando isso teria fim, ou se não daria para fazer um “pé de meia”, assim como algumas apenadas fazem, para poder se bancar sozinha quando estivesse presa, sem precisar da ajuda de ninguém. Ou até mesmo se não haveria pelo menos uma vez em que ela tivesse praticado um roubo sem a menor necessidade. A minha intenção ao fazer essas perguntas não era obter uma resposta, mas que ela continuasse a falar.

Mesmo buscando ridicularizar as minhas intervenções, Úrsula trazia agora uma outra expressão no rosto, na qual eu lia “eu até que tô gostando de falar sobre mim”. Com uma postura menos combativa, a paciente relembra seus maiores roubos e a sensação de triunfo que sentia quando tinha sucesso. “É como uma droga. Mas a gente não fica completamente satisfeita depois de roubar. Esse último foi um erro, coisa de doente mesmo. Eu tinha pegado um monte de coisas no supermercado, tava com duas sacolas cheias, mas daí fui inventar de roubar tintas para cabelo numa farmácia e o segurança me viu. Pô, ele foi sacana, ao invés de me pegar na hora e me tirar da farmácia, ele chamou a brigada e quando eu tava saindo já tinha dois policiais me esperando. Aliás, seu psicólogo, tu sabe que eu não posso ver uma farmácia, não sossego enquanto não entrar lá e pegar qualquer coisinha. Tem uma bem ali na frente do mercado público que eu até evito de passar em frente, porque parece que ela me chama. Será que isso não é uma doença? O senhor trata isso?”

Eu escutei Úrsula por alguns meses na penitenciária. Ela solicitava atendimento toda semana, algo que não é comum entre as apenadas. Nos atendimentos, Úrsula parecia gostar de seguir sempre o mesmo roteiro. Inicialmente, ela se queixava das condições em que se encontrava e de como o Estado é

negligente com as apenadas. Ela sustentava essa fala por algum tempo e depois virava a chave, expressão que ela mesma usava. Daí em diante ela dizia que queria brincar com as palavras. “Agora eu quero que o senhor faça aquelas coisas lá com o que eu falo, que parece uma brincadeira”. Quando ela estava disparando contra o Estado, se eu fizesse alguma intervenção, ela reagia atacando o meu narcisismo de técnico, dizendo que os psicólogos das outras cadeias eram bem melhores e mais humanos que eu. A minha intervenção estava condicionada à sua autorização. No que acabou sendo o nosso último encontro, eu cometi o erro de intervir antes da hora, achando que aquele momento não poderia ser desperdiçado. Úrsula nunca mais solicitou atendimento.

No início de sua atividade profissional, Winnicott concentrou sua prática clínica em contextos hospitalares e no exercício clínico privado. Nesse período, ele evitava ao máximo assumir casos de delinquência, porque o hospital não dispunha de recursos necessários para o manejo desses pacientes, e ele mesmo não se sentia impelido a esse campo de trabalho, pois lhe exigiria muita disponibilidade. Com a eclosão da guerra, ele não pôde mais evitar a questão da delinquência e assumiu premeditadamente a Consultoria de Evacuação, que consistia em supervisionar as equipes que cuidavam das crianças separadas de seus lares, por circunstâncias da guerra. Essa experiência teve um efeito profundo em Winnicott, pois ele precisou enfrentar a confusão gerada pela desintegração brutal da vida familiar e vivenciar o efeito da separação e da perda, afirma Clare Winnicott no prefácio de *Privação e Delinquência* (WINNICOTT, 1994).

Foi no contexto da segunda guerra mundial que o pediatra e psicanalista inglês aprofundou sua pesquisa sobre as tendências antissociais, identificando a relação desses comportamentos com uma privação específica durante a infância do indivíduo. Clare Winnicott e Parkinson (1984) atribuem um caráter de originalidade a essa teoria ao afirmarem que até essa época a teoria psicanalítica atribuía a delinquência e a criminalidade à ansiedade ou culpa resultante de uma ambivalência inconsciente, ou seja, uma luta que se travava no mundo interno do indivíduo (WINNICOTT, 1984, p. 9). A experiência de Winnicott com crianças despojadas de seus lares lhe permitiu aprofundar essa noção, pois a partir daí ele passou a considerar como decisivo o fator ambiental.

Acredito que seja possível estabelecer uma semelhança entre o contexto em que Winnicott formulou sua teoria, a partir do tratamento de crianças que sofriam os efeitos da guerra, e o da apenas apresentada no biografema. Úrsula também está, desde a infância, em um ambiente que é atravessado diariamente por uma batalha, denominada guerra às drogas. Uma guerra que ainda não cessou e cujos efeitos marcaram o seu desenvolvimento emocional. Vejamos as reflexões que o autor propõe, especificamente, a respeito do sintoma de Úrsula: o furto.

Winnicott proferiu uma palestra para os profissionais da Borstal Housemasters's, um centro de detenção britânico para menores de 18 anos, e nessa ocasião abordou os conceitos de “esperança” e “deprivação”, a fim de examinar, junto à sua audiência, o que ele próprio chamava de tendência antissocial. Para o autor, essa tendência não se institui como um diagnóstico e pode ser encontrada em indivíduos neuróticos ou psicóticos. Ainda que, em tal caso, tenha se referido especialmente às crianças ao abordar o tema, ele pontuou que a tendência antissocial pode ser encontrada em todas as idades. Todo ato infracional, segundo Winnicott (1967/2021), contém um sentido oculto que escapa à compreensão quando é visto a partir de uma perspectiva moralista. O ato de furtar, por exemplo, contém em si, ao mesmo tempo, uma “esperança”. O autor acrescenta, ainda, que, embora os trabalhadores desse centro de detenção relacionassem a delinquência a lares desfeitos, pobreza, habitação precária, delinquência parental e um colapso de provisão social, a sua experiência profissional lhe permitia concluir, a partir de inúmeros casos examinados, que em todos os atos delinquentes existe um começo específico (doença) que será nomeado por Winnicott como *deprivação* (1967/2021):

De acordo com meu ponto de vista, que se baseia na experiência (embora seja uma experiência, admito abertamente, com crianças menores, que estão próximas da origem de seus problemas, e cujas condições sociais não são das piores), a tendência antissocial está inerentemente ligada à *deprivação*. Em outras palavras, a responsabilidade deve ser atribuída mais a um fracasso específico do que a um fracasso social geral (WINNICOTT, 1967/2021, p. 107).

A “deprivação” é o efeito de uma modificação no ambiente da criança que lhe causa uma ansiedade impensável e altera a sua vida inteira. "Para a criança que estamos examinando, pode-se dizer que as coisas iam bem o suficiente, até que um dia deixaram de ir bem o suficiente", destaca Winnicott (1967/2021). Esse processo

pode ser descrito em uma sequência, conforme demonstram Hack e Ramires (2014): no início da vida, a criança recebeu cuidados suficientes e, posteriormente, já amadurecida a ponto de se dar conta de seu ambiente, esses cuidados foram retirados de maneira abrupta, acarretando a vivência de uma aflição intolerável.

Convém fazer uma distinção entre o que se denomina de privação e privação, para Winnicott (1967/2021). O Estado de privação acontece em um momento da vida do bebê em que ele possui uma dependência absoluta do ambiente, enquanto o estado de deprivação acontece em uma fase de dependência relativa da criança para com o ambiente que a cerca: “na deprivação houve um início de vida bom e depois houve o desastre” (NEWMAN, 2003, p. 413 *apud* HACK & RAMIRES, 2014, p. 134). No que concerne à privação, os distúrbios ambientais datam de estágios mais primitivos do desenvolvimento emocional. Winnicott afirma que “perturbações ambientais que distorcem o desenvolvimento emocional de um bebê não produzem tendências antissociais; produzem, antes, distorções de personalidade que redundam em psicoses, doença de hospital psiquiátrico” (WINNICOTT, 1967/2021, p. 107). Portanto, a característica da tendência antissocial é que ela impulsiona o jovem ou a jovem a retornar à condição ou momento de deprivação, em que houve um medo ou ansiedade impensável até aquele momento para a criança. Sendo assim, o sofrimento subjacente ao comportamento antissocial é uma reação à deprivação.

Em *Privação e delinquência* (1994), Winnicott afirma que quando uma criança é exigida para além de sua capacidade, em consequência de uma perturbação ambiental, ela precisa reorganizar as defesas do ego. Nessa circunstância, a defesa que a criança irá construir será inferior em qualidade, mas pode ocorrer que, do ponto de vista dos adultos cuidadores, ela seja razoavelmente satisfatória. Então, por alguma razão, na sequência do processo de maturação da criança, surge o que o autor denomina “esperança”:

A criança começa a ter esperanças de novo e organiza atos antissociais na esperança de compelir a sociedade a retroceder com ela para a posição em que as coisas deram errado, e a reconhecer esse fato” (WINNICOTT, 1994, p. 115).

Trata-se, segundo o autor, de um impulso de retorno para o momento de “deprivação”, a fim de que possa ser desfeita a ansiedade ou confusão que existia

antes do novo arranjo de defesa egóico. A “esperança” é o equivalente ao ato compulsivo, por exemplo, da criança e do adulto de capturar objetos na forma de roubo. No momento da esperança, conforme explicita Winnicott (1967/2021), a criança alcança um objeto e o rouba. No entanto, ela age assim sem saber por quê. Naturalmente, o objeto capturado não trará a satisfação esperada, visto que a procura não é pelo objeto, mas sim, conforme afirma o autor, pela capacidade de encontrar o objeto. Em um momento de sua palestra para magistrados, em 1946, Winnicott expressa: “Temos até magistrados que não enxergam que os ladrões estão inconscientemente procurando algo mais importante do que bicicleta e caneta-tinteiro” (WINNICOTT, 1994, p. 120).

No contexto da apenada em questão, com o qual busco estabelecer uma comparação, ao considerar as conclusões do autor, surge a seguinte pergunta: qual será o objeto que Úrsula está incessantemente buscando e não encontrando? Quando fiz aquela intervenção fora de hora, faltando a uma combinação tácita que tínhamos, ao vê-la saindo da sala me ocorreu, a partir de uma posição transferencial, a seguinte ideia: estraguei a brincadeira dela.

3.4.2 Bibiana: inferno de Natal

Sucedeu-se um momento em que eu não conseguia mais escutar, como antes, as apenadas. Apesar de todo o meu investimento em supervisões e nas leituras psicanalíticas, percebi que eu estava encarcerado no plano da literalidade das palavras. Ou, posso dizer, também, que o psicanalista estava encarcerado. Foi nesse período que eu identifiquei haver criado um rechaço pela palavra.

Concomitantemente, novas atribuições que destoavam profundamente do trabalho clínico foram acrescentadas à minha rotina. O poder judiciário pressiona a penitenciária para que seja realizada alguma ação para as mulheres privadas de liberdade. Por sua vez, a gestão da casa prisional pressiona os técnicos para que criem projetos que contemplem boa parte da população prisional. Minimizar o sofrimento do cárcere sempre foi a palavra de ordem.

Ironicamente, aos olhos dos outros, eu estava realizando um ótimo trabalho à frente da oficina de costura e das demais tarefas tarefas que me eram designadas. Mas, no íntimo, eu me sentia péssimo. Quanto mais eu aceitava estar à

frente das tarefas tarefeiras, como “gerenciar” a oficina de costura, agendar visitas para as apenadas e dar recados, menos desejo eu colocava nos atendimentos. E quanto menos motivado eu identificava que estava nos atendimentos, mais eu buscava me “esconder”, ex-istir, nas tarefas gerais.

Assim, quando uma apenada, em atendimento, falava que havia perdido o seu documento de identidade e gostaria de fazer outro, eu acabava dizendo, com impaciência, que ela deveria ter solicitado atendimento social e não psicológico. Ora, que melhor ocasião para falar sobre perdas e identidade do que na presença de um psicanalista? Outra situação que também denunciava a minha falta de paciência em relação à fala das apenadas ocorria quando eu atendia as autodenominadas dependentes químicas. Nessas ocasiões, a solicitação de atendimento psicológico era motivada única e exclusivamente para que ocorresse o encaminhamento à psiquiatra, pois ela era quem fornecia os benzodiazepínicos. Diziam as pacientes: “sou dependente química e preciso dos meus controlados”, “quero tomar remédio pra cumprir a minha pena dormindo”, ou ainda, “se eu não tomar alguma coisa, vou me matar ou matar alguém”. De minha parte, eu sabia que se encaminhasse imediatamente a paciente para a psiquiatra, ignorando os significantes que ali surgiam, ela não precisaria mais ter que sustentar uma fala, mesmo que em penosas circunstâncias. Entretanto, devido às travas que a própria instituição prisional colocava à escuta, somadas à repetição diária de um mesmo discurso em tom de ameaça, qual seja, “ou me dá remédio ou me mato”, eu acabava optando pelo caminho mais simples e rápido e a paciente em poucas horas já tinha o seu ansiolítico, que na época, incomodado, eu chamava de “me-dá-me-dá-zolam”.

Não era assim que as coisas aconteciam antes do rechaço pela palavra. Apesar de ter sido sempre com um tom de ameaça de suicídio que as apenadas começavam a falar nos atendimentos, no desenrolar da sessão algo era produzido que as fazia perceber que o sofrimento do qual se queixavam não vinha do fato de estarem privadas de liberdade. Muito tempo antes do cárcere, pelo que escutei das mulheres que atendi, já existia um pedido de ajuda nunca ou pouco escutado.

A estratégia que eu usava para não ceder à tentação de transferir o problema para outro, no caso, a psiquiatra, era fazer as apenadas falarem algo que fosse além do sofrimento/remédio. “Eu preciso te conhecer um pouquinho para poder te encaminhar à psiquiatra...”, “pode me falar qualquer coisa de ti; uma história, uma

lembança, um momento de alegria ou de tristeza, qualquer coisa que te vier à cabeça”, eu dizia a elas. Enquanto algumas permaneciam empenhadas em ficar no papel de presa dependente química em abstinência que vai se matar se não receber seus controlados, outras compravam a ideia.

Uma apenada, em especial, me chamou a atenção pelo mergulho que ela fazia na associação livre. “Pepita! É o que eu pensei agora. Era uma boneca que eu tinha e que eu adorava. Sabe, a maioria das gurias aqui não tiveram infância, vida de cão mesmo. Mas eu tive. Cara! Eu ganhava tudo que eu queria no Natal, e continuaria ganhando se eu não virasse ‘vida loca’. Bons tempos que não voltam mais.” No início do atendimento, para tentar me convencer (ou convencer a si própria) de que ela era uma usuária de crack muito dependente, necessitando com urgência de tratamento medicamentoso, a paciente enfatizava que fumava a pedra na lata, como se este fosse o último estágio da degradação pelo vício. Associando isso ao que a paciente falou, pude dizer a ela que talvez não se tratasse de um tempo bom que nunca mais iria voltar, mas de um tempo que nunca acabava, como se todo dia da sua vida fosse um dia de Natal. Escrevi em uma folha de papel as letras LATANATAL nos dois sentidos, da esquerda para a direita e da direita para a esquerda e mostrei a ela. Olha só, como se fundem bem essas duas palavras, falei na sequência. A paciente alternou o seu olhar para a folha e para mim por alguns instantes e disse, com um semblante de surpresa: “pesadelo de Natal”.

Quando acabou o atendimento, fiquei olhando a apenada percorrer o caminho de volta, atravessando o corredor da galeria, e tive a sensação de ver alguém que estava voltando para si mesma, não somente para a cela.

A maior parte das mulheres encarceradas no estabelecimento prisional retratado possui histórico de abuso de drogas. Inclusive as que respondem pelo crime de tráfico, que representam mais de 70% das apenadas, ingressam por consequência do uso de crack. Tenho a recordação de uma cena emblemática ocorrida na UBS prisional. A enfermeira estava separando e organizando os medicamentos psicotrópicos, de acordo com a prescrição médica de cada uma das apenadas. Ela estava perdida em meio a tantos remédios e, ao me ver, falou: “eu

não aguento mais! Todas as presas tomam remédio. A farmacêutica falou que o consumo mensal de diazepam daqui é maior do que o de toda a população do município. E todo dia chegam prescrições novas na minha mesa”.

Bibiana, no primeiro atendimento psicológico, usou todos seus recursos para não apenas ser encaminhada à médica ou à psiquiatra e aguardar ser chamada, ela buscou me convencer que precisava dos “controlados” com urgência. Com a experiência analítica que eu tinha, sabia que se conseguisse sustentar essa angústia inicial da apenada, pouco a pouco essa obsessão pelos “controlados”, como ela denominava, iria se dissipando e poderia ser aberto um caminho que a conduziria para uma rememoração, para uma Outra cena.

Torossian, em *Escrita e histórias de toxicomanias* (2008), aponta que a rememoração não visa a um retorno à origem do problema numa perspectiva de causa e efeito, “mas no surgimento de novas possibilidades de sentido ao modificar e ressignificar o anterior” (TOROSSIAN, 2008, p. 89). Em diversos atendimentos que realizei na penitenciária com usuárias de crack, tive a percepção de que elas precisavam justificar a sua dependência química. Nessas ocasiões, elas traziam um trauma do passado numa perspectiva determinista. Essa justificativa das apenadas, me parece, sugeria mais uma tentativa de selar a sua relação de dependência com a droga do que propriamente de se lançar em uma perspectiva de movimento subjetivo.

Seguindo o raciocínio de Torossian, há de se fazer uma distinção, do ponto de vista psíquico, entre a toxicomania e o uso de drogas. A toxicomania seria a transformação da droga em tóxico, assumindo este um lugar particular no psiquismo. A autora afirma, a partir de Le Poulichet (1990): “o que pode fazer da droga um tóxico é o lugar que o corpo assume na subjetividade. O tóxico é uma tentativa de estabelecer uma relação de exclusividade com a droga” (TOROSSIAN, 2006, p. 90).

Diante disso, podemos pensar que a relação de Bibiana, no passado, com a sua ursinha de pelúcia, a “Pe(pita)” se estendia, no presente, com seu vício de pitar na lata, de modo que ainda parecia existir uma vinculação entre ela e a Pepita, agora não mais como um bicho de pelúcia, mas como uma “pedra de ouro”. A técnica da associação livre, cuja invenção Freud atribuiu aos escritores, possibilitou um movimento psíquico à apenada, cujos efeitos foram percebidos nos outros atendimentos que realizei com ela.

Moreira, Campos Guerra et al (2019) exploram os efeitos da associação livre junto a adolescentes em medida socioeducativa, num contexto em que a palavra falada pode ter consequências prejudiciais a eles. Mesmo diante de um possível discurso enganoso desses adolescentes para o psicólogo, elas pontuam:

A verdade inconsciente e íntima de um sujeito se impõe e produz efeitos na realidade dos fatos, social e juridicamente partilhada. Assim, convidar um sujeito a falar de si sempre o compromete com seu ato de fala e seus efeitos, mostrando que a realidade é sempre psíquica e que por ela sempre respondemos (MOREIRA, CAMPOS GUERRA et al, 2019, p. 240).

Em outro momento, as pesquisadoras afirmam que é através do ato do analista que o paciente reconhece que está sendo escutado: um dizer, uma interpretação, um silêncio do analista devolve àquele que fala as suas próprias palavras. O envolvimento, o trabalho com a própria subjetividade é fruto de uma atenção analítica “que implica, em primeiro lugar, o inconsciente que, sob transferência, fala, ainda que pelo ato, quando não pelo sintoma” (*op. cit.*, p. 244). Não recuar dessa posição de escuta se torna uma tarefa ética, concluem as autoras.

O Estado assume a responsabilidade pelos indivíduos que estão cumprindo pena em regime fechado e essa obrigação contempla a garantia da integridade física e mental da população prisional. Com isso, penso que a mente do(a) apenado(a) também é alvo de investimento do Estado. A técnica da escuta psicanalítica reúne instrumentos e teorizações que fornecem condições para investigar, revelar e tornar acessíveis os conflitos da psique humana. Qualquer atividade que me designassem na penitenciária que fosse contrária à proposta clínica faria com que eu me sentisse em desvio de função e sendo subaproveitado.

Diante da discussão desses dois biografemas (Úrsula e Bibiana), podemos responder uma pergunta indireta, a partir da exclamação que dá título a essa seção: ninguém faz nada “pelo cara!” O que poderíamos fazer, então, pelo cara? Escutá-lo e talvez, a partir desse ninguém, pensar sobre a responsabilidade individual.

3.5 Intervalo

3.5.1 Resistência

Tamanha ansiedade eu achava que só se passava com os outros. De uma hora para outra, percebi que havia algo estranho com a minha respiração. Não é que eu estivesse com falta de ar, mas o meu sistema respiratório estava caótico. Depois, uma sensação de aperto no peito. Pronto! Estou infartando, pensei. Ou então devo estar com alguma artéria entupida. Lembrei de *O Tempo e o Vento*, da cena em *O retrato* em que Rodrigo Cambará realiza uma sangria no paciente que estava com dispnéia (VERISSIMO, 2020, p. 19). Cheguei até a sentir o cheiro de éter, imaginando que tal procedimento seria aplicado a mim. Comecei a barganhar com Deus: eu juro que, se eu sair dessa, eu paro de fumar. Mergulhado em elucubrações, em momento algum cogitei a hipótese de tratar-se de uma crise de ansiedade, embora soubesse, intimamente, que esse mal-estar tinha origem emocional. Em certo ponto, não pude aguentar mais e só me restou ir para a emergência. Claro que eu poderia (e deveria) avisar o meu analista e marcar uma sessão para investigar essa desordem física/psíquica, mas, nesse momento, eu só queria transferir o problema para o saber médico, e que ele cessasse.

Cheguei à emergência do hospital achando que seria prontamente atendido. Passei pela triagem e a enfermeira pediu que eu aguardasse. Logo vão me chamar, pensava. Passaram-se trinta minutos e eu ainda aguardava ser chamado. Após uma hora de espera, me dirigi até a recepção e falei: “olha, é muito sério o que eu estou tendo, está cada vez mais difícil respirar”. “O senhor já passou pela triagem, a enfermeira fez a avaliação e agora o senhor tem que aguardar”, foi a resposta que recebi. Inconformado, falava para mim mesmo: “bah, que descaso esse hospital, ninguém faz nada pelo cara!”

De qualquer maneira, a cadeia significativa me faz lembrar o tempo inteiro que existe um Sujeito. Ao ser questionado pela médica sobre o que eu estava sentindo, em vez de falar que estava com dificuldade de respirar, ou que estava tendo uma crise de ansiedade, ou até mesmo que apresentava sintomas de Covid, eu simplesmente falei: “eu estou exausto”. Como eu ficava o tempo todo respirando profundamente, me sentia, realmente, esgotado. Diagnóstico: crise de ansiedade.

Essa situação que eu vivi, esse sufoco, me levou a dizer algo que talvez eu não conseguisse sem ter passado por todo esse quadro médico. O que estava latente neste “eu estou exausto” era uma série de investimentos que realizei –

seminários, análise, supervisão e principalmente o mestrado – para desenvolver um trabalho que realmente fizesse diferença na minha vida e na vida das pessoas em privação de liberdade, mas que até agora não parece ter espaço na penitenciária. E com isso não me refiro apenas ao âmbito das práticas de uma instituição total, mas também ao caráter ideológico como, por exemplo, o do desencarceramento, que, por mais justo e necessário que seja, tende a anular qualquer aposta que se possa fazer de uma escuta de homens e mulheres encarceradas.

Durante certo tempo eu tentei conciliar o psicanalista, por um lado, e o psicólogo determinado a garantir direitos, por outro. Mas, a partir de um movimento interno constante e sutil, passei a adotar apenas o que considerava ser uma postura analítica. Em determinado momento, a resistência institucional se tornou um obstáculo, a insistência e a força foram tais que não consegui mais manejar a cisão e me coube fazer uma pausa.

Lacan (1958/1998) afirma que a resistência é sempre do analista. O paciente resiste e é justamente essa a causa do seu sofrimento. Nesse sentido, para o autor, é o lado do analista que deve ser objeto de um olhar cuidadoso, garantindo, assim, a continuidade do processo analítico. Acima, me deparei com um sintoma de “tirar o fôlego”, uma formação inconsciente e, logo, uma velada resistência. Resistência do quê? Mais do que dar uma resposta, considero importante fazer um intervalo e mencionar a história e o contexto em que desenvolvi uma aposta na escuta clínica com a população prisional.

Essa mudança teve início quando eu trabalhava em uma penitenciária masculina, mas o trabalho de escuta se desenvolveu, na prática, após eu ser transferido para um estabelecimento prisional feminino, onde fiquei sete anos. Certamente o processo não foi linear e constante, pois quando se propõe uma conduta clínica em um contexto que estimula intervenções de cunho prático, assistencial, a primeira resposta é, como dito, a resistência.

No sexto mês de trabalho, falei na minha análise de uma situação ocorrida com um apenado e, desde então, regularmente, passei a levar a penitenciária para o divã. Quanto mais eu utilizava o espaço de análise como supervisão para examinar

a forma como conduzia os atendimentos, maior convicção eu tinha da eficácia da escuta psicanalítica, principalmente no contexto carcerário. Agora, na penitenciária feminina, eu adotava uma postura desvinculada de qualquer suposição de saber *a priori* sobre as pacientes, num estado de atenção flutuante e estimulando a associação livre. Mas, como diria Freud: onde há psicanálise, há resistência. E uma das forças que surgia como uma barreira ao desenvolvimento de um trabalho com sentido analítico vinha da noção institucional de que o trabalho precisa ser exibido, palpável, demonstrado na prática, bem como ser prático.

Por outro lado, nos espaços externos da penitenciária, em que era possível pensar a atuação técnica junto às pessoas privadas de liberdade, dava-se ênfase a uma conduta de luta e persistência que o psicólogo e o assistente social deveriam adotar. Garantir direitos da pessoa presa e o cuidado em liberdade eram o norte das ações junto aos apenados e apenadas, de modo que nosso trabalho com eles consistia em obter recursos que minimizassem o seu sofrimento. Também se entendia que intervir de forma mais complexa, pelo viés psicanalítico e clínico, só faria sentido quando o sujeito estivesse em liberdade e, ainda assim, talvez, não houvesse necessidade. Um argumento que ouvi em certas ocasiões era de que, em um sistema falido, quando a pessoa não tem sequer uma escova de dentes, é impossível e até mesmo desumano abordar o inconsciente. Podemos observar algumas contribuições da psicologia sobre a atuação dos psicólogos no sistema prisional que, de certa forma, apontam para essa concepção.

Uziel et al (2018) afirmam que, desde o surgimento das práticas da psicologia no ambiente prisional, deu-se início a outra forma de manejar o espaço do cárcere e das instituições de segurança. Em oposição a uma lógica punitivista, emergiram ações que buscavam prezar pela integridade da vida e pela defesa dos direitos das populações marginalizadas. Badaró e Nascimento (2018), destacam que a inserção do psicólogo nas penitenciárias possibilitou o reconhecimento do modo como se dão as relações nesse ambiente, principalmente nos aspectos socioeconômicos e culturais. Em posse desse saber, o profissional teria melhores condições de “elaborar propostas de intervenção que atendam às demandas concretas da população à qual se destina” (BADARÓ & NASCIMENTO, 2018, s/p).

Para as autoras, ao que parece, a prioridade no trabalho do psicólogo quanto ao cuidado da saúde dos apenados está não na subjetividade do indivíduo, mas na

objetividade da situação em que se encontra: o cárcere. Há muitos debates pertinentes a serem feitos sobre a natureza do sistema prisional e as consequências do aprisionamento; no entanto, a reflexão que desenvolvo aqui difere do ponto de vista de que haja uma maneira “mais eficaz” para o tratamento do sujeito que possa ser unívoca ou coletiva, como se depreende deste trecho:

Ainda que, como psicólogos, busquemos muitas vezes intervenções pontuais, práticas individuais ou com pequenos grupos na busca por mudanças subjetivas ou micropolíticas, não podemos perder de vista que a perda da liberdade é um dos grandes adversários de uma vida saudável. Dessa forma, devemos reconhecer que **a maneira mais eficaz de reduzir os danos à saúde causados pelo aprisionamento é pela via do desencarceramento** (BADARÓ & NASCIMENTO, 2018, s/p. O grifo é meu).

Do viés da psicologia, pode parecer legítimo focar na saúde psíquica a partir de frentes diversas, principalmente a luta contra a privação da liberdade, mas entendo que nessa abordagem a atenção está voltada para fora do sujeito. Por consequência, ao apenado resta uma postura passiva em relação à sua condição, pois é o psicólogo que conduz as ações. Este assume o compromisso de examinar de fora aquilo que afeta o apenado internamente. Nesse sentido, poderíamos pensar que opera uma resistência quando o psicólogo busca atender as demandas concretas e apostar no desencarceramento como solução para o sofrimento dos apenados.

O conceito de resistência proposto por Freud é constituinte do campo psicanalítico. Para ele, a resistência à psicanálise provém de três vertentes:

[...] em sua própria mente, contra as forças que procuram arrastá-lo para baixo do nível analítico; fora da análise, contra os adversários que contestam a importância das pulsões sexuais e querem impedi-lo de fazer uso delas em sua técnica científica; e, no tratamento, contra os pacientes, que a princípio comportam-se como os inimigos da análise (FREUD, 1914/1996, p. 187)

Sônia Leite (2008), ao examinar o aforismo de Lacan “a resistência é sempre do analista”, pontua:

mesmo que as resistências se expressem através dos *adversários* da psicanálise, ou ainda através dos *pacientes*, no

âmbito da clínica, o fator determinante será, sempre, a habilidade do analista em manejar as *forças que procuram arrastá-lo para abaixo do nível analítico*. (LEITE, 2008, p. 84. Grifo da autora).

Isso nos leva de volta ao biografema. Quando se instaurou a crise de ansiedade relatada, eu enfrentava no ambiente de trabalho o surgimento de uma aversão à psicanálise. Foi como se a equipe técnica dissesse: “Chega disso!”.

Apesar de exercer a função de técnico, eu, como psicanalista, assumo o compromisso ético de não furtar o meu trabalho à dimensão inconsciente da palavra. No entanto, historicamente, o trabalho do psicólogo nas penitenciárias do Estado nunca foi pensado através de uma prática que fosse clínica. Ao que me parece, esses dois pólos contemplam formas diferentes de escutar a palavra do apenado; uma que seria literal, da perspectiva da psicologia, e outra literária, proposta pela psicanálise. Entendo como literal aquilo que opera apenas no significado da palavra, e, por literário, a dimensão de significante da palavra. Nesse sentido, podemos pensar que as palavras dos apenados e das apenadas, até então, vêm sendo ouvidas apenas no seu aspecto literal.

A crise de ansiedade me mostrou o ar no seu aspecto mais urgente, a ponto de me submeter a uma condição que me fez reagir da mesma forma que as apenadas quando estão angustiadas, ao dizer “ninguém faz nada pelo cara”. Fica evidente nessa identificação o sentimento de abandono que motiva tal enunciado. No meu caso, em virtude do desencorajamento que eu sofria por exercer a psicanálise e ter que pensar a penitenciária na sua essência literal, me senti desalojado. Talvez, ao inspirar desesperadamente, eu estivesse não só buscando respirar, mas tentando expirar algo que estava aprisionado dentro de mim. A diferença está em que o “aprisionado”, neste caso, era um afeto: a angústia de me deparar com a resistência institucional. E, no viés psicanalítico, ele se liberta pelo potencial significante da palavra. Foi isso que o supervisor me estimulou a fazer com os apenados.

3.5.2 Não se esqueça: temos sorte - parte 1

Vou passar, quero ver
Volta aqui, vem você

Como foi?
Nem sentiu
Se era falso ou fevereiro
Temos paz, temos tempo
Chegou a hora, e agora é aqui
Cortaram meus braços
Cortaram minhas mãos
Cortaram minhas pernas
Num dia de verão
Num dia de verão
Podia ser meu pai
Podia ser meu irmão
Não se esqueça: temos sorte
E agora é aqui
Quando querem transformar
Dignidade em doença
Quando querem transformar
Inteligência em traição
Quando querem transformar
Estupidez em recompensa
Quando querem transformar
Esperança em maldição
Mataram o menino
Tinha uma arma de verdade
Tinha arma nenhuma
Tinha arma de brinquedo
O Brasil é o país do futuro
O Brasil é o país do futuro
O Brasil é o país do futuro

(Renato Russo, 1989)

– 182 horas!?

– Sim. Está aqui no documento que tu vai ter que compensar todos os dias que tu teve liberação para as atividades do mestrado. Acho bom tu ir falar com o

diretor e já fazer um memorando dizendo quando e como tu vai pagar essas horas, porque tu sabe, né, isso dá corregedoria e demissão. Se alguém denunciar que tu deve esse mundaréu de horas... Desculpa se eu te assustei, mas é bom pra ti deixar tudo documentado, sabe?

Embora o Estatuto do Servidor Estadual garantisse que o funcionário poderia se afastar do trabalho, sem prejuízo da efetividade, para realizar curso de qualificação, não foi assim que a lei foi interpretada. Ao sair da sala de trabalho do colega que me notificou da decisão final sobre o meu pedido de liberação para os compromissos do mestrado, imediatamente pensei “Claro! Não preciso mesmo me qualificar profissionalmente para avisar o familiar da apenasada que, na próxima vez em que a visitar, precisará trazer bolachas, salsicha, miojo, roupas (não esquecendo de dizer quais tipos de roupas e cores que podem entrar), ventilador, 150 reais e aquele arroz com galinha que ‘só mamãe sabe fazer’. Porque, depois de ter feito esse contato telefônico, basta escrever um retorno para a apenasada dizendo que o pedido foi feito e que no próximo domingo ela receberá sua encomenda. Ainda menos útil seria um aprimoramento técnico para implorar à médica psiquiatra que ela inclua na sua agenda uma apenasada que está em abstinência de crack”. Desde que seja “tapado o furo” que o Estado deixa na condução da execução das penas privativas de liberdade, deixando respaldada a administração da casa prisional contra qualquer denúncia de violação de direitos, eu estaria cumprindo com louvor a minha função. Agora, se eu quisesse me “meter a besta”, teria que arcar com as consequências, e, nesse caso, seria praticamente morar na cadeia por um bom tempo.

Quando ainda restava um saldo negativo de 70 horas, de uma dívida inicial de 180, próximo da conclusão do mestrado, veio um segundo golpe, ainda mais pungente. Por um erro administrativo, passei a ter uma perda salarial significativa, que reduzia pela metade minha remuneração. Na primeira vez em que fizeram o desconto, informaram que na próxima folha salarial estaria resolvido o problema. No mês seguinte, o desconto foi maior. O que até então era um esfolamento, tornou-se uma ferida aberta. No terceiro e quarto mês consequentes o problema persistiu. Nesse ínterim, eu também estava absorvido pela pesquisa que eu precisava finalizar. Mas, de que maneira, nessas circunstâncias, pensar em outra coisa que não seja um modo de lidar com esse revés financeiro? Somente um banco (de

sangue) para dar conta dessa sangria monetária. Infelizmente (ou não), o banco (sanguessuga) não poderia fornecer um empréstimo porque meu contracheque estava minguido. Disseram que entendiam a minha situação, mas não poderiam fazer nada. Obviamente! Saí anemicamente do banco, com a única esperança de que na folha de pagamento seguinte a ordem se estabelecesse e eu, finalmente, fosse ressarcido de toda parte salarial que me fora retirada. Quinto mês: nada mudou! Nem adiantava ir ao banco. Se eu fosse lá, teria como retorno só uma indicação para cuidados paliativos.

3.5.2.1 Não se esqueça: temos sorte - parte 2

No período em que estava acontecendo essa confusão com a minha folha de pagamento, eu estava às voltas com a finalização da minha pesquisa. O que me incentivou a fazer o mestrado foi o desejo de contribuir para o campo de trabalho psicológico com os apenados e as apenadas do sistema penitenciário. Ao longo desse processo, o interesse já não era mais o mesmo e a motivação passou a ser outra: o que eu pretendia com o mestrado era adquirir melhores condições para romper com o Estado e, conseqüentemente, com o sistema prisional.

Angustiado por não ter uma motivação estimulante para concluir a minha pesquisa, visto que minha situação financeira estava por um fio, fiz o seguinte sonho: havia na rua um grupo de desconhecidos que estava incomodado com um jovem, eu resolvi me aproximar e também acabei me irritando com o sujeito, alvo da ira do grupo, que arremessava fezes de cachorro e de cavalo contra nós. A solução que encontramos para resolver esse incômodo foi agredir fisicamente o rapaz, então me juntei ao grupo de desconhecidos e partimos para o linchamento. Após a surra, percebemos que tínhamos cometido um assassinato. As pessoas se dispersaram, foi cada uma para um lado e eu fiquei com o seguinte dilema, ao lado do corpo que jazia no chão: se eu fugir, não vou conseguir conviver com a culpa de ter assassinado uma pessoa; se eu assumir o meu crime, vou para a prisão. Quando já estava convencido e aceitando meu futuro destino de presidiário, um dos rapazes do grupo voltou e disse que já tinha providenciado tudo com o Sérgio Moro para que não fôssemos condenados, mas que eu teria que sair imediatamente da cena do crime e ir para outro estado. “Eu não posso fazer isso”, falei para o outro, “porque eu

sou funcionário do estado”. Nesse instante lembrei que trabalhava no sistema prisional e, perplexo, acordei.

A forma como se estrutura o sistema prisional, conforme foi apresentado, cria travas para uma escuta que coloque em perspectiva aspectos da subjetividade da pessoa privada de liberdade. O que destaco com esse biografema é a extensão dessas travas, alcançando, também, o campo da pesquisa. A licença para assistir às aulas de mestrado me foi concedida verbalmente, mas a minha saída no horário de trabalho causou desconforto entre os servidores; então, para resolver esse problema, a solução adotada foi que eu compensasse essas horas em que me ausentei para estudar fazendo uma carga horária maior. Além de uma interdição da escuta, a organização da penitenciária parece que, também, desestimula a produção de pensamento.

Quanto aos apenados, podemos pensar que o sistema prisional vive um atraso em termos das práticas de reinserção social e de garantia de direitos. Em 2012, por exemplo, o então Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, declarou em uma entrevista:

do fundo do meu coração, se fosse para cumprir muitos anos em alguma prisão nossa, eu preferiria morrer, quem entra em um presídio como pequeno delinquente muitas vezes sai como membro de uma facção criminosa para praticar grandes crimes (CARDOZO, 2012, s/p).

Para o ex-ministro, os presídios brasileiros são medievais e verdadeiras escolas do crime. Diante dessa postulação, e a do parágrafo anterior, poderíamos supor que o sistema prisional desmantela as condições para a qualificação dos servidores na mesma medida em que cria as condições para um aprofundamento das condutas criminosas.

O sonho relatado denunciou um sentimento de violação de direitos que eu vinha sofrendo sucessivamente e a saída apontada foi a mesma oferecida aos sujeitos encarcerados: a criminalidade. Mesmo eu tendo a própria escrita como uma saída sublimatória para esse descaso do Estado, a vontade de me desligar do

programa de pós-graduação me tomava por inteiro, como se a causa disso fosse o metrado. Abandonar de vez a pesquisa seria também abandonar o pensamento, a ciência e me a(pro)fundar na primitividade que até então era para mim estar no sistema prisional, mas eu só pude perceber isso depois do sonho e da escrita.

3.6 A deserção como território da escuta

3.6.1 Rechaço pela palavra

Todas as mulheres que ingressam na penitenciária precisam passar por uma triagem, que consiste em três etapas. No primeiro momento, a detenta passa pela equipe de enfermagem da Unidade Básica de Saúde prisional, para a realização de exames de sangue e investigação clínica. Posteriormente, é realizada a triagem técnica, geralmente com um profissional da psicologia e, por fim, a equipe de segurança direciona a nova integrante do sistema prisional à galeria correspondente. Em média, chegam à penitenciária 20 apenadas por semana. Uma parte delas entra no estabelecimento para cumprir uma sanção disciplinar por um período determinado previamente. Há outras que estão presas preventivamente, via decisão judicial, e precisam ficar recolhidas até o momento da audiência. Outra parcela é referente às que vêm de diversos estabelecimentos prisionais do estado, seja por pedido próprio ou sem o seu consentimento. Em casos assim, a transferência é justificada pelo perfil criminológico da reclusa.

Após sete anos trabalhando nessa penitenciária, eu devo ter realizado mais de setecentas triagens técnicas. Na etapa da triagem que me cabe, é feito o registro de dados referentes à identificação geral, estrutura familiar, moradia, trabalho, escolaridade e saúde mental da apenada. Embora seja um instrumento de entrevista fechado, no momento de acolhimento eu costumo explorar outros aspectos da vida da apenada, abrindo a entrevista para o que surgir como necessidade de fala da entrevistada. À parte isso, há, ainda, os atendimentos das apenadas de rotina.

Nove em cada dez mulheres, no momento da triagem, falam das circunstâncias em que ocorreu sua prisão. Nas primeiras vezes, eu sentia um profundo mal-estar ao ouvir os equívocos policiais e judiciais que resultaram na prisão dessas mulheres. Tudo era detalhado nos relatos das apenadas, e, muitas

vezes, as entrevistas se estendiam por mais de uma hora, sobrepondo-se à rotina prisional.

Neste ponto da dissertação, preciso dizer que eu corria de um lado a outro para desfazer esses supostos mal-entendidos da abordagem policial, bem como os arbítrios dos juízes. Se não houvesse nenhuma possibilidade de interferência técnica no andamento do processo criminal da apenada, ainda assim eu poderia fazer algo por elas após a triagem. Encaminhamentos para a psiquiatra era o que mais me solicitavam, como também sensibilizar a equipe de segurança para que abrisse uma exceção em favor de alguma necessidade particular.

Isso ocorreu durante o primeiro período da minha experiência na penitenciária, quando eu ainda estava identificado com um soldado do desencarceramento, ou um Dom Quixote. Com a retomada de uma aposta na clínica, motivada pelas supervisões que realizei para aprimorar meu trabalho junto à população prisional, passei a fazer operar a escuta psicanalítica, tanto nas triagens como nos casos que eu acompanhava. A diferença se tornou visível desde que eu deixei de levar comigo o caderno de registros. Não anotaria mais nada, a partir de então, no momento do atendimento. Meu novo instrumento de trabalho passou a ser a orelha. A sensação que eu tive após abandonar o caderno e o registro das demandas que as apenadas traziam foi de estar abrindo mão de um escudo, ou até mesmo de um objeto transicional. Mais ainda, o caderno também se constituía em uma espécie de protetor auricular que abafava qualquer palavra que pudesse revelar o inconsciente. Claro que só pude perceber isso quando parei de usá-lo.

Apesar de despender muita energia, eu sentia a gratificação de poder proporcionar, através da escuta, momentos em que as apenadas ficassem imersas, exclusivamente, em si mesmas e fixadas em outra cena que não mais a do real. Momentos em que, às vezes, percebia-se que a prisão não é a causa do sofrimento, mas uma consequência. Assim, nessa nova perspectiva, os dias foram se sucedendo.

Porém, aos poucos a escuta começou a travar. Com o tempo, eu passei a ter outra postura, tanto nas triagens como nos atendimentos das apenadas que já estavam nas galerias. Nas triagens comecei a intercalar entrevistas ora abertas, ora fechadas, adotando a seguinte interpretação quando me limitava às perguntas do formulário: “bom, isso aqui é apenas uma entrevista inicial, ou seja, o objetivo é

apenas obter dados básicos sobre ti. Pra qualquer outro assunto, tu precisa solicitar atendimento. Nome da mãe?”. Portanto, ora eu adotava a escuta psicanalítica, ora eu me sustentava numa posição burocrática.

Nesse período também começou a se exigir dos psicólogos uma participação maior nas atividades gerais da penitenciária, como, por exemplo, o gerenciamento da confecção de máscaras que eram produzidas pelas apenadas. A lógica que sustentava a participação do psicólogo nesse trabalho era simples. Máscaras são importantes para a população, pois impedem a transmissão de COVID19. Portanto, máscaras fazem bem. Psicólogos estão aqui para fazer um bem. Logo, este é um trabalho que fará os psicólogos se sentirem úteis. Eis que voltou à força o Dom Quixote. Por um bom tempo, nesse período de pandemia, eu precisei usar duas máscaras, uma física e outra psíquica.

Até que a minha intervenção travou de vez. Agora, raramente aparecia o psicanalista. Na época em que ocorreu a pane, havia uma demanda frequente de atendimentos de triagem, chegando algumas vezes a doze por dia. E lá ia eu, ab(surda)mente, sem nenhuma motivação. Eu realizava cinco, seis triagens em menos de uma hora. Quando a apenada tentava falar algo fora do roteiro, isso me parecia insuportável. Eu só queria preencher a ficha de triagem e dispensá-la, para que entrasse a próxima até que não tivesse mais nenhuma e, enfim, não precisasse ouvir mais nada. Eu chegava a torcer, a cada dia que entrava na penitenciária, para que houvesse alguma operação de revista e, assim, os atendimentos técnicos ficassem suspensos. Não se tratava mais de uma simples trava na escuta – eu havia criado um rechaço pela palavra.

O grupo de pesquisa do mestrado teve um papel fundamental para o meu retorno à palavra. Ao apontarem que esse dilema poderia ser o meu objeto de estudo, e na sequência sugerirem a leitura de Conceição Evaristo, a minha escrita destravou. Já a escuta levou mais tempo para retornar.

Eu não estava impedido de escutar as apenadas – esse lugar clínico estava preservado –; ainda assim, a trava também ocorreu a partir de circunstâncias externas. Por exemplo, ao noticiar uma apenada sobre o falecimento de algum

familiar próximo, eu precisava negociar com a equipe de segurança a possibilidade de a apenada ficar algemada com as mãos para frente, contrariando o protocolo administrativo. Essas discussões às vezes levavam horas e, quando eu ia atender a apenada, já estava desgastado. Houve, dentro dos mecanismos de resistência à psicanálise, ações em diferentes âmbitos. Meu nome, por exemplo, foi considerado para desenvolver o projeto da horta na penitenciária, e isso implicava sair pela cidade para solicitar doações nas agropecuárias. Pouco diferente do caso emblemático do universo da literatura em que Jorge Luis Borges, escritor argentino, foi dispensado pelo governo de Juan Domingo Perón de seu cargo de diretor da biblioteca para assumir uma função de “inspetor de aves de curral”, o que levou o escritor, evidentemente, a pedir demissão. Esse tipo de atribuição, a meu ver, era desrespeitoso para mim enquanto profissional.

Aos olhos dos administradores, a função de psicólogo não requer nenhuma técnica, apenas disposição para ações práticas em prol das apenadas. Além disso, haveria outro aspecto colado à representação do técnico penitenciário psicólogo: aquele que olha as apenadas com bondade. Cheguei à conclusão de que não só na penitenciária feminina, mas em qualquer outro estabelecimento prisional em que eu fosse trabalhar, eu iria me deparar com o seguinte slogan: “aqui não precisamos de bons psicólogos, necessitamos de psicólogos bons.” Afinal, esta também foi a ordem de comando no curso de formação, uma convocação à nossa bondade acima de qualquer coisa. Acredito que o bom psicólogo comporta em si o psicólogo bom. O que discuto aqui é o fato de que a representação do trabalho psicológico junto aos apenados está sustentada mais em uma postura virtuosa do que propriamente técnica, e o quanto essa constatação impede a escuta.

A partir da elaboração desta pesquisa, juntamente com as reflexões do grupo de pesquisa, surgiu uma compreensão do conflito que estava presente no meu trabalho com as apenadas, que denominei rechaço à palavra. Inicialmente, entendi que não era à palavra que eu havia criado um rechaço, mas à instituição de modo geral, sustentada na palavra. Logo, compreendi que o discurso institucional é apenas uma reprodução, efeito de uma estrutura discursiva que organiza as relações nesse ambiente. A isso chamei “discurso literal”.

Utilizando a noção do tempo lógico em Lacan (1945/1998), elaborada a partir do sofisma dos três prisioneiros, podemos identificar os três momentos do que

expus acima. No primeiro tempo – o instante de ver – apareceu o rechaço à palavra. Segundo Costa, “neste tempo, a alienação marca a posição de engodo de uma relação de prematuridade especular entre o eu e o outro. Qualquer conclusão feita agora se sustenta em uma impessoalidade” (COSTA, 2014, p. 505). Aquilo que parecia certeza ganhou uma perspectiva de interrogação quando o grupo identificou uma questão de pesquisa, impedindo qualquer certeza antecipada. No momento seguinte – o tempo para compreender – surge o rechaço à instituição. Lacan (1945/1998) afirma que esse é um tempo meditativo. A incorporação do literário na pesquisa e na minha própria escrita marcou esse período. Ao escrever os biografemas, pouco a pouco, fui me conduzindo para o terceiro tempo: o momento de concluir. “Passado o tempo para compreender o momento de concluir, é o momento de concluir o tempo para compreender.” (LACAN, 1945/1998, p. 206).

O meu rechaço era ao literal do sistema prisional, à tendência desse sistema a literalizar as suas relações, tanto dos agentes com as apenadas quanto das apenadas com os técnicos; e não só, mas também dos agentes com os agentes, das apenadas com as apenadas, dos técnicos com os técnicos, enfim, uma dinâmica social restrita à instituição que se dá no plano literal. Na mesma medida em que identifiquei em mim um rechaço às relações literais, percebi, do outro lado, um rechaço institucional e institucionalizado ao literário.

3.6.2 *The wall*

“Quais projetos estão sendo desenvolvidos por trás desses muros?”

O trabalho técnico, em todas as penitenciárias do Estado do Rio Grande do Sul, está profundamente vinculado à condução de projetos para as pessoas privadas de liberdade. As principais iniciativas giram em torno de fomentar o trabalho prisional, buscando a vinculação do preso ao trabalho, e nisso é esperado o engajamento do psicólogo. Vamos à lógica: o trabalho, em uma concepção geral, produz sensação de bem-estar nas pessoas e “dignifica o homem”. Temos, então, o Bem e a dignidade. Portanto, psicólogos, mãos à obra! Tratem de correr atrás de oportunidade de trabalho para seus pacientes. Quando somos questionados sobre as ações que desempenhamos nos estabelecimentos prisionais, algum projeto vinculado à oferta de atividade laboral para a população prisional precisa aparecer.

Do contrário, a ausência desse tipo de ação representa que os técnicos não estão fazendo a sua parte. Não estão fazendo nada pelo “cara.”

Mesmo quando eu acreditava que minha função era levar algo prático para os apenados e apenadas, essa noção de projeto me causava desconforto. Depois de ter percebido que o trabalho com a palavra, ainda que em um contexto prisional, é capaz de operar uma revolução subjetiva, não conseguia mais ver sentido nas coisas que fugiam desse domínio. Trabalhar o material discursivo que era trazido pelas pessoas que eu atendia constituía o meu projeto. Só faltava eu me autorizar a responder, quando convocado a prestar conta das atividades que realizava com a população prisional, que a minha contribuição aos apenados seria aprimorar, cada vez mais, a minha escuta.

A única justificativa aceita para a ausência de projetos técnicos em prol da população prisional é a alta demanda de atendimentos. O técnico, psicólogo ou assistente social, sente que precisa realizar alguma tarefa de natureza prática para fundamentar a sua permanência no sistema prisional. Isso poderia explicar, por exemplo, uma repreensão verbal que eu recebi, formalizada, em razão de estar lendo um romance no horário de trabalho. Se eu não estava atendendo, deveria estar ao menos enchendo frascos de xampu para distribuir às apenadas, ou à frente do computador digitando qualquer coisa, mas ler, que corresponde a uma das formas de “ficar parado”, não era bem aceito. Justifiquei a minha “infração” argumentando que eu precisava da literatura, em sua dimensão metafórica, simbólica, como parte da minha formação profissional e para conseguir escutar as histórias trágicas que as apenadas me traziam; pois, sem o recurso do literário, não poderia suportar ouvir o que ouvia diariamente. Em vão. O literal e o literário do sistema prisional. O verbo literário repreendido.

E, realmente, não existe a menor possibilidade de desenvolver a escuta analítica prescindindo do literário, inclusive em um contexto como o prisional. Pouco depois de ser notificado com a infração, lembrei da cena do clipe “Another brick in the wall”, do grupo de rock Pink Floyd, em que o professor repreende o aluno por estar escrevendo poemas no meio da aula:

“– What have we here, laddie? Mysterious scribblings? A secret code? Oh! Poems, no less! Poems, everybody!

[Os colegas riem]

– The laddie reckons himself a poet!

[O professor lê o caderno]

– "Money, get back / I'm all right, Jack / Keep your hands off my stack./ New car, caviar, four-star daydream. / Think I'll buy me a football team."

[O professor atira o caderno contra a escrivaninha]

– Absolute rubbish, laddie! Get on with your work. Repeat after me: An acre is the area of a rectangle whose length is one furlong and whose width is one chain."

“– Mas o que temos aqui, rapazinho? Rabiscos misteriosos? Um código secreto? Oh! Nada menos do que poemas! Poemas, gurizada!

[Os colegas riem]

– O rapazinho se considera um poeta!

[O professor lê o caderno]

– Dinheiro, vai embora / Estou bem, minha senhora / Tira as mãos da minha sacola / Carro zero, caviar, viajar de cruzeiro / Vou me comprar um time inteiro.

[O professor atira o caderno contra a escrivaninha]

– Puro lixo, mocinha! Vamos ao trabalho. Repitam depois de mim: um acre é a área de um retângulo cujo comprimento tem 201 metros e cuja largura tem 21 metros.”

(PINK FLOYD, 1982)

O mesmo embate de saberes, que a cena do clipe busca expor, parece se configurar no âmbito da penitenciária, ao menos quanto à expectativa dos denunciadores da infração, que nas suas ações parecem dizer: “ou o literal ou o literário, escolha, soldado!”

Freud, em *A questão da análise leiga* (1926), afirmava ser a literatura um dos campos que o psicanalista deveria dominar para poder exercer sua prática, opondo-

se ao treinamento médico como pré-requisito para os psicanalistas. De acordo com Rabaté & Santos (2017), com o termo *Literaturwissenschaft* (literatura), Freud não está simplesmente aludindo ao saber obtido com o contato pessoal com textos. “Essa palavra junta a experiência literária pessoal com uma ciência da literatura que inclui críticas” (RABATÉ & SANTOS, 2017, p. 164). Por outro lado, Freud também não se referia à literatura, nesse contexto, como um símbolo de familiaridade com grandes romances, ou como um sinal de erudição, pois, nesses termos, ela implicaria uma relação de saber, ou ainda uma pedagogia, campos estes que Freud procurava não vincular à psicanálise (RABATÉ & SANTOS, 2017, p. 164).

Foguel (2017) afirma que a aproximação de Freud às obras literárias conferiu à psicanálise sua própria estrutura. Como exemplo, temos o *Édipo Rei*, de Sófocles, que inspirou Freud a desenvolver a estrutura central da psicanálise: o complexo de castração. As obras literárias possibilitam ao psicanalista “extrair uma interpretação alusiva à própria coisa, ao real, através das metáforas e imagens peculiares à obra literária, a qual contém um saber tanto sobre o universal quanto sobre o singular da estrutura de linguagem.” (FOGUEL, 2017, s/p).

A literatura como um canal de comunicação encontra um muro no sistema prisional. Neste ambiente, a “coisa” parece sobrepujar o literário. Constatei, no episódio narrado, a desvalorização da minha justificativa pela “infração” que eu cometi. Conforme mencionei no biografema, na minha “defesa” destaquei os benefícios que o literário proporcionava para o desenvolvimento do meu trabalho com as apenadas, mas para os denunciadores foi como se eu estivesse falando outra língua.

Embora eu soubesse que podia gerar incômodo para os funcionários da penitenciária ver um técnico lendo em horário de expediente, pela associação de senso comum entre leitura e lazer, nunca sofri nenhum tipo de represália além de comentários em tom de ironia. A denúncia partiu de funcionários do poder judiciário e isso deixa explícito o quanto as relações, em todo o âmbito do contexto prisional, tendem a ser burocráticas e concretas. Parece que o poder judiciário, como afirmou Foucault (1984), precisa do técnico combativo, mesmo que este venha a expor as fragilidades do sistema em que trabalha. O técnico serve à penitenciária, na medida em que esta lhe faz um apelo a sua bondade, para fazer remendos onde aparece o descaso do Estado, para, como mais um tijolo, tapar um furo. Na mesma medida, o

poder judiciário entende o técnico que atua no tratamento penal como um operário do sistema judiciário, um intermediário privilegiado da comunicação entre os juízes, promotores, defensores públicos e os apenados. Os técnicos que estão entre as paredes da penitenciária parecem ser uma extensão dos braços da justiça; logo, fecha-se o círculo que comentamos no início: os técnicos desoneram os juízes da aplicação da pena, neste caso, por trás do muro de concreto.

Nesse sentido, as expectativas da instituição prisional, do poder judiciário e dos próprios apenados acerca da função do técnico psicólogo dão os contornos para o trabalho desse profissional. Para fazer algo diferente do que se é esperado, como, por exemplo, fazer uma pesquisa, estudar literatura, é preciso transpor, metaforicamente, um muro para fora das funções concretas esperadas. As apenadas, diferentemente, na minha experiência foram mais receptivas e, além de me receberem muito bem do outro lado do muro, me fizeram ver que ele é mais simbólico do que real.

4. ABANDONAR UMA CA(U)SA: DISCUSSÃO

No trabalho na penitenciária, percebi que, não bastasse o psicólogo prescindir de uma técnica, precisa também abolir a literatura, em sua dimensão formativa e informativa, como ferramenta de trabalho. Os biografemas que apresentei não deixam de ser sobre algumas frustrações que tive ao longo do tempo no sistema prisional. Agora, no final da dissertação, me percebo cansado, tal como na ocasião em que fui informado que havia cometido uma infração por estar lendo em horário de trabalho. Esse dilema profissional – “ou o literal ou o literário” – estaria diariamente em minha mente se eu ainda estivesse trabalhando em uma penitenciária e, principalmente, se eu não tivesse elaborado toda esta reflexão e percorrido a trajetória que dá título ao trabalho. Portanto, também sei que o cansaço agora é de outra natureza: fruto da produção de um saber e de um deslocamento tanto objetivo quanto subjetivo.

Porque esse episódio da denúncia, bem como outros que descrevi, motivou-me a solicitar remoção para outro departamento, ainda dentro da instituição. Na minha nova função, eu não atendo mais os apenados e as apenadas, mas os servidores penitenciários: agora, não só tenho autonomia para desenvolver meu trabalho de forma clínica, como também sou incentivado a isso. Porém, ainda está presente o apelo da instituição à bondade e à solidariedade do psicólogo frente às dificuldades que atingem os servidores, como se o profissional da psicologia sustentasse seu ofício não tanto em uma técnica, mas no compromisso com o bem-estar geral dos servidores, não medindo esforços em “fazer tudo pelo servidor”.

Tratei nos biografemas iniciais desta dissertação, “Soldados do desencarceramento”, de dois episódios em que a escuta clínica com os apenados era, de certo modo, desencorajada. Bertol (2019), nesse sentido, aponta para a necessidade que se apresenta aos profissionais que trabalham com populações vulneráveis de suprir-lhes as faltas. Diante da própria precariedade desse ambiente, que traz como consequência violações de direitos da população prisional, o técnico psicólogo se vê desencorajado a sustentar uma posição de escuta e concentra suas ações em algo próximo de um atendimento assistencial. Além disso, a condição de privação de liberdade é percebida como o principal empecilho para o apenado; logo, a atenção do psicólogo se voltaria na direção de uma luta pelo desencarceramento.

A análise que proponho aqui não é contrária a essa perspectiva; o que eu quis destacar nesta pesquisa foi que a aposta em uma escuta clínica para a população prisional não está necessariamente dissociada de uma posição em prol do desencarceramento. Ou, ainda, que apesar da violência ao indivíduo que é a situação de encarceramento, não temos condições de saber *a priori* se essa seria propriamente a causa do sofrimento das apenadas e dos apenados, não ao menos sem antes escutá-los. Moreira & Guerra (2019), apoiadas em Mezêncio, afirmam que

quando o trabalho do psicólogo se configura a partir de um saber que se coloca anterior ao sujeito, põe-se em risco a escuta do que lhe é singular. Qualquer posição universalista embasada puramente na garantia de direitos e cumprimento de deveres segundo regras e protocolos terá como consequência a anulação do sujeito, impedindo-o de construir uma solução para o seu conflito e de se implicar com seu ato (MEZÊNCIO, 2008 *apud* MOREIRA & GUERRA et al, 2019, p. 244).

O primeiro obstáculo com o qual me deparei para sustentar uma posição clínica e psicanalítica no contexto prisional foi uma certeza antecipada de que a própria situação de confinamento deveria guiar as minhas intervenções, no sentido de não esquecer que, antes de qualquer coisa, estava atendendo pessoas privadas de liberdade. Nessa perspectiva, a penitenciária, constituída como um universal, antecederia a pessoa privada de liberdade, obstaculizando o movimento de uma escuta que abrangeria aspectos subjetivos e inconscientes do apenado. Atenta a essa tendência, Santos (2006/2007) destaca que a escuta clínica em uma instituição prisional promove questionamentos, efeitos de surpresa e não a consolidação de certezas. A escuta analítica coloca em jogo a fala do apenado e possibilita que este se questione sobre a sua atual situação e, também, indo para além dos muros, sobre aquilo que o causa. Briole (2002), citado por Santos (2006/2007), afirma que “o analista leva com ele a questão do desejo de saber e de aprender com o paciente. Seu desejo é o que faz obstáculo à aplicação de saberes estabelecidos e aquilo que nos coloca a trabalho” (BRIOLE, 2002 *apud* SANTOS, 2006/2007, s/p). A partir dessa afirmação, podemos analisar o momento seguinte da trajetória narrada neste trabalho: o instante em que aparece o desejo do psicanalista, o desejo de analisar.

Com as supervisões psicanalíticas que realizei, fui percebendo, primeiramente através da “audácia” (e desejo) do meu supervisor em analisar psicanaliticamente os casos que eu atendia na penitenciária e, depois, através da minha escuta, que os motivos pelos quais as apenadas sofriam não tinham necessariamente relação com o fato de estarem confinadas. Pude confirmar, a partir das palavras delas, que a prisão é mais uma consequência de um sofrimento do que propriamente a causa. Assim, a cena prisional foi perdendo o foco principal para mim e pouco a pouco fui me desvinculando da figura de técnico prisional e me inserindo como um psicanalista, o que me levou a não fazer mais nenhuma distinção entre uma pessoa privada de liberdade e outra livre — que atendo no consultório, em melhores condições de *setting*. Como disse meu supervisor, de uma perspectiva psicanalítica, “preso por preso, estamos todos presos no próprio sintoma. Quem te procura no teu consultório, vai lá porque também está preso; então, qual a diferença?”

A diferença que eu pude perceber apareceu na reação de surpresa das apenadas a uma atitude mais clínica de minha parte. Como efeito dessa surpresa, houve um deslocamento e uma pulverização da ideia que elas tinham de mim como psicólogo. De modo que, pelo tempo em que eu consegui sustentar o lugar de psicanalista, percebi que eu não era mais mencionado pelas apenadas do mesmo jeito; com isso quero dizer que eu deixei de ser referido de modo universal: “o técnico bom”. Acredito que essa mudança seja consequência de um efeito transferencial que ocorreu a partir da minha posição clínica. Ao adotar uma postura psicanalítica no meu trabalho com as apenadas, realizei mudanças que, acredito, foram radicais na minha forma de trabalhar com elas. No lugar do caderno que eu sempre levava comigo para registrar os pedidos e, também, ao me desvincular da posição de intermediário entre as apenadas e os juízes, propus nos meus atendimentos com as apenadas um lugar vazio, uma atitude de não saber, a fim de que elas próprias pudessem elencar as suas mudanças e se desvencilhassem da enrascada mental em que estavam aprisionadas. Nessa experiência, tive a confirmação de que não havia mesmo diferença entre atender uma pessoa no consultório ou em uma penitenciária, mas constatei, também, que no ambiente prisional a escuta faz a diferença.

Para Guéguen (2007), citado por Mohr e Valore (2012), a psicanálise tem início a partir da instalação da transferência, quando o sujeito se submete à decifração das formações de seu inconsciente: “portanto o fato de haver análise não depende nem de sua duração, nem do lugar, nem do ritual, mas sim do tipo de operação que se efetua sobre o gozo, graças aos poderes da fala” (GUÉGUEN, 2007 *apud* MOHR e VALORE, 2012, p. 234). O autor sustenta nessa afirmação que não haveria obstáculo para a aplicação da psicanálise, mesmo em lugares diferentes do consultório, pois o enquadre (no meu caso, a instituição prisional) é feito para servir à análise; não o contrário, em que a análise serviria ao enquadre.

A partir dos biografemas que compõem a seção “ninguém faz nada pelo cara”, que tem como tema os efeitos das supervisões, bem como a aposta em uma escuta que fosse desvinculada da cena prisional e mais focada na Outra cena, a cena inconsciente, podemos perceber que ocorreu vinculação transferencial por parte das apenadas com o psicólogo. Santos propõe um questionamento referente à possibilidade de instauração de uma transferência no ambiente prisional:

É possível, em instituições de discurso tão consistente, como essa, introduzir uma nova forma de saber que possa fazer vacilar essa certeza sobre o sujeito, e, a partir daí, desconectá-lo desses significantes que o definem, abrindo espaço para a instauração de uma transferência? (SANTOS, 2006/2007, p. 3).

Acredito que essas duas situações que eu trouxe nos biografemas possam sugerir uma resposta à pergunta da autora. Tanto Úrsula quanto Bibiana estabeleceram outro tipo de relação comigo nos atendimentos. No instante da brincadeira das palavras, como se referia Úrsula à minha escuta da sua fala, eu ficava em uma posição de suposto-saber: alguém que sabia o que havia por trás de suas palavras e, conseqüentemente, que sabia algo sobre ela, na sua percepção. Nesse momento, quando ela me autoriza a acionar essa escuta (pois ela, antes, precisava de um tempo de desabafo sobre sua condição de apenada), não fala mais de si como presa, mas como mulher, mãe, filha, criança, adolescente, irmã mais velha de uma prole de 9 filhos, esposa e até mesmo como uma ladra compulsiva. Assim, quando eu realizei uma intervenção “fora de hora”, não respeitando esse tempo lógico dela e a vi sair da sala, bufando de raiva, me veio à mente que essa

cena era familiar à apenada, em que alguém estragou a sua brincadeira; logo, a sua infância.

Com a Bibiana, a vinculação transferencial, na minha percepção, ocorre no instante em que ela, digamos assim, é desmascarada, quando ela lê na folha de papel a palavra LATANATAL. Aqui, novamente, a relação familiar aparece e Bibiana, nos atendimentos seguintes, não mais trouxe a necessidade de ser medicada. Como ela mesma falou certa vez: “essa palavra foi uma machadada na minha cabeça, essa pá-lavra. Gostou, doutor?”

Brauer (1994) destaca que a escuta desvinculada da cena prisional possibilita uma atenção para os aspectos mais subjetivos do apenado e, também, a abertura do inconsciente. Figueiredo e Vieira (1994) afirmam que o ato analítico revela o inconsciente como um lugar de saber, um saber que não é fechado, mas singular e lacunar. No biografema “inferno de natal”, a que me referi acima, a partir de uma escuta despreendida de qualquer saber prévio sobre Bibiana, bem como da não associação dela à triste figura de uma apenada, foram criadas as condições para advir a ela um saber novo e surpreendente porque inédito.

Gostaria de reforçar, a partir desse exemplo, a relevância do método do biografema, pois fica evidente como, no papel de técnico penitenciário, não encontro espaço e tempo para analisar com a profundidade psicanalítica os instantes (dramáticos, às vezes) dos sujeitos. Uma pesquisa de mestrado, nesse sentido, é o ambiente adequado para fazer justiça à relação entre o psicólogo/pesquisador e o apenado/paciente. Porque é nesse momento que o técnico se revela de fato um analista e o apenado se revela um sujeito.

O final desse percurso, que foi narrado na última seção de biografemas, chamada “A deserção como território da escuta”, revelou um aspecto próprio do sistema prisional: a sua dimensão literal. Conforme foi destacado, nos primeiros momentos da minha atuação como técnico penitenciário, o mal-estar vinha do fato de eu me sentir tragado pelas infindáveis demandas da população prisional; identificado com a figura do Dom Quixote, o meu maior obstáculo para desenvolver o trabalho com os apenados era não ter resistência física. Após uma mudança radical de postura, associada ao investimento que realizei na busca por atribuir um sentido ao meu trabalho, que resultou na minha afirmação (e autorização) como

psicanalista, o obstáculo com o qual me deparei, agora no trabalho com as apenadas, foi a resistência institucional.

O ápice dessa resistência desencadeou em mim um rechaço pela palavra, literalmente. Inicialmente, eu não conseguia mais escutar as apenadas. De repente, não suportava mais escutá-las e os reflexos desse sintoma alcançaram a escrita deste trabalho. A partir desse momento, a orientadora e os colegas do grupo de pesquisa do mestrado tiveram um papel fundamental na continuidade desta dissertação, quando apontaram que esse rechaço pela palavra poderia ser o elemento central da minha pesquisa. Diante desse acolhimento, pude conviver com essa sensação e, no tempo próprio de uma escrita que era motivada e sustentada por um método literário, identifiquei que por trás desse rechaço pela palavra das apenadas havia um protesto ao discurso institucional de modo geral, um discurso que organiza as relações de modo predominantemente literal.

A intersecção do trabalhador com o pesquisador possibilitou um aprendizado a respeito do que fazia obstáculo à escuta psicanalítica. Obstáculos de natureza linguística, fundamentalmente, expondo a primazia totalitária do significado sobre o significante. Antes do meu ingresso como trabalhador no sistema prisional, o significado da função que eu desempenharia já estava dado e, por isso, literalizado. Essa constatação me fez enxergar com clareza, pela primeira vez, o dilema que eu vivia. Foi como se eu ajustasse uma imagem com “fantasmas” ao compreender que a profunda cisão que existe entre o literal e o literário, entre o significado e o significante, no sistema prisional é o seu próprio sintoma.

Aqui também quero voltar ao supervisor, e o que posso destacar como elemento central das suas intervenções é a atenção que ele conferiu ao significante e como ele me estimulou a apostar nessa técnica de escuta. Portanto, posso dizer que esta pesquisa, além de ser uma trajetória entre o literal e o literário no sistema prisional, é, também, uma trajetória pelo significante penitenciário. Uma retomada, em suma, das bases da minha formação em psicologia e das minhas referências em psicanálise.

Em relação ao meu trabalho na penitenciária, a sensação que eu tenho é de ter feito uma dupla deserção. Primeiramente, motivada pelo meu analista/supervisor, a deserção do psicólogo fundamentalmente quixotesco. No entanto, ao tentar pôr em cena um psicólogo como Sancho Pança, que é quem promove o diálogo na obra

clássica, a resistência institucional, que foi se instaurando nessa nova modalidade de técnico, digamos assim, vinda de diversas frentes, fez com que eu sucumbisse e não conseguisse desenvolver a escuta das apenadas. Como consequência, acabei desertando da penitenciária também.

Mas a experiência e o crescimento profissional que o trabalho com as mulheres privadas de liberdade me proporcionou deixaram em mim um profundo sentimento de gratidão e de ter me esforçado por fazer o que eu deveria fazer segundo a ética do meu ofício, a psicanálise. Gabriel García Márquez confessou que a motivação para escrever o romance *Cem anos de solidão* foi deixar em cada frase do livro um efeito poético. Guardadas as proporções, eu busquei, em cada palavra deste trabalho, homenagear os Ivans, as Aomames, as Bibianas e as Úrsulas que me acompanharam em todo o momento da escrita e que tornaram possível esta trajetória de uma escuta entre o literal e o literário no sistema prisional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação para a realização desta pesquisa surgiu, primeiramente, a partir do efeito que as supervisões psicanalíticas produziram no meu trabalho com as apenadas. Em um primeiro momento, me causou estranhamento a audácia do supervisor em estimular uma intervenção psicanalítica com os apenados que eu atendia na penitenciária. Havia, na época, o entendimento geral entre todos os técnicos psicólogos de que o ambiente prisional não favoreceria uma abordagem clínica, bem como denunciaria uma alienação do psicólogo diante de todo um contexto de vulnerabilidade em que estão inseridos os apenados.

O segundo estranhamento veio do encontro com o texto de Karl Weissmann, em que ele descreve a sua rotina como psicanalista em uma penitenciária agrícola, no estado de Minas Gerais. A maneira como ele intervinha com os apenados dialogava com a posição do supervisor e, a partir daí, eu comecei a reunir elementos que justificavam uma pesquisa sobre o sistema prisional em uma perspectiva psicanalítica.

Este estudo não se iniciou a partir de um tema central e tampouco a minha intenção foi produzir um saber sobre a psicanálise no contexto prisional; ao menos, não um saber que se produzisse sem uma implicação subjetiva, sem uma “libra de carne” do pesquisador. O meu encontro com a metodologia da pesquisa surgiu após um mergulho na literatura, principalmente na obra de Conceição Evaristo (2018; 2020), num primeiro momento e, posteriormente, no encontro com a noção de biografema, inaugurada pelo semiólogo francês Roland Barthes (1984).

Nos raros momentos que que Barthes fala de forma explícita sobre o que ele denominou biografema, temos: “certos traços biográficos que, na vida de um escritor, me encantam tanto quanto certas fotografias; chamei esses traços de ‘biografemas’; a Fotografia tem com a História a mesma relação que o biografema com a biografia” (BARTHES, 1984, p. 51). Soares e Machado (2010) afirmam que tanto a escrevivência (termo de Conceição Evaristo), quanto o biografema sugerem que o sujeito, ao falar de si, fala dos outros e, ao falar dos outros, fala de si. O biografema abrange de outra perspectiva os signos que envolvem a vida do outro e eclode da relação com o sujeito sobre o qual escrevemos, conforme destacam Raquel Rodrigues Bierhals e Luciano Bedin da Costa (2019). A minha proposta

metodológica teve, portanto, o intuito de fazer surgir o material de pesquisa a partir da escrita das minhas memórias (e das análises que as acompanhavam) junto à população prisional e da vivência compartilhada naquele contexto. Eu, quando aqui escrevo, encarno também uma espécie de personagem; o pesquisador que produz o seu trabalho; o narrador-pesquisador-personagem.

O critério que escolhi para escrever os biografemas foi de ter a percepção, no momento em que estava escrevendo, de estar deixando ali “uma libra de carne”; do contrário, eles seriam descartados. A minha idéia inicial seria trabalhar com seis ou sete biografemas, mas, à medida que a pesquisa foi avançando e as circunstâncias no meu trabalho foram ganhando contornos dramáticos, senti a necessidade de fotografar esses momentos e expô-los também como biografemas. Disso resultou um total de doze biografemas, sendo dez deles examinados sob a ótica psicanalítica.

Organizei os biografemas de modo que eles contassem uma história, que narrassem uma trajetória, a partir da aposta em uma escuta psicanalítica com os apenados e as apenadas no sistema prisional. O que eu percebi ao desenvolver teoricamente esses biografemas foi que no horizonte desse caminho da minha pesquisa estava a literatura. Uma constatação um tanto quanto óbvia, visto que o meu método de pesquisa é, fundamentalmente, de natureza literária.

O sistema prisional está presente em todos os biografemas apresentados aqui. Ainda que o “antiquixote” não tenha nenhuma relação com o sistema prisional (essa história, inclusive, aconteceu muitos anos antes), quando eu me propus a escrever sobre a minha vivência na penitenciária, esse momento saltou na frente de todos os outros da minha memória. Considero esse biografema emblemático porque, na história narrada, o supervisor acadêmico, para dar conta de um impasse do grupo, utilizou um personagem literário como recurso.

Percebo que, diferentemente de quando comecei a trabalhar no cargo de técnico, quando eu estava envolvido pela ideia de, com meus colegas, ser um “soldado do desencarceramento”, não me deixei levar, no percurso atribulado desta pesquisa/prática de campo, por uma suposta ideia de que eu pudesse ser um “soldado da psicanálise”. Acredito que houve um amadurecimento na minha prática profissional, bem como na minha tarefa ampla de investigador em psicanálise. Espero ter sido capaz de expressar essa trajetória nesta dissertação de mestrado

que, como todo trabalho acerca da psique e das situações sociais e humanas, não pretende ser uma definição em si mesmo; busquei, antes, realizar e propor diálogos, estabelecer relações que possam vir a ser aprofundadas em pesquisas futuras.

O que concluo, ao longo desta pesquisa, é que a psicanálise pode ser feita em todos os âmbitos e, embora eu soubesse disso intimamente, precisei realizar uma articulação entre o meu trabalho, a análise, a supervisão, o mestrado, o grupo de pesquisa e a minha própria escrita para afirmá-la. E, também, por fim, que a psicanálise é, em essência, uma postura clínica que preserva sua herança literária diante de problemas psíquicos. Portanto, ao final desta jornada, encontro a resposta para a pergunta que motivou a minha vinculação à pesquisa: o que a psicanálise pode fazer no sistema prisional? Como alguém que procura as chaves e percebe que o tempo todo elas estavam na sua mão, respondo: do prisma literário, elaborar com os apenados uma chave de leitura, com a matéria dos significantes, que poderá abrir as portas da responsabilidade e da emancipação, como queria Freud.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A, N & SILVA, M, M. **Classificar, vigiar e punir**: um estudo sobre o sistema penitenciário brasileiro através da visão psicanalítica. Lavras: 2019. Disponível em <http://dspace.unilavras.edu.br/bitstream/123456789/301/1/Amanda%20Nazar%C3%A9.pdf> Acesso em 18 de março de 2022.

ABREU, L, F, S de. **Fragmentos de um discurso biografemático**: poéticas, políticas e devorações do biografema na comunicação contemporânea. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, 2018.

AFONSO, R; MANDELBAUM, B. “A psicanálise e seus pioneiros no Brasil: notas sobre o 'vigoroso psicanalista' Karl Weissmann”. **Analytica**, São João del Rei, v. 6, n. 11, pp. 34-68, dez. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972017000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 março de 2022.

ANDRADE, V. R. P. de. “Do paradigma etiológico ao paradigma da reação social: mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum”. **Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, 16(30), 24-36, 1995. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15819/14313>. Acesso em 15 de março de 2022.

BARTHES, R. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BERTOL, E. C. **Impasses do trabalho socioeducativo em meio aberto**: a responsabilização entre a ação técnica e a ação política. Tese (Doutorado em Psicologia). Psicologia Social – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019

BIERHALS, R, R., & BEDIN L. C. “As vidas das mulheres infames: biografemas e escrita de outras histórias em políticas públicas.” **Mnemosine** (Parte Especial B – Artigos), 15(1), 157-176., 2019. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/45980/30922>. Acesso em 31 de outubro de 2020.

BRASIL. **Código penal (1940)**. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em 20 out. 2020.

BRAUER, J. F. “O outro em Lacan: consequências clínicas.” **Psicologia USP**, 5(1-2), 309-333, 1994. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771994000100020&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 02 de março de 2022.

CAON, J. L. "O tempo na pesquisa psicanalítica". **Veritas** (Porto Alegre), v. 41, n. 162, p. 333-338, 31 dez. 1996. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-6746.1996.162.35835> Acesso em 07 de março de 2022.

COELHO, D, M; SANTOS, M, V, O. "Apontamentos sobre o método na pesquisa psicanalítica". **Analytica**. 1(1), 90-105, 2002.

COSTA, J. F. "Narcisismo em tempos sombrios". In: FERNANDES, H. R. (Org.), **Tempo do desejo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, pp. 109-136.

COSTA, A. O. "Os tempos da transmissão segundo a lógica de Lacan". **Estilos da Clínica**, 19(3), 499-514, 2014, pp. 499-514. Disponível em <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v19i3p499-514> Acesso em 14 de março de 2022.

_____. **Litorais da psicanálise**. São Paulo: Escuta, 2015.

COSTA, L. B. **Biografema como estratégia biográfica**: escrever uma vida com Nietzsche, Deleuze, Barthes e Henry Miller. (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/27673>. Acesso em 19 out. 2020.

COUTO, M. **Tradutor de Chuvas**. Alfragride: Editorial Caminho, 2010.

ELIA, L. "A transferência na pesquisa em psicanálise: lugar ou excesso?" **Psicol. Reflex. Crit.** 12(3), 2000. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-79721999000300015> Acesso em 20 de out. 2020.

EVARISTO, C. **Becos da memória** [livro eletrônico] (3a. ed.). Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

_____. **Ponciá Vicêncio** [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.

FIGUEIREDO, A. C. ; VIEIRA, M. A. "Sobre a supervisão: do saber sobre a psicanálise ao saber psicanalítico." **Cadernos IPUB** (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 9, 1997, pp. 25-30.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: História das violências nas prisões. 22ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

FREUD, S. "A interpretação dos sonhos". In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1900/1996.

_____. "Delírios e sonhos na Gradiva de Jensen". In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud** (Vol. IX: Gradiva de Jensen e Outros Trabalhos). Rio de Janeiro: Imago, 1907/1996.

_____. "Observações sobre o amor transferencial". In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud** (Vol. XII: O Caso Schreber, Artigos sobre Técnica e outros Trabalhos, pp 161-171). Rio de Janeiro: Imago, 1915/1996.

_____. "Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise". In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud** (Vol. XII: O Caso Schreber, Artigos sobre Técnica e outros Trabalhos, pp 149-159). Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1913/1996.

_____. "Uma nota sobre a pré-história da técnica de Psicanálise". In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud** (Vol. XVIII: Além do princípio do prazer, psicologia de grupos e outros trabalhos, pp 271-273). Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1920/1996.

_____. "A questão da análise leiga: Conversações com uma pessoa imparcial". In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud** (vol. XX). Rio de Janeiro: Imago, 1926/2006.

HACK, S. M. P. K.; RAMIRES, V. R. R. "Deprivação e a tendência antissocial no adolescente face ao divórcio parental." **Contextos Clínicos**, 7(2), pp. 133-144, 2014. Disponível em <https://dx.doi.org/10.4013/ctc.2014.72.02> Acesso em 15 de janeiro de 2021.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GUÉGUEN, P. "Quatro pontuações sobre a psicanálise aplicada". In: Associação do Campo Freudiano (Org.). **Pertinências da psicanálise aplicada: Trabalhos da escola da causa freudiana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, pp. 16-26.

INFOPEN. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Mulheres** (2a. ed.), 2017. Disponível em http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pd. Acesso em 20 out. 2020.

IRIBARRY, I. N. "O que é pesquisa psicanalítica?" **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, 6(1), 115-138, 2003. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1516-14982003000100007>. Acesso em 3 de out. 2020.

KAUFMAN, P. (Org.). **Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

LACAN, J. "O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada: um novo sofisma". In LACAN, J. **Escritos**. Tradução de V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1945/1998, pp. 197-213.

_____. "A direção do tratamento e os princípios do seu poder". In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1958/1998.

_____. "A angústia". In: LACAN, J. **O Seminário** (livro 10). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1962-63/2005.

_____. "A ética da psicanálise". In: LACAN, J. **O Seminário** (livro 7). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1959-60, 2008.

LEP. **Lei de Execução Penal** (11 de julho de 1984). Presidência da República, Casa Civil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em 19 out. 2020.

LE POULICHET, S. **Toxicomanias y psicoanálisis: las narcosis del deseo**. Buenos Aires: Amorrortu, 1990.

LEJEUNE, P. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LIRA, P. O.; CARVALHO, G. M. M. "A lógica do discurso penitenciário e sua repercussão na constituição do sujeito". **Psicol. Cienc. Prof.** [online]. V. 22, n. 3, pp. 20-31, 2002. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1414-98932002000300005>. Acesso em 18 de março de 2013.

MACHADO, A. M. N. **Os efeitos do exercício do ato de escrever** (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1989. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/163483>. Acesso 19 out. 2020.

MARQUES, M. O. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa** (5a. ed., Coleção Mário Osório Marques, Vol. 1). Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

MARTINIS, P; FLOUS, C. "Una mirada pedagógica sobre algunas discusiones en torno a la responsabilidad penal adolescente". In: LAURINA, C. G. et al. (Orgs.). **Los sentidos del Castigo: El debate uruguayo sobre la responsabilidad en la infracción adolescente**. Montevideo: Trilce, 2013.

MEZÊNCIO, M. "Adolescentes e o desatino do gozo". **Almanaque psicanálise**, 2008. Disponível em: <http://almanaquepsicanalise.com.br/wp-content/uploads/2015/09/2.-Adolescentes-e-o-destino-do-gozo-M%C3%A1rcia-Mezencio.pdf> Acesso em 15 março de 2022.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro**. 2007. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/depen_cartilha.pdf. Acesso em 19 de março de 2022.

MOHR, A, M; VALORE, L, A. "Dos possíveis e impossíveis em psicanálise fora do consultório: algumas questões." **Psicol. Argum.**, Curitiba, v.30, n. 69, 2012, pp. 229-237.

MORAIS, M, B, L. "Poesia, psicanálise e ato criativo: uma travessia poética". **Estudos de Psicanálise**, (29), 2006, pp. 45-56. Disponível em

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372006000100008&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 01 de março de 2022.

MOREIRA, J. O.; OLIVEIRA, N. A.; COSTA, E. A. "Psicanálise e pesquisa científica: o pesquisador na posição de analisante". *Tempo psicanalítico*, 50(2), 2018, pp. 119-142. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382018000200007&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 19 de março de 2022.

MOREIRA, J.O; GUERRA, A, M,C; SOUZA, J, M, P de; OLIVEIRA, N. A.; CANUTO, L. G. G. "Da associação livre ao direito ao silêncio: desafios da psicanálise na escuta de adolescentes nas medidas socioeducativas". *Ágora* (Rio de Janeiro), v. XXII, n. 2, maio/agosto de 2019, pp. 237-245. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-44142019002011>

NASCIMENTO, L. G.; BADARÓ, M. M. B. Saúde Penitenciária, produção de saúde e redução de danos do encarceramento: desafios para a prática do psicólogo no sistema prisional. *Psicologia: ciência e profissão*, n. 38, 2018. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212064> Acesso em 5 de fevereiro de 2021.

NEWMAN, A. **As ideias de D.W. Winnicott**: Um guia. Rio de Janeiro, Imago, 2003.

PAPINI, G. **Visite à Freud**. Paris: Flammarion, 1932.

PENA, B, F.; SILVA, R, D, C. "O Outro no ensino lacaniano: algumas considerações". *Estudos de Psicanálise*, (49), 2018, pp. 81-90. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372018000100007&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 02 de março de 2022.

PINTO, A. P. A. "Uma ficção: o escritor Freud". *Arte e filosofia*. Ouro Preto, n. 7, 2009, pp. 130-140.

RABATÉ, J-M.; SANTOS, V. "Psicanálise e literatura: por que, hoje?" *Trivium: Estudos Interdisciplinares*, 9(2), 2017, pp. 162-171. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912017000200002#:~:text=Em%20fun%C3%A7%C3%A3o%20de%20sua%20diversidade,em%20nome%20de%20um%20m%C3%A9todo. Acesso em 19 de março de 2022.

RAVASIO, M, T, H. "Considerações sobre a pesquisa em psicanálise". **Salão do conhecimento**: XXI Jornada de Pesquisa. Ijuí: UNIJUÍ, 2016.

REITER, C, B. **Escrita biografemática na formação docente**. Monografia do curso de Pedagogia, do Centro Universitário Univates, Lajeado, 2017.

RIBEIRO, M, E. "Biografema, 'studium', 'punctum', fotografia - quase um método". **Tese** [S.l.], v. 21, n. 2, p. 45-64, jan. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/emtese/article/view/9500/8928>>. Acesso em 23 de fev. 2022

RICKES, S. M. "A escrita como criação: O sujeito autor e o objeto de seu texto." *Letras*, 0(17), 1998, pp. 111-127. Disponível em <https://doi.org/10.5902/2176148511502>. Acesso em 12 de fev. de 2022.

SANTOS, M. C. O. "A escuta Analítica numa Instituição Prisional". **Revista Eletrônica do IPSM-MG**. Ano: 2006-2007.

SIRELLI, N. M. "Objeto a e outro: cede-se uma libra de carne". **Trivium**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, pp. 257-267, dez. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912017000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 de mar. de 2022

SOARES, L. V.; MACHADO, P. S. "Escrevivências como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social". **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, 17(39), 2017, pp. 203-219. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 30 out. 2020.

STEVENS, A. "A instituição: Prática do ato". In: Associação do campo freudiano (Org.). **Pertinências da psicanálise aplicada: Trabalhos da escola da causa freudiana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, pp. 76-85.

TAVARES, P. H. **Fausto e a Psicanálise: sopros de sinthome na forja do pactário**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2012.

TOROSSIAN, S. D. "Escrita e histórias de toxicomanias". **Signo**. V. 31, 2008. Disponível em <https://doi.org/10.17058/signo.v31i0.442> Acesso em 15 março de 2022.

UZIEL, A. P.; BARROS, J. P.; SCILESKI, A. C.; BICALHO, P. P. G. "Sistema prisional e segurança pública: inquietações e contribuições da/à psicologia". **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 38 (núm.esp.2.), 2018, pp. 3-9. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1982-3703000122018> Acesso em 16 de fevereiro de 2022.

VÍCTORA, L. G. "Topologia e tempo na quarentena - a banda de Möbius aplicada ao confinamento". In: Topologia e tempo na pandemia, **Correio da APPOA**, 307, março de 2021.

WEISSMANN, K. **O dinheiro na vida erótica**. Rio de Janeiro: Brasília Editora, 1937.

_____. **Psicanálise: ensaios e experiências**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1967.

WINNICOTT, D. W. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. **A delinquência como sinal de esperança**. Tudo começa em casa. São Paulo: Ubu Editora, 2021

